



Confederação Nacional
do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo

Regenerando Territórios

AMAZÔNIA VIVA e TURISMO SUSTENTÁVEL

PARÁ
BRASIL

COORDENAÇÃO GERAL

Jane Ferreira Lima Sampaio e Luciana De Lamare

COORDENAÇÃO TÉCNICA, PESQUISA E TEXTO

Silvio Reis Moraes Junior e Tânia Maria de Araújo Caldas

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Leandro Barbosa Pinheiro

PROJETO EDITORIAL

Gabriela Dias e Alberto Garcia

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Fernanda Lima e Jessica Lima

COLABORADORES

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues; Alessandra Pamplona de Azevedo; Beatriz Teixeira Barbosa Lima; Benno Pokorny; Beth Bauchwitz; Brenda Cardoso Lima; Camille Bendahan Bemerguy; Cláudia de Souza; Daniel Braga sampaio Coelho; Deusdedith Cruz Filho; Esther Rapoport; Ewerton Wander Soares Paiva; Flávia Martins, Jemilli Castiglioni Viaggi; Julio Cesar Meyer Júnior; Márcia Kambeba; Marcel Assis Batista do Nascimento; Natalia Pinto Alves; Pablo do Vale; Saulo Jennings; Sérgio Brazão da Silva; Tainah Fagundes; Victor Lopes; Vinícius Moretti Zavalis; Wilza da Silveira Pinto

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luciana De Lamare (Presidente); Maurício Ruiz Branco (Vice-Presidente); Jane Sampaio (Diretora Administrativo-Financeiro); Luciana Gama Muniz (Diretora de Projetos)

CONSELHO ESTRATÉGICO

Renata Vilarinho (Presidente); Luana de Assis; Fabio do Nascimento; Sergio Olaya; Inessa Laura Salomão; Cristina Braga; Thini-á Fulni-ô; Claudia Salathe de Almeida Luna; Aleksandra Ristovic; Fabrinni dos Santos; Olívia Souza Cruz; Carolina de Oliveira Machado; Marcela Escovar; Luisa da Costa de Moraes; Guilherme Syrkis; Francisco Silva de Calheiros e Menezes; Maria Amália Silva Alves de Oliveira; Beatriz Vidal Leite Ribeiro; Emmanuel Rengade; António Miguel Almeida Marto Marcelino; Raúl Vergara Montoya; Letícia Lima; Fabio Cerqueira Campos; Sandro Madeira; Stavroula Zervoulakou; Nicolas Godel; Maritta Rogalla von Bieberstein Koch-Weser; Daniel Santiago Chaves Ribeiro; Taíssa Lima Torres; Carmen Bianca Maleck; Helen Pomposelli; Antonio Tavares da Silva; Jaqueline Lima; Arilmara Abade Bandeira; Luciano dos Santos Pereira; Mariana Scaldini; Henrique Pistilli; Maria Alice Nunes de Campos; Priscila Bentes; Luana Cloper; Cristina Calheiros; Loes Damhof; Fernanda Lopes

COMITÊ DE GOVERNANÇA

Patrícia Bentes (Presidente); Jane Sampaio (Diretora Administrativo-Financeiro); Maurício Ribeiro; Simone Rovigati; Renata Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Pedro Leão Bispo; Flávio Maleck; Claudia Jorgina Araújo da Costa (Suplente)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Regenerando territórios : Amazônia viva e turismo sustentável : Pará / coordenação Geral Jane Ferreira Lima Sampaio, Luciana De Lamare ; coordenação técnica, pesquisa e texto Silvio Reis Moraes Júnior, Tânia Maria de Araújo Caldas. -- Rio de Janeiro : Instituto Aupaba, 2025.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-984871-2-6

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia
3. Desenvolvimento econômico 4. Turismo - Aspectos ambientais I. Sampaio, Jane Ferreira Lima.
II. Lamare, Luciana De. III. Moraes Júnior, Silvio Reis. IV. Caldas, Tânia Maria de Araújo.

25-266406

CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo sustentável : Economia 338.4791

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Qualquer informação extraída deste relatório deve ser devidamente creditada ao Instituto Aupaba, mencionando a fonte completa e o título do documento.

SUMÁRIO

Agradecimentos	4
Prefácio	5
Apresentação	7
Capítulo 1 - Compreendendo o potencial do turismo na Amazônia Paraense a partir de suas vocações bioculturais	11
Capítulo 2 - Usufruir sem destruir — A promoção da conservação e conscientização da preservação ambiental no turismo de base comunitária e ecológico na Amazônia Ocidental	37
Wilza da Silveira Pinto, Sérgio Brazão e Silva e Deusdedith Cruz Filho	
Capítulo 3 - Experiências do turismo na Amazônia sob o ponto de vista profissional — A Amazônia e eu	59
Esther Rapoport	
Capítulo 4 - As gentes da Amazônia	62
Capítulo 5 - Patrimônios culturais e naturais do Pará	93
Capítulo 6 - Culinária, gastronomia e alimentação nativa e sua importância para a bioeconomia paraense	107
Capítulo 7 - Desenvolvimento de baixo carbono na Amazônia: o Plano de Bioeconomia de Estado do Pará (PLANBIO)	117
Camille Bendahan Bemerguy, Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues, Marcel Assis Batista do Nascimento e Beatriz Teixeira Barbosa Lima	
Capítulo 8 - O Turismo Social Sustentável no Pará	127
Brenda Cardoso Lima, Ewerton Wander Soares Paiva e Natalia Pinto Alves Equipe de Turismo Social Gerência de lazer - SESC/PA	
Capítulo 9 - Turismo de Base Comunitária: um vetor importante para a Bioeconomia no Pará	144
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues, Marcel Assis Batista do Nascimento, Cláudia de Souza, Beth Bauchwitz, Benno Pokorny	
Notas	149
Referências	150

Agradecimentos

Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty)

Embaixada do Brasil em Berlim

Ana Flávia portilho Ferro de Aquino
Maria Beatriz de Souza Lima Harke

Embaixada do Brasil na Bélgica

Camilo Licks Rostand Prates
Maria Eduarda Paiva Meira de Oliveira
Paulo Henrique Ribeiro Zerbinati
Nilze Azevedo

Embaixada do Brasil na França

Sistema Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC-SESC-SENAC

Presidente: José Roberto Tadros

Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação

Presidente: Alexandre Sampaio de Abreu
Diretor da CNC e Coordenador do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (CETUR): Alexandre Sampaio de Abreu

Equipe CNC/CETUR

Aline Lopes
Aline Magno
Vanessa Paganelli
Andreia Soares da Rocha
Viktória War
Luciana de Melo Neto
Débora Firmino Dutra Silva
Fernanda Ribeiro Ramos Lopes
Marcia Cristina Alves
Regina dos Santos Cardoso
Felipe Maranhão

Secretaria de Turismo do Estado do Pará

Secretário: José Eduardo Pereira da Costa
Secretário Adjunto: Lucas Vieira Torres
Diretora de Produtos Turísticos: Alessandra Pamplona de Azevedo
Coordenador de Marketing: Victor de Souza Lopes

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

Secretário: Raul Protazio Romão
Secretária Adjunta de Bioeconomia: Camille Bendahan Bemerguy
Técnica em Gestão de Meio Ambiente: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues
Técnico em Gestão de Meio Ambiente: Marcel Assis Batista do Nascimento
Técnica em Gestão de Meio Ambiente: Beatriz Teixeira Barbosa Lima

GEBIO/SEMAS

GT de Turismo de Base Comunitária do Comitê Executivo Plano Estadual de Bioeconomia

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues
Marcel Assis Batista do Nascimento
Cláudia de Souza
Beth Bauchwitz
Benno Pokorny

Secretaria de Estado de Cultura do Pará

Secretária: Ursula Vidal

Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - Amazonastur

Adelson Pacheco
Kátia Braga
Vanessa Marino

Serviço Social do Comércio do Pará - SESC/PA

Coordenadoria de Sustentabilidade

Coordenador: Daniel Braga Sampaio Coelho

SESC Ver-o-Peso

Gerente da Unidade: Vinicius Moretti Zavalis

Agência de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX

Carla Duarte
Alex Figueiredo
Vincent Furlan
Lucas brandão
Yasmin Paixão

Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Profª Drª Wilza da Silveira Pinto
Profº Drº Deusdedit Cruz Filho
Profº Drº Sérgio Brazão e Silva

IDEFLO Bio

Gestor das Unidades de Conservação: Julio Cesar Meyer Júnior

Federação Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Turismo - FERBTUR

Diretora Regional Amazônia: Christina Hayne

Guá Arquitetura

Pablo do Vale e Luís Guedes

Programa História dos Destinos

Esther Rapoport

Ativista e Representante do Povo Kambeba

Drª Marcia Kambeba

Restaurante Casa do Saulo

Saulo Jennings

Maio de 2025

Prefácio

A Amazônia no centro de um novo modelo de turismo para o Brasil

O Brasil é, por natureza, um dos destinos turísticos mais ricos e desejados do mundo. Nossa diversidade ambiental, cultural e humana, aliada à hospitalidade e à criatividade do povo brasileiro, constrói uma oferta única para visitantes dos quatro cantos do planeta. Nesse contexto, a Amazônia se destaca como símbolo de potencial transformador: um território que concentra saberes ancestrais, biodiversidade inigualável, riqueza cultural, oportunidades econômicas e uma vocação natural para o turismo sustentável.

É com esse espírito que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) se une ao Instituto Aupaba nesta importante publicação, que

visa promover internacionalmente as oportunidades de turismo sustentável na Amazônia Legal. Esta iniciativa está plenamente alinhada com a campanha Turismo Responsável, que temos conduzido em conjunto, e com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável, reforçados pela realização da COP30 em território amazônico.

A CNC acredita que o turismo, quando pautado em práticas responsáveis e sustentáveis, é uma poderosa ferramenta de transformação social, geração de renda, preservação ambiental e inclusão econômica. Ele movimentará uma extensa cadeia produtiva e gera impactos positivos que vão do pequeno empreendedor à grande empresa, promovendo o crescimento regional e a redução das desigualdades.



Nosso compromisso, ao lado das Federações, do Sesc, do Senac e das entidades empresariais que compõem o setor, é construir um modelo de turismo que una desenvolvimento socioeconômico à valorização cultural, respeitando as vocações locais e promovendo o bem-estar das comunidades. Valorizamos o turismo de base comunitária, étnico e cultural como pilar essencial de uma abordagem regenerativa e de longo prazo — garantindo que as próximas gerações também possam desfrutar das riquezas do nosso país.

Com mais de 70 anos de atuação, o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC tem sido protagonista na formulação de políticas públicas voltadas ao setor. Também lideramos o movimento Vai Turismo, uma mobilização nacional por investimentos em infraestrutura, conectividade, segurança, promoção internacional e ambiente de negócios mais competitivo. O turismo precisa ser visto como o que é: uma verdadeira alavanca de crescimento sustentável para o Brasil.

Parabenizamos o Instituto Aupaba pela iniciativa e reafirmamos nosso compromisso com a construção de um turismo que respeita, inclui, valoriza e transforma. A Amazônia é a nossa grande oportunidade — e nossa responsabilidade.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac



Apresentação

Amazônia Viva: Um Convite à Regeneração

A Amazônia não é uma abstração geográfica: ela é um corpo vivo, território-sabedoria, um sistema pulsante de relações entre pessoas, florestas, rios e ancestralidades. É nesse tecido complexo e profundamente simbólico que o Instituto Aupaba finca raízes com este projeto — *Regenerando Territórios: Amazônia Viva e Turismo Sustentável – Pará* — que nasce como um gesto de escuta, articulação e proposição.

A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta, cobrindo cerca de 5,5 milhões de km² de vegetação contínua dentro de uma bacia hidrográfica que se estende por 7 milhões de km², abrangendo nove países sul-americanos: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Su-

riname e Guiana Francesa. Apenas o Brasil concentra cerca de 60% da floresta, seguido pelo Peru (16%) e porções menores nos demais países. No Brasil, esse território é compreendido tanto pelo bioma Amazônia, que cobre 49,29% do país, quanto pela chamada Amazônia Legal, uma delimitação político-administrativa criada em 1966 para fins de planejamento regional que representa os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Esta delimitação, criada em 1966 com a fundação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), não apenas engloba o bioma amazônico, mas também partes dos biomas Cerrado e Pantanal.

A Amazônia brasileira é também um território de **diversidade sociocultural extraordinária**, habitado por mais de **170 povos indígenas**, centenas de comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e agroextrativistas que mantêm modos de vida profundamente integrados aos ciclos naturais. É neste espaço que o Brasil concentra grande parte de sua **riqueza hídrica, genética e cultural**, posicionando a região como **ativo fundamental para a justiça climática global** e para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na valorização do patrimônio biocultural e na floresta em pé.

Reconhecida por sua incomparável biodiversidade, a Amazônia abriga mais da metade das florestas tropicais remanescentes do planeta, sendo considerada o maior e mais diverso ecossistema florestal do mundo. No cenário internacional, a região é símbolo de importância ecológica global. Desde 2000, uma área de seis milhões de hectares no centro da bacia, incluindo o Parque Nacional do Jaú, é

reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. Em 2009, a Amazônia foi ainda classificada como a principal candidata na categoria florestas da campanha global das Sete Maravilhas Naturais do Mundo.

Creio que a Amazônia ainda esteja sendo descoberta, tanto por estrangeiros, quanto por nós, brasileiros. E contribuir para o fortalecimento de um modelo de turismo que regenere, incorporando práticas que reparam, restauram e encantam, é o maior desafio nos próximos anos. É fundamental colocar as comunidades e o patrimônio biocultural a serviço da vida, da justiça climática e da dignidade dos povos amazônidas.

Apresentamos aqui um conjunto de reflexões, experiências, dados e proposições que partem do Pará — coração pulsante da Amazônia brasileira e anfitrião da próxima COP30 — mas que ecoam para além das fronteiras geográficas, apontando caminhos para um novo paradigma na relação entre turismo e território.





Por que o Pará?

Estado sede da COP30 em 2025, o Pará guarda 25% da Amazônia Legal e abriga uma diversidade impressionante de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas. É aqui que se concentram alguns dos maiores desafios e oportunidades para um desenvolvimento que honre os ciclos da floresta e os direitos de quem nela habita. Esta publicação reconhece esse papel estratégico e busca oferecer ao Pará ferramentas, visibilidade e articulação para liderar uma agenda turística regenerativa em escala global.

Nas páginas a seguir, você encontrará:

- Visões de futuro sobre turismo regenerativo a partir dos campos da ecologia, economia, cultura e governança territorial;
- Casos inspiradores, como os roteiros da Ilha do Combu, a Rede de Turismo de

Base Comunitária do Marajó e as rotas de turismo cultural em Belém;

- Dados e referências que articulam conservação e prosperidade: indicadores, metas, políticas públicas e oportunidades de investimento;
- Cultura como potência regenerativa, celebrando a culinária, o artesanato, os grafismos, as narrativas orais e a musicalidade paraense como expressões vivas da biodiversidade cultural;
- Amazônia em cena global, com destaque para a COP30 e a importância de posicionar o Brasil como referência mundial em turismo com impacto positivo.

Um projeto tecido a muitas mãos

Este material é fruto do diálogo com comunidades tradicionais, especialistas, gestores públicos, empreendedores sociais e aliados institucionais que compartilham o desejo de construir outra lógica para o turismo na Amazônia: uma lógica do cuidado, da reciprocidade e da restauração.

Neste sentido, não propomos fórmulas prontas, mas caminhos abertos. Como os igarapés que serpenteiam a floresta, esta publicação propõe percursos múltiplos — guiados pela ética do encontro e pela escuta dos territórios.

Que este material seja ferramenta e inspiração para um pacto de regeneração.

Seguimos juntos.

Luciana De Lamare
Presidente do Instituto Aupaba

CAPÍTULO 1

Compreendendo o potencial do turismo na Amazônia Paraense a partir de suas vocações bioculturais



A Amazônia Paraense é um dos territórios mais ricos e complexos do planeta. Aqui, natureza e cultura se entrelaçam em paisagens vivas, moldadas por rios imensos, florestas densas, saberes ancestrais e modos de vida que desafiam as lógicas hegemônicas de desenvolvimento.

Compreender o turismo a partir das vocações do território é o primeiro passo para que ele deixe de ser uma ameaça e se torne aliado. No Pará, não se trata de impor um modelo, mas de revelar aquilo que já pulsa: os roteiros de base comunitária, a culinária ancestral, as expressões culturais, o artesanato identitário e as práticas agroextrativistas que aliam saber local e inteligência ecológica. Além disso, o mais importante, aprender e ensinar que a floresta em pé vale mais. O turismo traz a oportunidade de preservação através da regeneração e manutenção dessas vocações. A floresta em pé empodera as comunidades, fortalece saberes, atrai o visitante.

Ao longo de séculos, a Amazônia foi incorporada ao sistema econômico global como periferia produtora de matérias-primas. Desde o ciclo da borracha até os megaprojetos de mineração e soja, a floresta foi vista como estoque inesgotável de recursos a serem extraídos e exportados. O modelo colonial nunca foi superado: apenas ganhou novas roupagens. Hoje, o extrativismo se modernizou, mas mantém a lógica de invisibilização dos povos da floresta e de desvalorização do que é local. As commodities saem da Amazônia para o mundo com etiquetas internacionais, sem identidade territorial, sem reconhecimento dos saberes ancestrais que sustentam sua existência.

Essa lógica extrativa beneficia poucos e compromete muitos. Ela concentra renda, gera desigualdades profundas e enfraquece economias locais, que permanecem à margem das cadeias globais de valor. Os produtos amazônicos — do cacau ao açaí, da castanha ao pirarucu — circulam

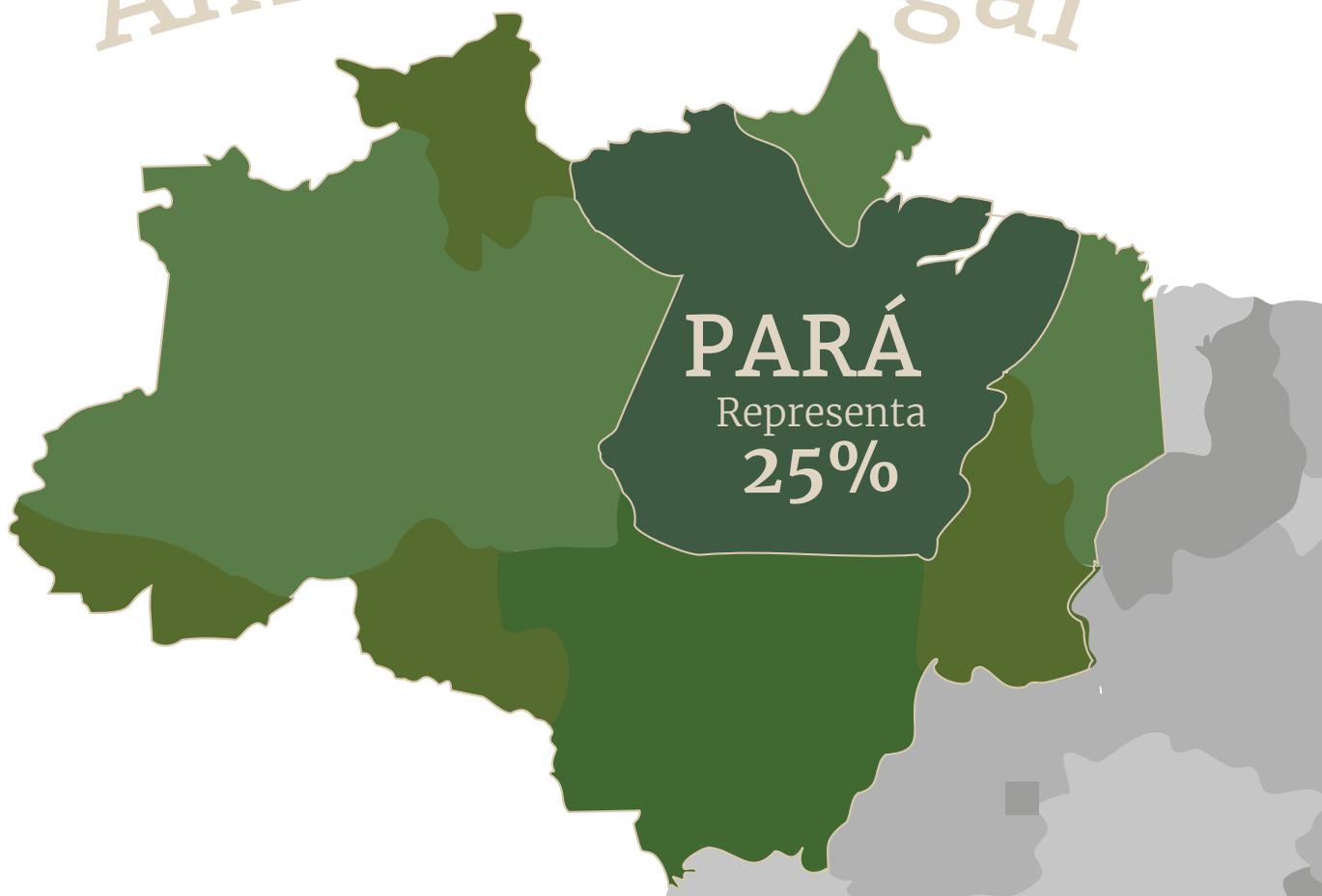
globalmente, mas sem agregar valor nas comunidades de origem. A floresta é exportada em sacas, sem rosto, sem nome, sem narrativa. E o turismo, quando mal conduzido, pode reforçar essa lógica: vendendo imagens estereotipadas, ignorando a cultura viva dos territórios e alimentando um consumo predatório de paisagens.

No entanto, outra rota é possível. Quando fortalecemos os sistemas agroflorestais, o turismo comunitário e a agricultura regenerativa, rompemos com o modelo degenerativo e abrimos espaço para uma economia que respeita os ciclos da vida. Por exemplo: ao apoiar uma comunidade que produz mel nativo de abelhas sem ferrão, ao vivenciar uma oficina com artesãos que colhem e trançam fibras

naturais, ao aprender sobre a colheita do açaí em varas tradicionais, o visitante se torna parte de um ecossistema que educa, respeita e gera renda.

Essa nova economia da floresta em pé conecta biodiversidade e cultura, ciência e tradição, natureza e negócios com propósito. Ela transforma o turismo em um catalisador de pertencimento e inovação territorial, em vez de agente de descaracterização. Como afirmam pensadores como Eduardo Gudynas e Silvia Rivera Cusicanqui, “regenerar não é apenas restaurar ecossistemas — é também reparar relações sociais, reconhecer epistemologias marginalizadas e devolver protagonismo aos povos que mantêm viva a floresta há milênios”.

Amazônia Legal



Biodiversidade (riquezas naturais)

A Amazônia abriga cerca de:



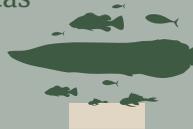
(Fonte: InfoAmazônia, Embrapa, ICMBio)



1.300
Espécies de aves



216
Espécies de anfíbios



2.400
Espécies de peixes



371
Espécies de répteis



Representa **10%** da biodiversidade mundial

(Fonte: InfoAmazônia, 2022)

Diversidade Cultural e étnica.



Mais de **180** povos indígenas vivem na Amazônia brasileira, **55** etnias diversas no **Pará**; Falam-se mais de **160** línguas indígenas



Mais de **500** comunidades quilombolas mapeadas no **Pará**;



Aproximadamente **1,2 milhão** de pessoas vivem em comunidades tradicionais no **Pará**;

110 O território indígena soma mais de **110 milhões de hectares**

(Fontes: ISPN, IBGE, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira)

A Economia da Amazônia

Historicamente, a economia da Amazônia Legal tem sido marcada por atividades como a pecuária e a agricultura. Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino na região aumentou de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças, um crescimento de 140%. No mesmo período, a área destinada a lavouras cresceu 275%, alcançando 7,4 milhões de hectares.

Fonte: Imazon+1Wikipédia, a enciclopédia livre+1

O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia Legal, em 2002, era de R\$ 82 bilhões, correspondendo a 6,1% do PIB nacional. Os estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso representavam conjuntamente 70% desse valor. O PIB per capita da região era de R\$ 7,4 mil, enquanto a média nacional era de R\$ 12,9 mil.

O Pará lidera a produção nacional de minérios, como ferro, bauxita, cobre e níquel. Em 2021, a produção de minério de ferro no estado foi responsável por aproximadamente 35% da produção nacional. No entanto, é necessário um olhar atento para que essa abundância não se converta em degradação ambiental e social.

Imagem: Jr Sardo - Pexels.com

Amazônia

Economia



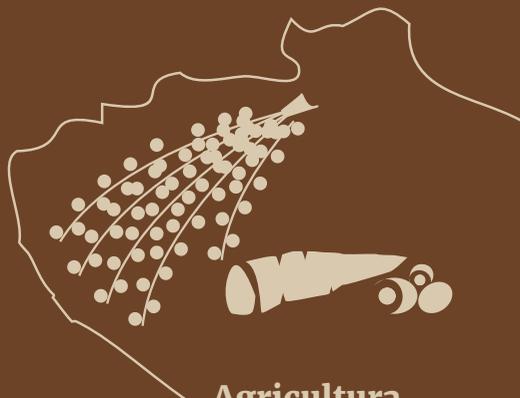
Líder nacional na produção de soja, milho e cacau.



Abriga um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil. Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino na região aumentou de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças.

(PIB)
R\$ 82 bilhões

O Produto Interno Bruto da Amazônia Legal, em 2002, era de R\$ 82 bilhões, correspondendo a 6,1% do PIB nacional. O PIB per capita da região era de R\$ 7,4 mil, enquanto a média nacional era de R\$ 12,9 mil.



Agricultura

O Pará mantém uma posição de liderança na produção de mandioca (3,8 milhões/T), dendê (2,8 milhões/T) e açaí (1,6 milhões/T), cujos volumes superam significativamente a média nacional.

Recorde de R\$ 28,6 bilhões no valor da produção agrícola em 2023.



Pecuária

Entre 1997 e 2023, a produção de carnes no Pará teve um crescimento notável, mais de 600%.

Em 2023, o Pará exportou 106,2 mil toneladas de carnes.

Pará

Economia



Minérios

Líder na produção nacional de minérios, como ferro, bauxita, cobre e níquel.



Rebanho

O estado possui o maior rebanho bovino da região Norte, passando de 1,6 milhão de cabeças. No âmbito nacional, o Pará é o segundo maior produtor, com 10,5% do rebanho total do Brasil.



O Pará lidera também o maior rebanho bubalino do país, consolidando-se como o principal estado nessa atividade pecuária.

A Amazônia destaca-se como líder nacional na produção de soja, milho e cacau, além de abrigar um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil. Com investimentos crescentes em tecnologia, expansão das áreas cultivadas e melhoria na infraestrutura logística, a agropecuária paraense se fortalece como motor econômico e estratégico da Região Norte. Os dados fazem parte do Boletim Agropecuário do Pará 2024, produzido pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). Um dos principais dados é referente à pecuária, atividade econômica estratégica no Pará, destacando-se como uma das principais fontes de riqueza e desenvolvimento regional. O estado possui o maior rebanho bovino da região Norte, passando de 1,6 milhão de cabeças. No âmbito nacional, o Pará é o segundo maior produtor, com 10,5% do rebanho total do Brasil. O Pará lidera também o maior rebanho bubalino do país, consolidando-se como o principal estado nessa atividade pecuária. Em 2023, o estado foi responsável por 40,9% do efetivo nacional, contabilizando 683,6 mil cabeças, um crescimento expressivo de 6% em relação ao ano anterior.

Pecuária - Entre 1997 e 2023, a produção de carnes no Pará teve um crescimento notável, mais de 600%, passando de 128,5 para 866,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento absoluto de cerca de 738,1 milhões de toneladas. Em 2023, o Pará exportou 106,2 mil toneladas de carnes, com dez municípios concentrando mais de 99% desse total.



Imagem: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

Agricultura - O Pará destaca-se no cenário agrícola nacional por sua vasta extensão territorial e pelo cultivo de culturas estratégicas, mantendo uma posição de liderança na produção de mandioca (3,8 milhões/T), dendê (2,8 milhões/T) e açaí (1,6 milhões/T), cujos volumes superam significativamente a média nacional. Além disso, o estado também se sobressai na produção de banana (0,4 milhões/T), abacaxi (0,3 milhões/T), coco da baía (0,2 milhões/T), cacau (0,1 milhões/T) e pimenta do reino (0,04 milhões/T), re-

forçando seu papel no fornecimento de alimentos para consumo direto e para uso como insumos industriais.

O crescimento manteve-se consecutivo nos últimos quatro anos, culminando em um recorde de R\$ 28,6 bilhões no valor da produção agrícola em 2023. Esse avanço também refletiu um aumento da participação do Pará no cenário nacional, com sua contribuição no valor da produção agrícola do Brasil passando de 2,4% para 3,5%.

Pimenta do reino



Imagem: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

Exportação - Com a agropecuária paraense aquecida e empregando, o Estado destaca-se como um dos principais polos agroexportadores do Brasil. Em 2023 o Pará exportou 5,5 milhões de toneladas de produtos agropecuários, um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior. Na série histórica, entre os anos 2000 e 2023, o volume exportado pelo estado registrou um aumento expressivo de 587,4%.

Os produtos do reino vegetal representaram 91% de todo o volume enviado ao mercado internacional, refletindo a preferência global por esses itens. Já a madeira ocupou a segunda posição, com 4% do total comercializado. Sequencialmente, aparecem os animais vivos

e produtos do reino animal, com 4%, e gorduras e óleos animais e vegetais, com 1%.

Os principais produtos agropecuários que lideraram as vendas internacionais foram a soja e o milho. Em 2023, a soja respondeu por 61,3% do volume total enviado ao exterior, com um crescimento de 32% em relação a 2022 e receita de US\$ 1,6 bilhão. Já o milho registrou uma alta de 44,7% entre 2022 e 2023, representando 33,4% do total comercializado e alcançando US\$ 401,6 milhões em valor negociado.

Fonte: Agência Pará, 2025, <https://agenciapara.com.br/noticia/65188/para-lidera-producao-de-soja-milho-cacau-e-criacao-de-bufalos>.

Considera-se ‘produção mineral’ a atividade que envolve a extração e o tratamento de minérios, abrangendo minerais metálicos (como ferro, cobre e alumínio), não metálicos (como areia, caulim e sal), energéticos (como carvão mineral e materiais radioativos) e gemas ou diamantes. De acordo com dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), o Brasil produziu 1,7 bilhão de toneladas de minérios em 2021. Nesse mesmo ano, o estado do Pará extraiu 369,4 milhões de toneladas, representando 21,2% da produção nacional. (Tabela 01)

Panorama da mineração paraense no cenário nacional por classe de substância produzida (2021)

Classe de substância Mineral	Produção (Milhões de toneladas)		Proporção PA/BR (%)
	Brasil	Pará	
Total	1739,7	369,4	21,2
Metálicos	994,6	356,8	35,9
Não metálicos	731,7	12,6	1,7
Gemas e Diamantes	1,5	0,0	0,0
Energéticos	11,6	-	-

Fonte: ANM, 2023.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

No que diz respeito à composição da exportação mineral do Brasil por Unidade Federativa, verificou-se que, em 2022, apenas três estados contribuíram com mais de 70% da comercialização externa do minério brasileiro. O Pará obteve destaque como o segundo maior exportador mineral do Brasil, registrando um valor de US\$ 15 bilhões em 2023. Esse montante corresponde a 16,6% de todo o valor mineral comercializado pelo país.

Fonte: [https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Boletim%20da%20Minera%C3%A7%C3%A3o%202023%20\(vers%C3%A3o%2017.04.2023\)%20EXPEDIENTE.PUBLICA%C3%87%C3%83O.pdf](https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Boletim%20da%20Minera%C3%A7%C3%A3o%202023%20(vers%C3%A3o%2017.04.2023)%20EXPEDIENTE.PUBLICA%C3%87%C3%83O.pdf)



Imagem: Jean Gc - Pexels



Desafios atuais na Amazônia



Em novembro de 2025, Belém receberá a COP30, conferência global que definirá os rumos da luta contra as mudanças climáticas. A escolha da cidade não é aleatória: é um reconhecimento de que o futuro do planeta depende da Amazônia, e o Pará está no epicentro desse desafio. A conferência marca os 10 anos do Acordo de Paris e ocorre em um momento crítico: a floresta perdeu 20% de sua cobertura original, e cientistas alertam que o ponto de não retorno pode estar próximo

Fonte: Science, 2022.

A Amazônia Paraense é marcada por uma potente contradição: é ao mesmo tempo um dos territórios mais ricos em biodiversidade, culturas e saberes tradicionais, como também um dos mais pressionados por desigualdades sociais, desmatamento e degradação ambiental. A construção de caminhos sustentáveis e regenerativos para a região exige, antes

de tudo, o reconhecimento honesto e direto dos desafios que estruturam essa realidade.

No coração dessa riqueza, esconde-se um tesouro pouco conhecido: os recifes amazônicos. Descobertos em 2016, esses jardins subaquáticos se estendem por 9.500 km² na foz do rio Amazonas, do Maranhão à Guiana Francesa. Sob águas turvas e sedimentos, corais, esponjas e peixes adaptados a condições extremas criam um ecossistema único, sustentado por microrganismos que transformam minerais em vida. É como se a floresta, ao encontrar o mar, inventasse novas formas de existir

Fonte: Moura et al., 2016, <https://doi.org/10.1126/sciadv.1501252>).

Entretanto, esse equilíbrio está sob ameaça. A exploração de petróleo na região, com dezenas de blocos já licitados,

coloca em risco não apenas os recifes, mas também as comunidades costeiras que dependem desses mares. Sem um planejamento que ouça quem vive ali, os vazamentos e a degradação podem apagar esse capítulo da Amazônia antes mesmo de ser completamente entendido.

Fonte: Francini-Filho et al., 2018, <https://doi.org/10.3389/fmars.2018.00142>

Enquanto isso, em terra firme, a floresta enfrenta seu próprio cerco. Entre 2019 e 2020, o desmatamento na Amazônia cresceu 9,5%, com o Pará liderando essa triste estatística: 37% de toda a devastação ocorreu em seu território (INPE, 2021, <https://www.obt.inpe.br>). Áreas onde onças-pintadas caçavam e araras-azuis faziam ninhos viraram pasto ou carvão. O resultado? Nos últimos dez anos, o número de espécies ameaçadas na região teve um aumento alarmante de 65%, atingindo 503 plantas e animais — como o macaco-aranha-de-cara-preta, cujo desaparecimento desequilibraria toda a cadeia alimentar.

Fonte: IUCN, 2020, <https://www.iucnredlist.org>

O desmatamento é talvez o sinal mais visível da crise ambiental em curso. Em 2023, o Pará liderou o desmatamento na Amazônia com mais de 1.200 km² de floresta derrubada, segundo o INPE. Desse total, 45% ocorreram em terras públicas não destinadas, sem qualquer tipo de proteção legal ou uso definido, alvos preferenciais de grilagem e de exploração especulativa. Essa situação evidencia o vácuo de governança territorial e a fragilidade da regulação fundiária, que permite a avançada destruição mesmo sem respaldo legal.

O avanço de atividades ilegais é outro ponto crítico. O garimpo, frequentemente realizado em áreas de proteção ou terras indígenas, contamina os rios com mercúrio, desloca populações tradicionais e provoca conflitos territoriais. Ao mesmo tempo, o crescimento desordenado da pecuária é um dos motores da conversão florestal. Em regiões como São Félix do



Xingu, é comum a ocupação ilegal de terras por grandes rebanhos bovinos, contribuindo para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a pressão sobre áreas protegidas.

Esses processos têm impactos diretos sobre a população. O Pará é o estado brasileiro com maior emissão de gases de efeito estufa, respondendo por 19% das emissões nacionais em 2020 (SEEG), enquanto 44% de sua população vive abaixo da linha da pobreza (PNUD). O estado ocupa a 24ª posição no ranking nacional do IDH (0,646), o que revela uma combinação de riqueza natural e vulnerabilidade humana.

O Pará carrega um paradoxo: é o que mais desmata, mas também o que mais inova em soluções. Com grande parte da floresta amazônica em seu território, o Pará vê comunidades tradicionais e indígenas reescreverem essa narrativa. No Xingu, por exemplo, aldeias transformaram-se em destinos turísticos onde vi-

sitantes aprendem a pescar com anzol de madeira e a colher frutos sem machucar as árvores. Essas iniciativas já geraram R\$2,8 milhões em renda direta para 15 comunidades entre 2018 e 2023.

Fonte: SECOM, 2021, <https://www.pa.gov.br>

No campo institucional, os desafios passam pela fragilidade das políticas de ordenamento territorial e pela lentidão nos processos de regularização fundiária e demarcação de terras indígenas e quilombolas. A ausência de regulamentação eficaz favorece a exploração ambiental, que ocorre sob respaldo institucional, mas sem garantia de benefício para as populações locais. A dificuldade de implementar políticas públicas adequadas também está presente no campo da cultura: são escassas as iniciativas que reconhecem e fortalecem os saberes tradicionais, as expressões culturais e as línguas originárias como elementos centrais de continuidade territorial que atendam a vastidão da região.

Outro desafio se destaca na educação: a falta de formação específica em áreas como gestão financeira, governança comunitária e uso de tecnologias. Essa lacuna é uma queixa recorrente entre coletivos e associações locais envolvidos no turismo de base comunitária. Jovens ribeirinhos relatam que os programas de capacitação oferecidos são esporádicos e pouco alinhados à realidade local, dificultando a permanência e a sustentabilidade dos empreendimentos.

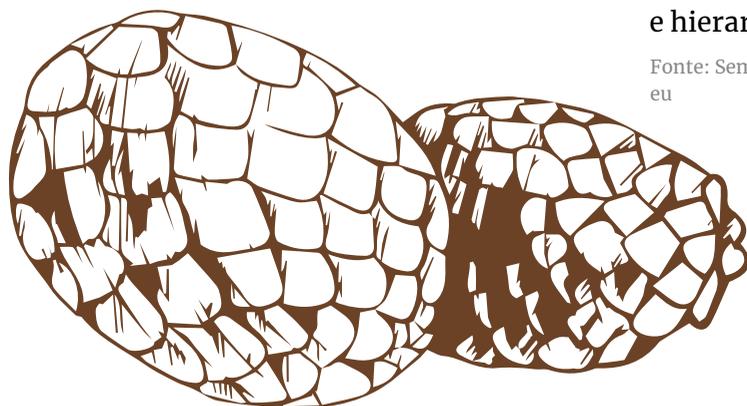
Ao lado da exclusão socioeconômica e da precariedade de infraestrutura, a exclusão digital também emerge como uma barreira real. Apesar de algumas iniciativas inovadoras, como o uso de drones para monitoramento ambiental e aplicativos desenvolvidos por organizações indígenas, grande parte das comunidades ainda carece de acesso à conectividade básica, o que limita sua inserção em redes de colaboração e comercialização.

Reconhecer essas questões como estruturantes é o primeiro passo para promover mudanças. É apenas a partir da observação atenta dos territórios, do fortalecimento das organizações comunitárias e da construção de marcos legais coerentes com a diversidade regional que se poderá caminhar rumo à transição de modelos.

Para o Pará, sediar a COP30 é uma oportunidade de mostrar ao mundo que desenvolvimento e conservação não são opostos. Projetos como o Territórios Sustentáveis, que combate o desmatamento em 11 municípios críticos, já reduziram a devastação em 34% nessas áreas desde 2021 (TNC, 2023, <https://www.tnc.org.br/>). Já a Rede de Cantinas da Floresta, iniciativa que apoia a comercialização de produtos como castanha e açaí, gerou R\$ 12 milhões em renda para comunidades extrativistas em 2023, provando que a economia da floresta em pé é viável.

Nos últimos anos, a própria Amazônia tem se tornado o foco das atenções internacionais por sua importância estratégica na regulação do clima e na preservação dos ciclos que sustentam a vida. A realização de eventos como a “Semana da Amazônia”, realizada nas cidades de Berlim, Bruxelas e Paris, exemplifica esse crescente interesse e a urgência de se debater de forma colaborativa os rumos da preservação dos ecossistemas amazônicos. Durante esses encontros, líderes, ativistas, representantes da sociedade civil e comunidades tradicionais se reuniram, em sua última edição em 2024, para compartilhar suas experiências e reforçar a necessidade de um compromisso conjunto que transcenda fronteiras e hierarquias.

Fonte: Semana da Amazônia, 2024, <https://amazonweek.eu>





Da Degeneração à Regeneração —

Exemplos da resiliência da Amazônia e de suas gentes

Apesar dos inúmeros desafios que pesam sobre a Amazônia Paraense — do avanço do desmatamento à pressão por modelos extrativistas intensivos — é fundamental reconhecer que a região também é fértil em iniciativas transformadoras, que indicam caminhos possíveis e sustentáveis para o futuro. Veremos neste material, compilado entre a Universidade Federal do Pará e a Secretaria Estadual de Bioeconomia do Pará, que há soluções que podem mitigar o processo de degeneração. Esses projetos já acontecem em diferentes escalas e com distintos arranjos institucionais, mas precisam ser visibilizados, fortalecidos e replicados.

Além de preservar o meio ambiente e valorizar a biodiversidade, essas iniciativas desempenham um papel essencial ao promover justiça climática, inclusão econômica e o protagonismo das comunidades locais. São sementes de futuro plantadas hoje, com impactos concretos na vida de moradores e visitantes. E mais: abrem espaço para o fortalecimento das finanças verdes, da bioeconomia, da certificação de cadeias produtivas e da revalorização dos territórios como bens vivos e simbólicos.

Imagem: Wallace Castro - Pexels

Algumas iniciativas em destaque:

Projeto Saúde e Alegria (Santarém):

Transformação de áreas degradadas em sistemas agroflorestais com plantio de cacau, cupuaçu e espécies nativas. Resultado: 500 hectares recuperados e 300 famílias capacitadas para geração de renda e segurança alimentar.



Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapicuni, pousadas ecológicas funcionam

com energia solar, evitando o uso de geradores a diesel. Cada hospedagem financia a instalação de painéis em escolas ribeirinhas, beneficiando 600 alunos até 2023.

(ICMBio, 2023, <https://www.icmbio.gov.br>).

Origens Brasil® (Imaflora):



Conexão entre empresas e comunidades que produzem de forma sustentável, como os Kayapó, que comercializam mel para a indústria de cosméticos, conservando 10 milhões de hectares de floresta.

PlanBio - Plano Estadual de Bioeconomia:

Com 122 ações estruturadas e mais de R\$ 89 milhões investidos, promove cadeias produtivas sustentáveis, turismo de base comunitária, e iniciativas de monitoramento via dashboard transparente.

Programa PSA

- Pagamento por Serviços Ambientais: Implementado pelo Governo do Pará com apoio da TNC e AMDTF, compensando práticas de conservação com recursos diretos às comunidades.

Sesc e Instituto Laurinda da Amazônia:

Turismo social imersivo com vivência em comunidades ribeirinhas e quilombolas, como na Ilha de Ingapijô, com atividades de visitação a plantações, oficinas e turismo de aventura na Ilha do Combu.



↑
15%

Em Monte Alegre, o Parque Estadual recebeu 15% a mais visitantes em 2023 após a formação de guias locais, muitos deles ex-madeireiros.

(SEMAS-PA, 2024, <https://www.semaz.pa.gov.br>)

IDEFLOR - Bio na Floresta Estadual do Trombetas:

Apoio ao manejo da castanha-do-pará por comunidades quilombolas, reduzindo em 40% os incêndios nas áreas manejadas.



3x

Rede "Açaí com Respeito" (Ilha do Marajó):

Turismo comunitário aliado à venda direta de polpas de açaí. A renda das mulheres triplicou, passando de R\$5,00 para R\$20,00 por litro de açaí.



Na Ilha de Cotijuba, mulheres ribeirinhas criaram uma rede de artesanato com fibras naturais, vendendo peças diretamente aos visitantes, sem intermediários.

Parque dos Saberes (São Félix do Xingu):

Ex-garimpeiros transformados em guias turísticos e agentes de reflorestamento, atuando na recuperação de áreas degradadas.

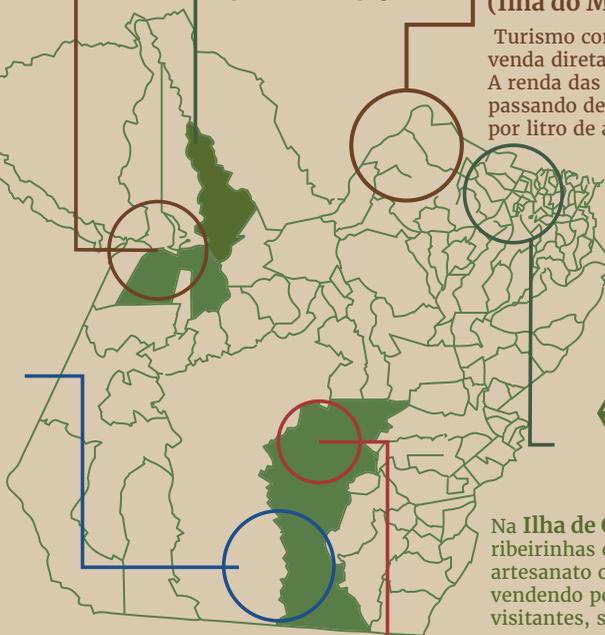


Projeto "Vitrines COP30":

Apoio a roteiros turísticos em comunidades amazônicas para atrair visitantes e investidores durante a conferência climática, com foco na bioeconomia e no protagonismo comunitário.

BioBusiness Pará:

Feiras com desfiles de biojoias, rodadas de negócios e exposição de produtos sustentáveis produzidos por populações tradicionais, conectando produção local e mercado internacional.



Justiça Climática vai além da descarbonização

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) alerta que o aquecimento global está acelerando (IPCC, 2023, <https://www.ipcc.ch>), mas, no Pará, esse fenômeno tem rostos conhecidos. São pessoas como Dona Maria Tereza, liderança quilombola de Moju, que explica: “Antes, a chuva vinha na hora certa para plantar mandioca. Agora, ou falta água, ou vem tudo de uma vez, levando a roça”. Essas mudanças, impulsionadas por desmatamento e queima de combustíveis fósseis, não atingem a todos igualmente. Enquanto países ricos são responsáveis por 92% do excesso histórico de emissões (Carbon Brief, 2021, <https://www.carbonbrief.org>), comunidades

como as de Moju, que pouco contribuíram para o problema, arcam com as piores consequências.

Essa desigualdade é o cerne da justiça climática: reconhecer que quem menos destruiu é quem mais sofre. Mas no Pará, as comunidades não esperam por salvadores. Na Reserva Extrativista Arióca Pruanã, ribeirinhos combinam GPS e conhecimento ancestral para monitorar focos de calor. “Usamos app de celular, mas também observamos o canto dos pássaros — quando ficam quietos, é sinal de fogo perto”, conta Seu Raimundo, de 68 anos. Essa fusão de saberes gerou uma redução de 40% nos incêndios na região entre 2020 e 2023.

Fonte: ICMBio, 2023, <https://www.icmbio.gov.br>

Os números comprovam a urgência da situação: de acordo com dados registrados pelo INPE, a temperatura média no estado subiu 1,2°C desde 1960 (INPE, 2022, <https://www.inpe.br>). Além disso, eventos climáticos



Imagem: Amanda Letícia - Pexels



Imagem: Freepik.com

extremos, como as cheias que desalojaram 500 famílias em Santarém em 2021 (Defesa Civil do Pará, 2021, <https://www.defesacivil.pa.gov.br>), são cada vez mais frequentes. Para os Munduruku do Alto Tapajós, isso significa ver áreas sagradas de pesca sumirem sob enxurradas, enquanto os Tembé de Santa Maria do Pará enfrentam safras de açaí minguentes.

A descarbonização se consolidou como uma meta quase consensual nas agendas climáticas globais. No entanto, sob esse termo técnico e aparentemente neutro, escondem-se disputas fundamentais sobre território, poder e justiça ambiental. Na Amazônia Paraense, os efeitos das mudanças climáticas já são uma realidade evidente, com a alteração dos regimes de chuva, o aumento das queimadas e o comprometimento dos ciclos agrícolas. Nesse contexto, o debate sobre descarbonização não pode ser dissociado da luta por soberania territorial, valorização dos modos de vida locais e enfrentamento da desigualdade estrutural.

Reduzir emissões de gases de efeito estufa é urgente, mas o questionamento é essencial: **quem emite, quem paga e quem lucra com a solução proposta?** O avanço acelerado dos mercados de carbono, especialmente na Amazônia, revela uma lógica que mantém a arquitetura de exploração: empresas do norte global e de setores altamente poluentes compram créditos de carbono para compensar suas emissões — muitas vezes sem alterar de fato seus modelos de produção — enquanto comunidades locais recebem uma fração mínima dos benefícios e arcam com o custo de manter a floresta em pé.

A ideia de que preservar pode gerar receita é potente, mas se torna frágil quando não há transparência, redistribuição de valor e protagonismo dos povos da floresta. Projetos de créditos de carbono firmados sem consulta prévia, livre e informada, e com contratos pouco claros, se multiplicam em territórios amazônicos. Há denúncias de que famílias indígenas e ribeirinhas assinam documentos sem



plena compreensão, cedendo direitos sobre seu próprio território em troca de promessas vagas. O caso de contratos envolvendo milhões de hectares, firmados com intermediários que sequer são da região, ilustra o risco de que a “economia verde” se torne apenas uma nova fase do velho extrativismo, agora travestido de neutralidade climática.

A floresta amazônica não é apenas um estoque de carbono. Ela é vida, cultura, alimento, território sagrado e fonte de múltiplas economias. Descarbonizar, neste contexto, **não pode se limitar a negociar toneladas de CO₂**. Exige repensar o modelo de desenvolvimento. Significa garantir regularização fundiária, combater o desmatamento ilegal com rigor, valorizar a agricultura regenerativa, fomentar o turismo de base comunitária e reconhecer juridicamente os modos de existência que historicamente mantêm o equilíbrio do bioma.

Programas que visam a transição energética e o uso de tecnologias limpas em sistemas isolados da Amazônia — como o “**Energias da Amazônia**”, do MME (2023) — são importantes, mas ainda insuficientes. O verdadeiro desafio está em articular esses investimentos a políticas públicas que enfrentem o racismo ambiental, a marginalização de saberes locais e a financeirização das florestas sem retorno efetivo às comunidades que ali vivem.

A Amazônia Paraense precisa de soluções estruturais, não compensatórias. O carbono é apenas um dos elementos da equação. Descarbonizar, nesse território, só fará sentido se vier junto com a redistribuição do poder sobre os bens comuns e o reconhecimento de que a floresta em pé é parte de uma cosmologia, de uma economia viva e de um projeto de futuro que não cabe nas métricas do mercado.

Um exemplo é o povo Munduruku do **Alto Tapajós**, que viu suas áreas sagradas de pesca desaparecerem com a construção de hidrelétricas e o avanço do garimpo ilegal.

Sua fala ecoa um princípio básico: justiça climática começa quando ouvimos quem sempre soube cuidar da terra.

**“Não queremos
compensação;
queremos que
respeitem nosso
modo de vida”**

Alessandra Korap, liderança Munduruku.



O turismo sustentável surge como ferramenta para reduzir agentes poluidores. O Pará está reescrevendo sua relação com a natureza através de iniciativas como o Projeto Carbono Ribeirinho, que transforma áreas degradadas em polos de turismo ecológico. Na Área de Proteção Triunfo do Xingu, 10 mil hectares de pastos abandonados estão sendo reflorestados com espécies nativas. Os créditos de carbono gerados são vendidos a empresas globais, e parte dos recursos financia roteiros turísticos liderados por comunidades locais.

Na prática, isso significa que um visitante que caminha por trilhas recém-recuperadas não apenas aprende sobre biodiversidade, mas também financia a vigilância comunitária contra invasões. Em 2023, essas ações reduziram o desmatamento em 28% na região

Fonte: Imazon, 2023, <https://imazon.org.br>

**“Cada árvore plantada
é um passo para
curar a terra”**

Ademir Kaba, líder do povo Munduruku, envolvido no projeto.

Integrar turismo e comunidades não é caminho fácil. Há estradas sem asfalto, falta de sinalização e, às vezes, resistência de quem teme que a cultura se perca. Mas os exemplos mostram que é possível.

O Papel da sabedoria ancestral —

Tecnologias avançadas da Amazônia para o mundo

A justiça climática exige mais que discursos — exige ação coletiva, e ela tem rosto, nome e história. No Pará, isso significa apoiar iniciativas como a Rede de Turismo de Base Comunitária do Marajó, que já capacitou 120 famílias em gestão sustentável de hospedagens, aumentando a renda local em 40% (ICMBio, 2022, <https://www.icmbio.gov.br>). Significa escolher roteiros que valorizem saberes ancestrais, como as técnicas de pesca com timbó (planta que atordoa peixes sem envenenar a água) ensinadas pelos Kayapó em Altamira.

São os quilombolas de Moju, que combatem incêndios com técnicas ancestrais, ou os indígenas Kayapó, cujas terras têm índices de desmatamento 90% menores que áreas não protegidas (Imazon, 2023, <https://imazon.org.br>). O turismo entra como aliado:

ao valorizar esses saberes, gera recursos para vigilância territorial e fortalece a luta contra a grilagem.

Em Salvaterra, no arquipélago do Marajó, o turismo comunitário financia a instalação de sistemas solares em comunidades isoladas, reduzindo o uso de geradores a diesel. São ações que mostram: clima e cultura são inseparáveis.

O turismo sustentável é uma das ferramentas para essa mudança — um convite a caminhar junto, aprender com quem conhece cada trilha, e garantir que as futuras gerações herdem não apenas uma Amazônia viva, mas uma sociedade mais justa.

O turismo de base comunitária no Pará não se limita a passeios: é uma ferramenta de justiça climática. Quando um visitante paga para participar de uma caminhada imersiva com os Kayapó, parte do valor financia drones que monitoram invasões em terras indígenas. Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, roteiros de “imersão ribeirinha” financiam a instalação de sistemas de energia solar, reduzindo o uso de geradores a diesel.

Longe dos modelos que enxergam a Amazônia como estoque de recursos a serem extraídos, surgem iniciativas que provam: é possível gerar riqueza mantendo a mata em pé, e o turismo sustentável é peça-chave nessa transformação.

Mas como isso funciona na prática? Na comunidade Vila Sucupira, ribeirinhos que antes dependiam da venda ilegal de madeira agora recebem turistas para ensinar técnicas de manejo sustentável. “Mostramos como extrair óleo de andiroba sem derrubar a árvore, e o visitante leva o produto como lembrança”, explica Dona Isabel, artesã de 62 anos. Parte da renda é reinvestida em vigilância comunitária contra invasões, reduzindo o desmatamento em 28% na região desde 2022.

Fonte: Imazon, 2023, <https://imazon.org.br>

O segredo está na governança compartilhada. Ao contrário de projetos impostos de cima para baixo, no Pará, as comunidades definem as regras. No Projeto Carbono Ribeirinho, liderado pelo Ideflor-Bio, 45 assentamentos rurais decidiram destinar 30% dos recursos de créditos de carbono para educação ambiental em escolas locais.

“Meus alunos já sabem que uma castanheira vale mais viva do que derrubada”

Professora Luíza, da comunidade Nova Esperança



O Papel da Bioeconomia no desenvolvimento local e na justiça climática

A bioeconomia paraense não é só sobre produtos — é sobre relações. Do tucupi fermentado pelas mãos das quebradeiras de coco babaçu ao óleo de andiroba que vira joia no Polo São José Liberto, cada cadeia valoriza a floresta em pé. O estado já responde por 38% da produção nacional de açai (IBGE, 2023, <https://www.ibge.gov.br>), mas o desafio é garantir que essa riqueza chegue a quem preserva os açazais.

O turismo amplifica essa lógica: no Mercado Ver-o-Peso, em Belém, a cozinha ancestral reina, enquanto chefs como Thiago Castanho e Saulo Jennings, transformam ingredientes locais em gastronomia de vanguarda, enaltecendo mundo afora a importância da preservação no prato. Comer segue sendo um ato político — e econômico.

Na Amazônia mais do que qualquer lugar no planeta.

Produtos como o açaí — do qual o Pará responde por 95% da produção nacional (IBGE, 2023, <https://www.ibge.gov.br>) — já provam que lucrar e preservar não são opostos, mas aliados. Um estudo publicado em 25 de março de 2025 pelo WRI Brasil reforça esse potencial: 13 cadeias da bioeconomia no estado poderiam ampliar o PIB em R\$ 816 milhões, gerar 6.6 mil empregos (com R\$ 135 milhões em salários) e injetar R\$ 44 milhões em impostos, tudo com um investimento de R\$ 720 milhões. Os números revelam uma matemática da esperança: cada R\$ 1,00 investido retorna R\$ 1,13 ao PIB, R\$ 0,19 em renda para trabalhadores e R\$ 0,06 em tributos. E o efeito multiplicador cresce conforme a cadeia avança — R\$ 1,14 na produção de matéria-prima, R\$ 1,27 na industrialização e R\$ 1,40 na comercialização.

Fonte: WRI Brasil/CicloVivo, 2025, <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/bioeconomia-pode-somarr-816-milhoes-ao-pib-do-para/>

Em Afuá, a ‘Veneza Marajoara’, esse futuro já floresce. Famílias ribeirinhas vendem polpas de cupuaçu e taperebá para restaurantes de Belém, enquanto guiam turistas em canoas pelos igarapés, mostrando que cada árvore em pé é um ativo econômico. ‘Antes, o açaizeiro era derrubado para virar móvel; hoje, ele vale mais em pé’, explica Dona Raimunda, líder comunitária, cujo quintal virou sala de aula sobre sustentabilidade. Seu relato ecoa os cálculos do estudo: investir na bioeconomia não é gasto, mas semente. Uma semente que, regada por políticas e parcerias, pode transformar pastos degradados em florestas produtivas — e histórias como a dela em regra, não exceção.

Essas iniciativas mostram que conservar a biodiversidade exige mais que leis — exige reconhecimento.

“A floresta não precisa ser salva; precisa que parem de destruí-la”

Ailton Krenak, líder indígena.



E é aqui que o turismo sustentável se torna aliado: ao valorizar saberes tradicionais, ele fortalece quem sempre protegeu a terra.

Enquanto isso, nas águas costeiras do Pará, pescadores artesanais unem-se a cientistas para mapear os recifes amazônicos. Em Soure, no Marajó, turistas ajudam a coletar dados sobre corais durante mergulhos guiados — informações que pressionam por políticas de proteção.

Imagem: Wallace Castro - Pexels

“Antes, só víamos petróleo aqui; agora, vemos vida”

Seu Zé, pescador há 40 anos.

Em 2020, o Pará marcou um avanço significativo ao implementar a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, pioneira no Brasil ao colocar os povos tradicionais no centro das decisões. Um exemplo é o projeto “Carbono nas Comunidades”, que direciona recursos de créditos de carbono para capacitação de agentes ambientais indígenas. Em três anos, 120 jovens de 15 etnias aprenderam a usar drones para monitorar desmatamento e a interpretar sinais da floresta que máquinas não captam. “A tecnologia ajuda, mas é o nosso conhecimento das trilhas que evita invasões”, diz Juma Xipayá, uma das participantes.

O turismo sustentável emerge como aliado nessa jornada. Na Ilha do Marajó, pousadas familiares administradas por ribeirinhas oferecem roteiros onde turistas ajudam a replantar manguezais — ecossistemas que armazenam quatro vezes mais carbono que florestas tropicais (UNEP, 2020, <https://www.unep.org>). Cada muda plantada financia bolsas de estudo para crianças da comunidade.

“Antes, meus filhos queriam ir para a cidade; hoje, querem ser ‘doutores da floresta’”

Dona Clara, anfitriã de uma pousada em Soure.



Já em Altamira, os Yudjá transformaram a ameaça da Usina de Belo Monte em oportunidade: criaram roteiros de turismo de base comunitária que mostram a vida antes e depois da barragem. Visitantes aprendem a pescar com arco e flecha, enquanto parte da renda é investida em sistemas de energia solar para aldeias isoladas. “Não queremos pena; queremos parceria”, enfatiza o cacique Juruna.

Essas iniciativas refletem um princípio simples: justiça climática começa com escuta. Quando o governo do Pará decidiu criar o “Fundo Climático Ribeirinho”, em 2022, não contratou consultorias internacionais — reuniu 34 mestres de saberes tradicionais em Belém. O resultado? Um programa que alia o reflorestamento de igarapés com a criação de “rotas de turismo de cura”, onde pajés ensinam o uso medicinal de plantas ameaçadas pelas mudanças no clima.

Entretanto, ainda há obstáculos significativos a serem superados. Na região de São Félix do Xingu, pecuaristas ilegais avançam sobre terras indígenas, enquanto o prolongamento da seca dificulta a agricultura de subsistência. Ainda assim, projetos como o “Turismo de Roça” mostram caminhos: agricultores familiares recebem visitantes para ensinar técnicas de plantio sem queimadas, método que já recuperou 200 hectares de solo degradado.

Fonte: EMBRAPA, 2023, <https://www.embrapa.br>

Imagem: Wallace Castro - Pexels

“A verdadeira justiça climática não vem de relatórios, mas do chão da floresta”.

Sônia Guajajara, líder indígena.

No Pará, esse chão está sendo replantado com iniciativas que provam que é possível gerar renda sem destruir, e que os guardiões da Amazônia — indígenas, quilombolas, ribeirinhos — não são vítimas passivas, mas arquitetos de soluções. Resta ao mundo aprender com eles.

O turismo entra como catalisador dessa mudança. Na Ilha do Combu, a 30 minutos de Belém, famílias que viviam da pesca predatória agora oferecem roteiros de “imersão no açaizal”. Os visitantes aprendem a subir nas palmeiras com o peconha (cinta de fibra vegetal) e participam de oficinas de processamento da polpa, enquanto 20% do valor pago é destinado a um fundo coletivo para emergências climáticas. “Com as cheias mais fortes, precisamos estar preparados”, justifica Seu João, líder da associação local.

Os números mostram o impacto dessas iniciativas: em 2023, o Pará registrou 152 empreendimentos de turismo sustentável

certificados, gerando R\$ 18 milhões em renda direta para comunidades tradicionais — um aumento de 45% em relação a 2020 (SEMÁS-PA, 2024, <https://www.semas.pa.gov.br>). Entre eles, destaca-se a rede de hospedagens Amazônia de Portas Abertas, que conecta pousadas familiares em reservas extrativistas a viajantes dispostos a trocar conforto por conexão real. “Aqui, o wi-fi é fraco, mas a conversa com os ribeirinhos é de sinal forte”, brinca Ana, hóspede de Alter do Chão.

Apesar desses avanços, os desafios continuam sendo uma realidade. Em regiões como São Félix do Xingu, onde o desmatamento avança 12% ao ano (INPE, 2023, <https://www.obt.inpe.br>), projetos de turismo enfrentam a falta de infraestrutura e a concorrência ilegal. Para contornar esse fato, foi preciso inovar: em 2024, o governo lançou editais para concessão de áreas degradadas, onde empresas privadas assumem a recuperação ambiental em troca do direito de explorar turismo

sustentável. Na prática, isso significa que uma fazenda desmatada pode virar um lodge ecológico, desde que replante 80% da vegetação nativa e contrate mão de obra local.

Em Monte Alegre, uma antiga área de garimpo ilegal transformou-se no Parque dos Saberes, onde visitantes caminham por trilhas de castanheiras centenárias e aprendem sobre geoglifos indígenas com guias da etnia Munduruku. “Antes, vendíamos ouro; hoje, vendemos conhecimento”, resume o líder Ademir Kaba.

A lição que o Pará oferece ao mundo é clara: finanças sustentáveis não são sobre números em planilhas, mas sobre ciclos que regeneram. Quando uma pousada comunitária no Marajó compra peixes diretamente de pescadores artesanais, está fortalecendo uma economia que mantém os rios vivos. Quando um crédito de carbono financia a capacitação de jovens indígenas em drones de monitoramento, está investindo em futuros possíveis.

E os turistas? Estes viram parte dessa corrente. Cada noite dormida em uma maloca, cada refeição compartilhada com ribeirinhos, cada história ouvida sob o céu estrelado da Amazônia são sementes de um novo modelo. Um modelo onde o desenvolvimento não é inimigo da floresta, mas seu parceiro mais antigo.

CAPÍTULO 2

Usufruir sem destruir — A promoção da conservação e conscientização da preservação ambiental no turismo de base comunitária e ecológico na Amazônia Ocidental

Wilza da Silveira Pinto¹

Sérgio Brazão e Silva²

Deusedith Cruz Filho³

Em Belém, capital do Pará e sede da Reunião das Partes na Discussão do Clima do Planeta - COP 30, a discussão ambiental permeia hoje todas as atividades possíveis. Algumas discussões ocorrem como marketing de empresas, outras ocorrem no ambiente educacional. As discussões são variadas, mas um aspecto possui grande relevância: como utilizar os recursos naturais da Amazônia, sem, entretanto, destruí-la?

A Amazônia é alvo da procura de pessoas, que praticam exploração predatória e ilegal, em alguns casos, e, em outros casos, exploração licenciada, ou tolerada, mas com permissividades, que também prejudicam o meio ambiente. Como con-

viver com a exploração? Algumas atividades, não podem ser realizadas, ou podem até certo ponto. Citarei alguns exemplos: o agronegócio extensivo não pode promover a derrubada da floresta, assim como a expansão de áreas para criação de gado. A ciência aponta para ambos os casos, o uso da tecnologia: hoje é possível aumentar a produção de gado, sem aumentar a área de produção, e sem promover confinamento do gado. Com a utilização de pastagens estudadas e recomendadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, é possível aumentar o número de cabeças de gado nas áreas já cultivadas. Da mesma forma para o Agronegócio, existem tec-



Imagem: Jr Sardo - Pexels

E esta introdução é uma provocação para informar que, o turismo intenso nas ilhas, que é agradável de usufruir, não é tão limpo, como no slogan “turismo, a indústria limpa”.

As ilhas de várzea têm sido ocupadas sem planejamento para a edificação de restaurantes e pousadas. Isto ocorre, sem nenhum planejamento e fiscalização por parte dos órgãos legais. Isto gera restaurantes com comida boa, contratação de chefs, e equipe de apoio, trapiches para estacionamento de barcos, e outras atrações, mas sem planejamento dos resíduos gerados, tanto nas atividades de produção dos alimentos, como do lixo gerado pela limpeza, e dos banheiros. Também não foi estabelecida quantidade máxima de restaurantes por ilha, ou, em qual das ilhas podem se instalar. Alguns restaurantes promovem festas e barulho desmedido em área de floresta. O impacto ambiental é grande, e não é limpo.

A ilha que possui a maior quantidade de restaurantes, é uma Unidade de Conservação, a APA do Combú. Isto leva à necessidade urgente da realização de seu plano de manejo, realizado de forma participativa, e assim, observar todos os aspectos necessários à elaboração do Plano, que norteará a instalação (ou não) de novos restaurantes no local.

Cabe ressaltar que os ribeirinhos vivem em harmonia nas ilhas, desenvolvendo suas atividades, que basicamente são: a pesca, a produção do fruto do açaí, que vem dos açais nativos existentes nas ilhas, e a produção de frutas em algumas ilhas. As ilhas são densamente povoadas por vegetação de grande porte, predominando a mata na maioria das ilhas (Silva, S. B. e, 2010). Em trabalho recente, realizado por alunos do curso de cartografia (ainda não publicado), se observou que as matas aumentaram sua área, associada à diminuição da área de capoeira.

Isto demonstra que a atração maior do turismo, a natureza, está preservada. Sua proximidade da cidade, permite ao turista fazer um passeio, retornar ao centro urbano com rapidez, mas oferecendo uma fuga, do ambiente de opressão e barulho do ambiente urbano. Esta é uma notícia muito boa. Demonstra que o turismo pode e deve existir, com as regras estabelecidas, para que não se torne um problema ambiental e social.

Este exemplo serve também para as ilhas de solo firme, com suas praias espalhadas em três belas ilhas. Os espaços públicos são ocupados, em alguns casos, os mais nobres, que deveriam ser para usufruto comum e gratuito, mas que poluem e excluem parte da população de seu uso. São aspectos a serem discutidos, para uma cidade que cresce, e que, com a visibilidade proporcionada pela COP30, poderá vir a incrementar ainda mais seu turismo.

Essa nova relação entre diferentes atores e redes de trabalho sobre a questão das práticas estabelecidas nas comunidades em relação ao meio ambiente, teve seu auge nas últimas décadas, principalmente com a explosão das discussões do campo da ecologia, e consequentemente do conceito de Desenvolvimento Sustentável. É necessário (re)conhecer as interações estabelecidas entre esses povos grupos sociais e a natureza, a partir da vivência com estes, para num segundo momento conhecer a complexidade que existe na relação entre os homens e os ambientes naturais; e assim, criar, a partir da integração de conhecimentos científicos e empíricos, estratégias de conservação



dos diferentes ecossistemas existentes, como abrangendo os solos, rios, florestas, mares etc. (Barros, 2008).

O fluxo de turistas faz gerar um movimento econômico local que está diretamente relacionado com a exploração dos recursos naturais e gerando um impacto ambiental ainda não mensurado que vem causando preocupação aos usuários. A dimensão do fluxo é desconhecida, as atividades econômicas não estão diagnosticadas, o tamanho do impacto não foi medido.

Sabe-se que as atividades econômicas estão voltadas para o turismo, como, bares, restaurantes, pousadas, sem or-



denamento na ocupação e na exploração dos recursos naturais, como coleta de caranguejo, pesca (peixe e camarão), e o uso da água subterrânea, do e solo, e na ocorrência de caso das cisternas mal planejadas. São itens que contribuem para o desmonte da paisagem natural.

Na região das ilhas de Belém, que com o movimento das águas dos rios e igarapés provocadas pela passagem de transportes aquáticos, como, navios cargueiros, balsas, barcos, lanchas, iates e jet-ski provocam o desbarrancamento das margens, causando uma diminuição de áreas onde são instaladas as casas e restaurantes, causando inclusive a queda destas instalações ao longo do tempo.

As ilhas Mosqueiro, Cotijuba, das Onças e Combu, próximas à cidade de Belém, estão localizadas em uma área intermediária do estuário amazônico, ou seja, uma área de transição entre a água doce (ao sul da Baía de Guajará e à direita do Rio Guamá) e a água salgada (ao norte de Belém na altura da cidade de Colares).

As praias marítimas, fluviais e lacustres são bens de valor coletivo e representam uma das bases para o investimento no turismo. Sua conservação deve ser objeto de atenção do setor público, privado e do terceiro setor. Buscar a construção de relações com equidade de gênero e idade geração; gestão participativa; estímulo à formação e capacitação de grupos; criação

e fortalecimento de espaços solidários de trocas entre as famílias da comunidade e a população flutuante (turistas) pode gerar um ambiente propício à educação ambiental, gerando a conservação e manutenção desses espaços para a reprodução social dos mesmos e para o lazer, gerando um fluxo econômico e bem-estar de todos os usuários.

Cabe destacar, também, a importância de iniciativas de sensibilização e conscientização ambiental para os turistas que usufruem das praias para o lazer e possuem papel essencial para a manutenção de tais ambientes.

O turismo ecológico, é um componente que reorienta a forma de ocupação do espaço social agrário regional, de modo que as características ecológicas desses ecossistemas sejam consideradas, assim como as especificidades econômicas, sociais e culturais dos sujeitos históricos que vivem na área, faz-se necessário a implantação de projetos de uso o patrimônio natural que estejam em conformidade com a riqueza ambiental da região e que ao mesmo tempo satisfaçam as necessidades econômicas das comunidades locais (FIEPR, 1012).

A atividade de turismo ecológico pode ser identificada como uma das possíveis forças econômicas potenciais para alcançar o desenvolvimento local. Esta visão apresenta interação sistêmica com diversas outras atividades, o que pode torná-la, em um novo elemento nos meios produtivos na diversidade das ações micro ou macroeconômicas das políticas públicas e dos diversos atores sociais.

A dimensão da sustentabilidade so-

cioambiental é pré-requisito para a estruturação da atividade turística. A busca por atividades alternativas para complementar a renda das famílias em comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, conservar suas manifestações culturais e os recursos naturais, têm sido um desafio constante para os projetos e políticas de desenvolvimento local (Casa da Agricultura, 2012).

As áreas de vivência ribeirinha fazem parte do campo dialético de espacialidades e temporalidades diversas dessa Amazônia heterogênea, em que o rio e a floresta oferecem atributos de interesse às práticas econômicas e às políticas ambientais (Rodrigues e Cardoso, 2018).

O setor insular de Belém é integrado por 42 ilhas (333 km²), agrupadas por regiões Noroeste (ex. Onças, Cotijuba, Jutuba, Paquetá), Norte (ex. Caratateua/Outeiro, Mosqueiro) e Sul (ex. Combú, Murutucu) (CODEM, 2012, p.7). Algumas ilhas localizam-se próximas ao centro urbano, com acesso facilitado por embarcações, em que há um grande potencial para o turismo com base ecológica. Grande parte desses locais encontra-se em Áreas de Preservação Ambiental (APAs).

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio), administra Áreas de Conservação Ambiental distribuídas por todo o Estado do Pará. A Gerência da Região Administrativa de Belém – GRB, é responsável por realizar a gestão e o monitoramento de 04 (quatro) das 28 Unidades de Conservação da Natureza, que estão sobre a Gestão da Diretoria de Gestão e Monitoramento das Unidades de Conservação – DGMUC: Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combú

– APA Ilha do Combu, Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém – APA Belém, Refúgio de Vida Silvestre Metr pole da Amazônia – REVIS Metr pole da Amazônia e Parque Estadual do Utinga – PEUt.

O conjunto de atrativos dessas áreas de Prote o Ambiental, além do contato com a natureza, a intera o da flora representada por florestas e manguezais e com a fauna em termos de contempla o de aves, está presente a cultura local nas diversas vertentes (culinária, música, danças, histórias e lendas).

Buscar uma forma de constru o do futuro, construída a partir da visão da organiza o ou comunidade e aproveitando as competências estabelecidas a partir das tradi es, fundamentadas na preserva o da identidade cultural como maneira de

resgatar aspectos socioculturais e transformá-los em possibilidades econômicas sustentáveis, faz com que a preocupa o com o meio ambiente se apresente tão importante quanto a preocupa o com a continuidade cultural dessas comunidades, onde os recursos naturais são sua maior fonte de renda e sobrevivência (Silveira et al, 1999; Jacobi, 2000; Laville, 2003).

A criatividade, fruto da interlocu o interna da comunidade, instrumentaliza a implementa o de projetos mais adequados às condi es sociais, econômicas, ambientais e culturais locais (Goulet, 1998).

Desta forma, quando associados em conjunto, os estudos técnico-científicos, com a es de longa dura o e o saber empírico local tornam efetivos e produtores o conhecimento sobre o lugar. A transforma o social implica na participa o de



diferentes atores sociais envolvidos no processo, atuando como protagonistas em um propósito de (re)construção social e replicando uma nova concepção de mundo e de relações com a natureza.

Para isso é preciso mobilizar e sensibilizar os atores locais para o envolvimento em um processo possível de mobilização social em uma sociedade excludente. Metodologias participativas vêm dando suporte à concepção apresentada, referenciadas no embasamento teórico da pesquisa-ação que procura conhecer e intervir em uma realidade, porém de forma conjunta entre todos os atores usuários fixos e flutuantes (turistas de temporada e turistas casuais) (Thiollent, 1988; Vasconcellos, 1998).

Num mundo em rápida transformação, as questões ambientais estão cada vez mais à porta dos cidadãos e das cidadãs no espaço da vida cotidiana que é o território da ação. Torna-se, portanto, fundamental responder aos desafios com informação, qualificação e habilidades específicas. Como elemento central, deverá ser montado um processo contínuo e permanente de articulação e acompanhamento entre os atores envolvidos em projetos com este escopo de turismo de base comunitária, turismo ecológico e turismo rural. Deverá ser capaz de mobilizar energias e empreender ações a serem incrementadas com foco na sustentabilidade e responsabilidade ambiental, cultural, econômica

e social, adicionando a estas outras dimensões a política e a tecnologia, como dimensões da sustentabilidade.

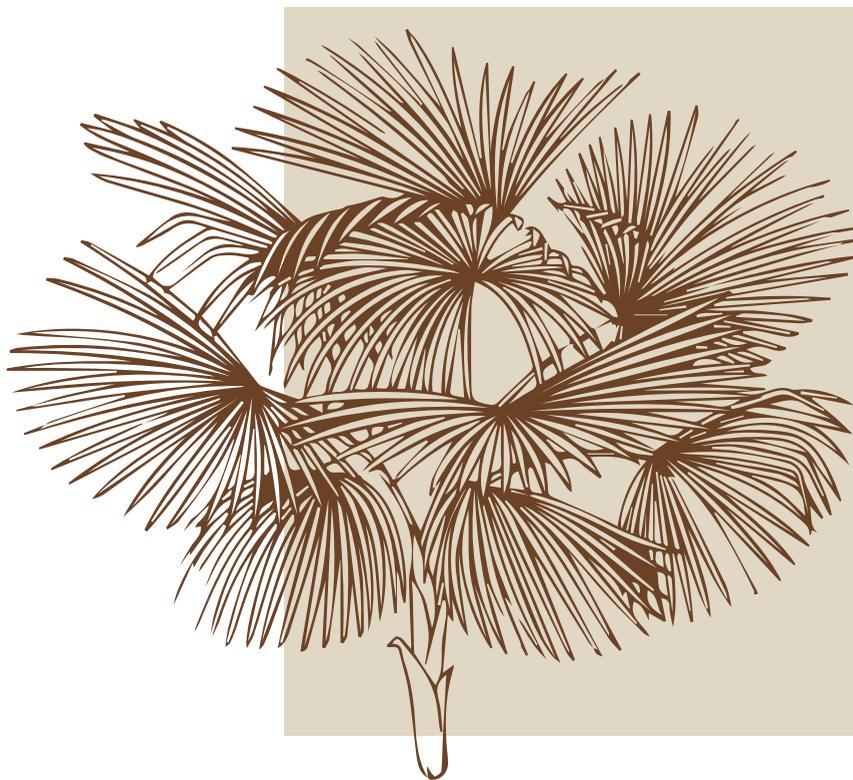
A proposta de “usufruir sem destruir” deverá ser capaz de impulsionar novas atitudes em relação à gestão ambiental. A intenção é estabelecer uma comunidade de aprendizagem e de atuação na realidade local. Entendemos que, em grupo, as pessoas cooperam sempre, seja refletindo, criticando, sugerindo, planejando ou colocando a mão na massa para executar. A aprendizagem é permanente e se concretiza por meio de experiências vivenciadas no cotidiano. Essas experiências geram demandas de informações relevantes que, por sua vez, contribuem para “iluminar” e reformular a convivência com os recursos naturais.

Uma comunidade de prática é o melhor caminho para que cada pessoa se prepare para cumprir melhor a função que lhe cabe para o monitoramento e conservação ambiental. Ou seja, fortalecer-se para participar de forma significativa na sociedade e no planeta. Usufruir de um bem coletivo sem destruir. Parte-se de uma dimensão socioambiental, em que meio ambiente e qualidade de vida caminham juntos. Pois, tanto a poluição, depredação e mau uso dos recursos naturais como as desigualdades sociais afetam negativamente a qualidade de vida e têm impactos profundos sobre o meio ambiente e a sociedade.

Práticas Regenerativas

Práticas regenerativas são como sementes plantadas no presente para colher um futuro em que a natureza e as comunidades não apenas sobrevivem, mas florescem. Diferentemente da sustentabilidade — que busca minimizar danos —, a regeneração vai além: restaura ecossistemas, fortalece culturas e reconecta pessoas à terra de forma que todos ganhem.

No Pará, onde a Amazônia pulsa em cada rio e árvore, essas práticas são guiadas por um princípio simples: aprender com quem sempre soube cuidar da floresta.



- Em Santarém, o Projeto Saúde e Alegria transformou áreas degradadas em sistemas agroflorestais. Agricultores familiares plantam cacau, cupuaçu e espécies nativas lado a lado, imitando a diversidade da floresta. “A terra cansada voltou a dar frutos, e os passarinhos trouxeram novas sementes”, conta Seu Raimundo, agricultor de 67 anos. O projeto já recuperou 500 hectares e capacitou 300 famílias, garantindo segurança alimentar e renda extra com a venda de polpas.

Fonte: Projeto Saúde e Alegria, 2023, <https://www.saudeealegria.org.br>

- O IDEFLOR-Bio (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará) tem um papel crucial. Na Floresta Estadual do Trombetas, uma área de 3,2 milhões de hectares, o instituto apoia o manejo de castanha-do-pará por comunidades quilombolas. Além de gerar renda, a prática mantém a floresta em pé: áreas manejadas têm 40% menos incêndios

Fonte: IDEFLOR-Bio, 2023, <https://ideflorbio.pa.gov.br>

“A castanha é nossa aliada: ela alimenta a gente e protege a mata”

Dona Joana, liderança do Quilombo Boa Vista.

- Já a iniciativa Origens Brasil®, vinculada ao Imaflora, conecta empresas a comunidades que produzem de forma sustentável. No Território Indígena Kayapó, o mel coletado por indígenas é vendido para marcas de cosméticos, garantindo preço justo e conservação de 10 milhões de hectares de floresta.

“Nosso mel cura a terra e o espírito”

Cacique Raoni Metuktire



- No setor do turismo, a Pousada Ecológica Garimpão, em Alter do Chão, é referência. Construída com materiais locais e energia solar, a pousada oferece roteiros guiados por ribeirinhos, como passeios noturnos para observar botos-cor-de-rosa. Parte da renda financia a limpeza de igarapés, removendo 2 toneladas de lixo por mês

Fonte: SEMAS-PA, 2023, <https://www.semas.pa.gov.br>

- Um destaque marajoara é a criação sustentável de búfalos, tradição que vem sendo reinventada. Na região de Soure, a Associação de Criadores de Búfalos do Marajó (ACCM) promove técnicas que respeitam os ciclos naturais dos campos alagados. Em vez de desmatar para expandir pastagens, os criadores adotam o manejo rotacional, permitindo que a vegetação se recupere.

“O búfalo é parte da nossa cultura, mas precisamos conviver com a natureza, não contra ela”

Seu Carlos, criador há 30 anos.

A iniciativa já recuperou 1.200 hectares de campos nativos e reduziu emissões de metano em 20% através de dietas balanceadas para os animais

Fonte: EMBRAPA, 2023, <https://www.embrapa.br/>

- A Ilha do Marajó tem o maior rebanho bubalino do Brasil. Segundo reportagem no G1, o produtor local Tonga Gouvêa promove turismo pedagógico para proporcionar aos visitantes uma experiência imersiva junto aos animais símbolo da cultura marajoara. Os queijos de leites de búfala, famosos internacionalmente, estende a história da ilha do Marajó, buscando uma aproximação cada vez maior da produção saudável com o meio ambiente.
- O Coletivo Mura, em Belém, usa a arte como ferramenta regenerativa. Jovens de periferias urbanas criam grafites com tintas naturais feitas de jenipapo e urucum, revitalizando muros e discutindo justiça climática.

“Nossos muros falam de resistência, não de destruição”

Marcos Sampaio, artista.

Práticas regenerativas não são fórmulas prontas, mas caminhos construídos a muitas mãos. Como lembra a líder indígena Sônia Guajajara: “Regenerar é escutar a voz da floresta e de quem a habita”. No Pará, cada iniciativa — seja um projeto de agrofloresta, uma cooperativa de açaí ou um roteiro turístico — é um passo para mostrar que é possível viver bem, sem violar os ciclos da natureza.

Iniciativas Regenerativas no Turismo —

Exemplos na Amazônia

No Pará, o turismo regenerativo não é só sobre visitar a Amazônia, é sobre aprender com ela. Comunidades tradicionais, povos indígenas e parceiros locais estão redefinindo a experiência de viajar, mostrando que é possível gerar renda, preservar culturas milenares e proteger a floresta em um só movimento. Aqui, cada roteiro é uma troca, cada passeio uma aula de resistência, e cada história contada sob a sombra de uma samaumeira é um passo rumo à justiça socioambiental.

Imagem: Blog Viajento

- Na Terra Indígena Kayapó, no sul do Pará, o projeto “Nhakrà Kati” (Caminhos da Floresta, em tradução livre) oferece uma imersão única. Visitantes são recebidos por lideranças como Bepkororoti Kayapó, que ensina técnicas ancestrais de caça sustentável e mostra como seu povo monitora 11 milhões de hectares de floresta contra invasões. “Não queremos turistas; queremos aliados”, explica ele. Parte da renda é reinvestida em sistemas de comunicação via rádio para vigilância territorial, reduzindo o desmatamento em 35% na área desde 2021

Fonte: ISA, 2023, <https://www.socioambiental.org>

- Já na Ilha de Cotijuba, próxima a Belém, a Associação de Mulheres Extrativistas transformou a coleta de sementes em experiência turística. Visitantes ajudam a coletar andiroba e murumuru, enquanto aprendem sobre a importância dessas espécies para a medicina tradicional.

“Cada semente que você pega no chão vira remédio e emprego aqui”

Dona Socorro, líder da associação.



- Em Bragança, cidade histórica no nordeste paraense, o Quilombo do Itacoã abriu suas portas para contar histórias através do Carimbó. Mestres como Seu Zé Pio ensinam turistas a dançar ao som de tambores feitos de troncos de mangueira, enquanto compartilham narrativas sobre a resistência negra na região. O projeto já capacitou 30 jovens como guias culturais, garantindo que a tradição sobreviva às novas gerações.





Imagem: Agência Santarém

“O Carimbó é nossa arma contra o esquecimento”

Seu Zé Pio, Mestre do Carimbó.

- Na região de Monte Alegre, o Festival de Ópera da Floresta une arte e natureza. Realizado em sítios arqueológicos com pinturas rupestres de 12 mil anos, o evento traz artistas locais e internacionais para performances que dialogam com a paisagem. “Aqui, a arte não é só espetáculo — é um chamado para cuidar da terra”, reflete a maestrina Clara Santos, idealizadora do festival.
- No litoral paraense, o Projeto Meros do Brasil alia ciência e turismo para proteger o mero (*Epinephelus itajara*), peixe ameaçado de extinção. Pescadores artesanais de Curuçá guiam visitantes em expedições para avistar a espécie, enquanto explicam a importância dos manguezais. “Antes, o mero era pescado ilegalmente; hoje, vale mais vivo, trazendo turistas”, conta Seu Manuel,

pescador há 40 anos. Desde 2020, o projeto ajudou a aumentar a população de meros em 20% na região

Fonte: Projeto Meros do Brasil, 2023, <https://www.projetomerosdobrasil.org>

- Já em Portel, no Arquipélago do Marajó, a Rede de Turismo Sustentável do Rio Anapú transformou áreas de garimpo abandonadas em roteiros de observação de aves. Guias locais, muitos ex-garimpeiros, ensinam sobre espécies como o guará-vermelho e arrecadam fundos para replantar igarapés. “Troquei o ouro pelo canto dos pássaros”, diz Raimundo, hoje guia credenciado.
- Organizações como o Instituto Peabiru atuam como pontes entre comunidades e visitantes. Na região do Salgado

Paraense, o projeto “Turismo de Saberes” conecta viajantes a mestres de cerâmica marajoara, que ensinam técnicas de modelagem com argila retirada de forma sustentável. “Cada vaso que fazemos carrega a memória de quem veio antes de nós”, diz a artesã Maria do Carmo, cujo ateliê já recebeu mais de 500 turistas em 2023.

- Empresas também entram nessa rede. A Amazônia Expeditions, sediada em Belém, oferece roteiros em que 30% do valor das viagens é direcionado a fundos comunitários para emergências climáticas. João Vitor, dono e fundador de uma dessas empresas, afirma: “Não vendemos pacotes; vendemos compromissos”, No Pará, cada iniciativa prova que é possível honrar o passado, celebrar o presente e semear futuros nos quais a floresta permanece em pé, não por obrigação, mas por escolha. E cada viajante que deixa pegadas leves e corações cheios de histórias é parte essencial dessa jornada.

Importância do Envolvimento Local e da Capacitação —

Certificação, Turismo Sustentável e os Caminhos do Pará

No coração da Amazônia paraense, o turismo sustentável não é uma simples atividade econômica — é um pacto entre gerações. Para que funcione, é preciso mais que boa vontade: exige que as comunidades locais sejam as protagonistas, desde o planejamento até a divisão dos benefícios. E isso começa com envolvimento real e capacitação contínua. Quando ribeirinhos, indígenas e quilombolas lideram os processos, os resultados são mais autênticos, justos e duradouros.

- Na região do Rio Tapajós, o projeto “Nheengatu Turismo” capacitou 15 aldeias Munduruku para receber visitantes de forma estruturada. Lideranças como Juarez Saw Munduruku explicam: “Antes, as agências traziam turistas sem nos consultar. Hoje, nós definimos os roteiros e o que queremos compartilhar”.

Fonte: ISA, 2023, <https://www.socioambiental.org>

- Já em Afuá, conhecida como “Veneza Marajoara”, a Cooperativa das Quebra-deiras de Coco Babaçu transformou a extração tradicional em roteiro turístico. “O babaçu é nossa vida, e agora também é nossa forma de mostrar ao mundo como cuidamos da floresta”, diz Dona Josefa, cooperada há 20 anos. Mulheres como ela ensinam visitantes a quebrar o coco sem danificar as palmeiras, enquanto contam histórias ancestrais.

- O Instituto Peabiru atua na Ilha do Combu, próxima a Belém, capacitando mulheres em turismo de base comunitária. As anfitriãs oferecem oficinas de culinária com jambu e tucupi, enquanto contam histórias sobre os encantados da floresta. “O turista sai daqui sabendo que açaí se colhe com respeito”, diz Ana Cláudia, uma das líderes do projeto.

- A Natura, empresa de cosméticos conhecida por seus princípios socioambientais, trabalha com comunidades do Pará na extração sustentável de óleos como o de murumuru. “Antes, o murumuru caía no chão e apodrecia; hoje, virou fonte de orgulho” celebra Maria, extrativista há 20 anos. Na Reserva Extrativista Arióca Puanã, 120 famílias como a de Maria fornecem ingredientes para a marca, enquanto recebem capacitação em gestão territorial.





Entrevista com Pablo do Vale:

Arquitetura e Design Como Pilares do Turismo Sustentável

“O turismo do Pará deve ser visto como uma extensão da nossa cultura e das pessoas que a carregam. Não pode ser só uma experiência de consumo — tem de ser uma imersão na nossa identidade, na gastronomia, no carimbó, no artesanato, na relação com a floresta”, afirma Pablo do Vale, cofundador da Guá Arquitetura, escritório que une inovação e ancestralidade amazônica. Para ele, a chave está no protagonismo local:

“Somos nós, nortistas, que entendemos as nuances da Amazônia. Devemos liderar as decisões para um turismo sustentável, justo e autêntico”.

Sobre os desafios, Pablo é direto: “A falta de infraestrutura e a logística complexa são barreiras”. Mas transforma obstáculos em oportunidades: “Nossa cultura, saberes tradicionais e biodiversidade são potenciais únicos. Trabalhar com as comunidades é essencial”. Na Guá, essa filosofia se materializa em projetos como Carpinteiros da Amazônia, onde mestres marceneiros ribeirinhos não são “executores, mas co-criadores, trazendo conhecimentos ancestrais para o design contemporâneo”.

As práticas regenerativas da Guá vão além da madeira certificada. “Remuneramos todos de forma justa, dos carpinteiros aos designers, e desenvolvemos projetos colaborativos que atendem às necessidades reais das comunidades”, explica. O resultado se mostra através da “Geração de emprego, empodera-

mento local e preservação do conhecimento tradicional”. O desafio, reconhece, é “escalar sem perder a autenticidade”. O modelo precisa manter o diálogo horizontal, respeitando quem faz a Amazônia pulsar”.

Para Pablo, o turismo é “ferramenta poderosa” quando integra as comunidades.

“Colocar os nortistas à frente das iniciativas garante que valorizemos cultura, trabalho e saberes locais. O turismo de base comunitária cria um círculo virtuoso: as comunidades ganham oportunidades, e os visitantes vivem experiências genuínas”.

Projetos como Pallas — mobiliário que mistura técnicas indígenas e design moderno — exemplificam essa visão: “É sobre visibilizar habilidades locais e transformá-las em economia viva”.

Um Legado Entre a Floresta e o Mundo: A Guá Arquitetura, fundada por Pablo do Vale e Luís Guedes, é referência em habitação vernacular e design regenerativo. Reconhecida entre os 50 melhores escritórios de arquitetura pela Casa Vogue (2024), sua obra já ecoou na Design Week de Milão, na Semana do Clima da ONU em Nova York e na Semana Criativa de Tiradentes. Com prêmios como o EDIDA da Elle Decor e o Design for a Better World (2024), a Guá prova que a Amazônia não inspira apenas estética — inspira revolução. “Cada projeto é uma ponte entre a floresta e o futuro”, reflete Pablo. “E no centro dessa ponte, estão as mãos que sempre souberam construir a Amazônia”.



Imagem: Instituto Aupaba



A certificação é mais que um selo, é um compromisso

No Pará, selos de certificação são como assinaturas de respeito. O “Selo Origens”, concedido pelo Imaflora, identifica produtos e serviços que valorizam a sociobiodiversidade. Na comunidade Terra Preta, próxima a Santarém, o selo garantiu a 30 famílias acesso a mercados internacionais para seus óleos de andiroba e copaíba, com preços 50% acima da média local. O selo não é um papel; é a confiança de que seu trabalho honra a floresta.

Outro exemplo é o “Certificado Bem Viver”, criado pela Rede de Turismo Sustentável do Marajó. Para recebê-lo, pousadas precisam comprovar que 70% da equipe é local, utilizam energia renovável e apoiam projetos culturais. A Pousada Encanto do Marajó, em Soure, foi uma das primeiras a adotá-lo. O certificado passou a atrair turistas em busca de algo além das praias — uma conexão mais profunda.

Apesar dos avanços, o caminho para o turismo sustentável está cheio de obstáculos. Em Altamira, a falta de sinalização em estradas de terra limita o acesso a comunidades indígenas. “Precisamos de investimento em infraestrutura, mas sem asfalto que atraia mais destruição”, pondera o cacique Kayapó Bepkroroti. Outro desafio é a burocracia: no Arquipélago do Bailique, produtores de artesanato enfrentam meses de espera para obter licenças ambientais.



Imagem: Instituto Aupaba

A capacitação também é crítica. Na região de Monte Alegre, jovens ribeirinhos criaram o coletivo “Guardiões das Pinturas” para proteger sítios arqueológicos, mas falta treinamento em gestão financeira. “Sabemos contar histórias de 12 mil anos, mas precisamos aprender a administrar o dinheiro do turismo”, admite Lucas, de 19 anos.

Os desafios, porém, abrem portas para inovações. Na Reserva Extrativista Arapiuns, o projeto “Turismo de Base Digital” usa aplicativos para conectar visitantes a comunidades sem intermediários. “Antes, as agências ficavam com 60% do lucro. Agora, temos controle total”, celebra Maria, líder ribeirinha.

O governo do Pará também avança com o programa “Amazônia em Pé, Turismo que Move”, oferecendo microcrédito a empreendimentos comunitários. Em

2023, R\$2 milhões foram investidos em 50 projetos, de pousadas a roteiros de observação de aves (SETUR-PA, 2023, <https://www.setur.pa.gov.br>).

O que aprendemos com quem vive a floresta? Capacitar não é ensinar a comunidade a copiar modelos — é valorizar o que elas já sabem e apoiar onde precisam. No Pará, cada passo dado em direção ao turismo sustentável reforça uma verdade: a Amazônia não precisa de salvadores externos. Precisa que seus guardiões tenham voz, ferramentas e reconhecimento.

E cada viajante que escolhe uma pousada certificada, participa de uma oficina liderada por indígenas ou compra um artesanato com selo de origem está contribuindo para um ciclo que nutre a floresta e suas culturas. O caminho é longo, mas, como dizem os ribeirinhos do Tapajós, “a canoa só anda se todos remarem juntos”.

Desafios e Esperanças —

O Pará Como Laboratório de Soluções

Equilibrar preservação e progresso é um trajeto repleto de desafios. Na região de **São Félix do Xingu**, maior produtora de gado do Brasil, conflitos fundiários persistem. Entre 2019 e 2023, 45% do desmatamento ocorreu em terras públicas não destinadas, que são áreas muito vulneráveis à grilagem (IMAZON, 2023, <https://amazon.org.br/>). Mas há avanços: o programa **Regulariza Pará** já titularizou 12 mil propriedades rurais, condicionando a posse da terra ao compromisso com práticas sustentáveis.

A tecnologia também se torna aliada. Em **Altamira**, indígenas da etnia **Juruna** usam drones para monitorar invasões em suas terras. “Antes, levávamos dias para percorrer a área; agora, a duas horas, vemos tudo”, explica o líder Giliard Juruna. Já o aplicativo **Alerta Clima Indígena**, desenvolvido pela COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), envia informações sobre queimadas e chuvas em tempo real para comunidades remotas.

A força do Pará está em sua gente. Na Ilha do **Marajó**, mulheres quilombolas da **Associação Nós do Mangue** restauraram 50 hectares de manguezais, criando berçários para caranguejos e siris. “O mangue é nosso supermercado; sem ele, não sobrevivemos”, diz Dona Maria, líder do projeto. Seu trabalho rendeu à comunidade o **Prêmio Equatorial 2023**, concedido pela ONU a iniciativas de conservação lideradas por povos tradicionais.

Já em **Belém**, o **Mercado do Ver-o-Peso** — patrimônio cultural brasileiro — tornou-se palco de um movimento único: chefs como Thiago Castanho transformaram ingredientes locais, como o tucupi e o jambu, em alta gastronomia. “Cada prato conta a história de quem cultivou esses sabores”, afirma ele. O restaurante **Remanso do Bosque**, referência nessa abordagem, recebeu o selo “**Sabores da Amazônia**”, certificando o uso ético de produtos da floresta.

A COP30 será um teste para o mundo. Enquanto países ricos pressionam por metas ambiciosas de redução de emissões, nações em desenvolvimento como o Brasil exigem financiamento para proteger biomas. O Pará traz à mesa propostas concretas:

1. Fundo Amazônia Viva: Proposto pelo governo estadual, visa direcionar 30% dos recursos internacionais para projetos comunitários, como a criação de **rotas turísticas indígenas** no Tapajós.

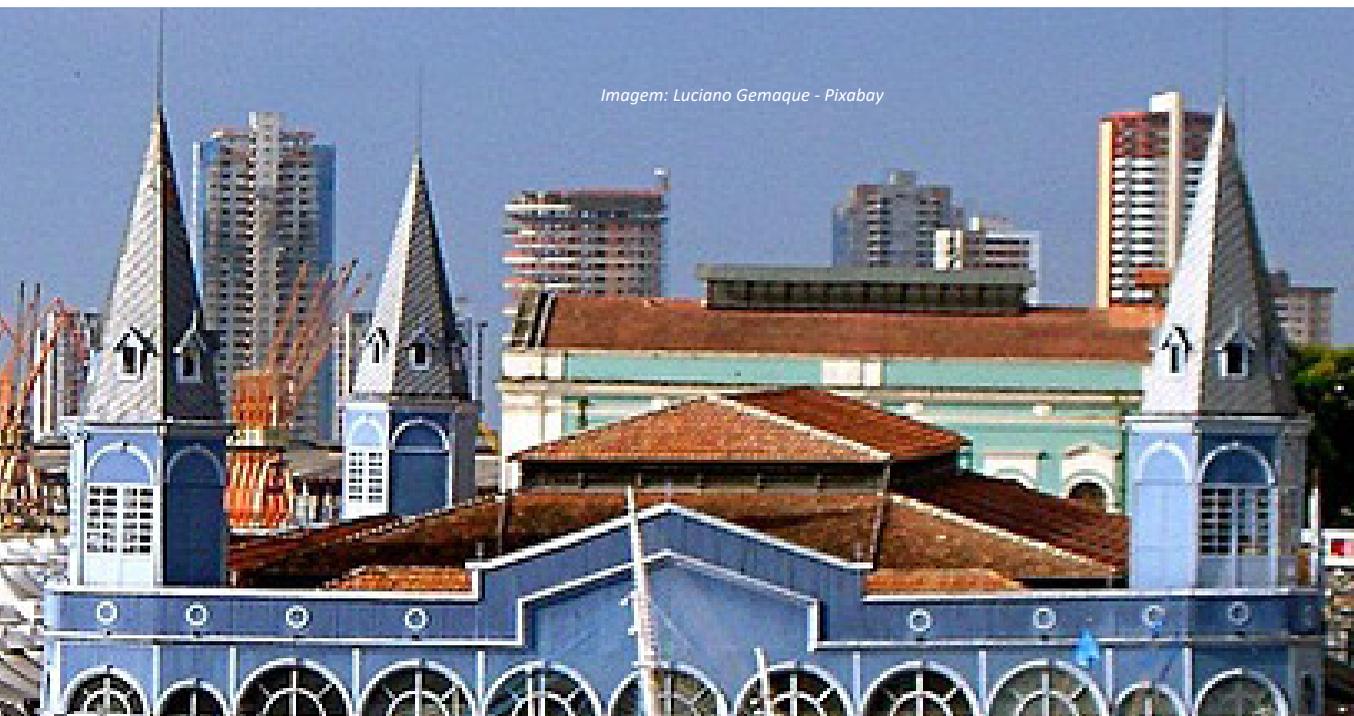
2. Selos de Origem: Ampliar certificações como o “**Origens Brasil**”, que já

garantem preços justos a 2.000 famílias extrativistas, conectando-as a mercados globais.

3. Justiça Climática nas Escolas: Programa estadual que inclui saberes tradicionais no currículo escolar, formando jovens como agentes ambientais.

Como lembra a liderança indígena **Sônia Guajajara**: “A COP30 precisa ouvir quem está na linha de frente. Não queremos ser objeto de discussão; queremos ser parte da solução”.

O Pará não é um museu a ser preservado sob vidro. É um laboratório vivo, onde cada comunidade, cada projeto, cada hectare recuperado prova que outro futuro é possível. A COP30 chega como um convite: que o mundo não apenas admire a Amazônia, mas aprenda com ela. Afinal, como dizem os ribeirinhos do **Rio Arapiuns**: “A floresta só fica em pé se a gente cuidar — e se o mundo ajudar”.



CAPÍTULO 3

Experiências do turismo na Amazônia sob o ponto de vista profissional — A Amazônia e eu

*Esther Rapoport**



Escrever sobre a Amazônia é um desafio tão grande quanto conhecer a Amazônia.

Eu começo dizendo que deveríamos chamar de “Amazônias”, porque se trata de um universo hiper diverso, perdão pelo trocadilho, com tantas áreas diferentes e ecossistemas particulares, e é exatamente aí que mora a sua importância para o planeta e a humanidade.

Resolvi que para começar meu texto, ao invés de escrever linhas e mais linhas sobre as maravilhas da Amazônia, poderia contar o que a Amazônia não é.

O primeiro item da lista é o mais fácil de explicar, possivelmente já de conhecimento global. Amazônia não é o pulmão do planeta. Simples: se produz oxigênio no processo diurno de fotossíntese, respira esse mesmo oxigênio no processo noturno

de respiração. Quem realmente produz mais oxigênio do que precisa, gerando excedente que vai para a atmosfera e em quantidades proporcionais ao seu extenso “terreno”, são os plânctons nos oceanos.

Próximo item: é uma mata virgem. Negativo! Em grande parte, sim, mas estudos começam a mostrar que várias espécies vegetais, que se encontram em áreas diferentes do espaço amazônico, foram domesticadas e replantadas pelos povos originais, há milhares de anos. Nesse imenso jardim amazônico, a castanheira, a seringueira, o açaí e o cacau são exemplos, em uma lista com mais de 85 nomes de plantas cultivadas pelos indígenas, tanto para alimentação, como para produção de ervas medicinais ou ainda para fornecer folhas e diversos materiais necessários à vida na floresta.



Imagem: Gustavo Denuncio - Pexels

Aliás, não só plantaram e replantaram árvores, como criaram cidades com planos urbanísticos impecáveis, abrindo avenidas com até dez metros de largura e estradas retilíneas com 25 km de extensão, segundo interpretação dos estudos levados a cabo na Amazônia equatoriana, por meio de uma nova tecnologia chamada “LiDAR”, que permite enxergar o que existe no solo, abaixo da densa cobertura vegetal.

Além dessas novas tecnologias, estudos mais aprimorados revelam outras novidades quando falamos da ocupação da Amazônia.

Diferente de outros espaços onde se desenvolveram civilizações super estudadas como Astecas, Maias, Incas ou no antigo Egito, a Amazônia não tem pedras e sem edifícios ou vestígios deles, era difícil identificar as ocupações de terrenos por povos antigos. Mas pesquisadores identificaram um outro elemento que pode ajudar a entender que este espaço florestal não era um grande vazio humano e que vinha sendo ocupado, de forma sustentável, por milênios. Se trata de um tipo

de solo especial, chamado de Terra Preta de Índio (TPI), que é a mistura de solo original com outros substratos para fertilizar e permitir a plantação e o assentamento de grupos humanos nas áreas, e este solos foram identificados em várias regiões da Amazônia. Eis então um outro registro milenar da natureza amazônica modificada pela ação intencional do homem, sem prejuízos ambientais.

Mas pensei em escrever também sobre as Amazônias que conheço, privilégio de quem trabalhou em uma operadora de turismo de natureza e teve, como exigências do ofício, que visitar vários biomas brasileiros.

Estive na região da Floresta do Tapajós, no Estado do Pará, que abriga um rio, o Tapajós, de águas cristalinas que quando encontram o Rio Amazonas, correm lado a lado sem se misturarem por quilômetros.

Mas o que mais me impressionou nesta visita foi encontrar praias de areias brancas em Alter do Chão, lindas e assustadoras porque revelam o solo que existe abaixo da cobertura florestal. Uma vez retiradas as árvores, a camada de húmus é lavada pelas águas e o que fica é um deserto.

Depois estive na região sul da Amazônia, aquela que cobre o norte do Estado do Mato Grosso, rodeado de soja por tantos lados.

Hospedada em um dos mais bem equipados lodges da Amazônia, tive um guia que era um biólogo norte americano trabalhando por três meses como voluntário. É assim que funcionava: muitos guias eram pesquisadores ou biólogos estrangeiros que se ofereciam para trabalhar no hotel, sem remuneração, apenas para ter a possibilidade de observar a Amazônia e sua fauna. Na nossa primeira caminhada pela floresta, (essa região é cortada por trilhas já que aqui a floresta não é inundada) vi um passarinho. Meu guia não gritou, porque era um *birdwatcher* e sabia como se portar, mas revelou um estado de êxtase e deslumbramento mudo, acenando e sorrindo enlouquecidamente. Ele estava há três meses esperando para encontrar ave xyz, raríssima, e finalmente a encontrava, ali, bem na nossa frente, o tal do passarinho... Sorte de principiantes, me disse depois.

E tive outras oportunidades de viajar para o Estado do Amazonas, me hospedando em diversos lodges acessíveis a partir de Manaus, mas o que mais me marcou foi a estada no Médio Solimões, ao norte da cidade de Tefé.

A Pousada que me recebeu faz parte de um projeto de turismo de base comunitária e está dentro da Reserva da Biosfera

da Amazônia. Sua estrutura é simples e perfeita. São cinco bangalôs construídos sobre troncos de madeira que flutuam nas águas do rio Japurá. A estrutura acompanha as cheias e as vazantes do rio, uma variação de até 12 metros entre os picos. Tem ainda um espaço central, com a área para refeições e para os encontros dos hóspedes, e uma piscina, chamemos assim, mas que se trata de um grande caixa de metal trançado, mergulhada no rio, único espaço onde se autoriza o mergulho nas águas do Japurá. Por que isso? Para que os hóspedes possam curtir aquelas águas sem serem incomodados pelas piranhas ou pelas cobras que vivem ali.

No dia seguinte à minha chegada encontrei, para minha surpresa, uma família brasileira hospedada na pousada. Na hora da saída do passeio em canoas, para explorar a floresta inundada, os brasileiros avisaram ao guia que não iriam passear conosco, preferiam ficar ali, na beira da piscina... aquela caixa mergulhada no rio...

Estou até hoje pensando nisso, naquelas três pessoas sentadas, por uma manhã inteira, em volta da caixa mergulhada no rio, em plena selva, no Corredor Central da Amazônia... Era preguiça e desinteresse pela floresta ou apenas o humor blasé de quem mora nesse país e tem a Amazônia meio que o quintal de casa?

CAPÍTULO 4

As gentes da Amazônia



O Pará é um lugar onde os fios do tempo se entrelaçam, tecendo histórias que unem passado e presente em uma dança contínua. Aqui, a vida pulsa nas vozes dos povos indígenas, nas mãos das quebradeiras de coco, nos tambores do carimbó e nos caldeirões onde o tucupi fermenta. Não se trata apenas de preservar tradições, mas de reconhecer que cada gesto, cada sabor, cada festa carrega em si a força de gerações que aprenderam a conviver com a floresta sem silenciar seus segredos.

A culinária paraense, por exemplo, não é apenas um conjunto de pratos, mas uma forma de diálogo com a terra. O tacacá, servido quente nas barracas do mercado Ver-o-Peso, guarda a memória dos Tupinambá, que usavam a mandioca brava como base de sua alimentação. Já a maniçoba, preparada durante dias em fogões à lenha, nos lembra que a paciência é ingrediente essencial para transformar folhas

de maniço em uma iguaria que une comunidades em torno da mesa. Até o açaí, hoje famoso mundo afora, mantém sua raiz na tradição ribeirinha: colhido por homens e mulheres que sobem nas palmeiras com destreza, ele é mais que um alimento — é um ato de resistência.

“O açaizeiro só dá fruto bom se a gente tratar ele como parente”

Dona Raimunda, extrativista da Ilha do Combu.

Fonte: Projeto Saúde e Alegria, 2023, <https://www.saudeealegria.org.br>

O patrimônio cultural do Pará não está restrito aos museus — está nos grafismos Warao pintados em canoas, no Carimbó de Curuçambá que conta histórias de resistência, e nos territórios quilombolas onde o tambor de crioula atua como âncora de identidades locais. Em Belém, o Complexo das Onze Janelas não é apenas um museu: é um espaço onde artistas indígenas exibem obras que dialogam com a cidade.

Essa riqueza cultural também se manifesta nas celebrações, como o Círio de Nazaré — maior procissão católica do Brasil — que são verdadeiros encontros de diversidade, misturando tempos, cores e sons. Todos os anos, mais de 2 milhões de pessoas se reúnem nas ruas de Belém (Agência Belém, 2023, <https://www.belem.pa.gov.br>) para participar dessa fusão única, onde indígenas, caboclos e turistas carregam juntos a corda, simbolizando que a fé, aqui, é coletiva. A procissão, de origem portuguesa, ganhou contornos amazônicos com indígenas carregando a imagem de Nossa Senhora ao lado de caboclos e turistas, enquanto o cheiro de pato no tucupi se mistura aos cânticos. Como explica Mestre Zé Pio, guardião do carimbó em Bragança: ‘A corda do Círio é como o ritmo do tambor — só funciona se todo mundo puxar junto’.

O equilíbrio entre tradição e inovação também se manifesta nas artes. Nas feiras de Belém, artesãos como Dona Maria do Carmo moldam a cerâmica marajoara com técnicas que remontam a séculos, mas agora incluem temas contemporâneos, como a luta contra o desmatamento. “Cada vaso que faço conta uma história, algumas vêm dos meus avós, outras falam do que vivemos hoje”, compartilha ela, cujas peças são vendidas até na Europa (Instituto Peabiru, 2022, <https://www.peabiru.org.br>). Já nas periferias, jovens artistas usam grafite para pintar

murais que mesclam lendas da floresta com mensagens sobre igualdade racial e justiça climática. É a cultura viva, reinventando-se sem perder suas raízes.

No coração dessa riqueza estão os “encantados”, seres que habitam os rios, as árvores e os cantos mais profundos da mata. Para comunidades ribeirinhas, como as que vivem às margens do Rio Tapajós, esses espíritos não são lendas, mas presenças cotidianas. “O encantado é como um vizinho que a gente respeita”, explica Seu Manuel, pescador de 72 anos. “Se você cuidar do igarapé, ele te leva aos melhores peixes. Se poluir, ele some e leva a fartura embora”. Essa relação de reciprocidade, estudada pelo antropólogo Raymundo Heraldo Maués (SciELO, 2018, <https://www.scielo.br>), mostra que o sagrado na Amazônia não está separado da vida prática — está na água que se bebe, na terra que se planta, nas histórias que se contam ao redor do fogo.

Nas escolas indígenas da Terra Munduruku, jovens aprendem a usar GPS para mapear territórios ameaçados pelo garimpo, ao mesmo tempo que dominam o idioma de seus ancestrais. Na Ilha do

Marajó, mulheres quilombolas combinam técnicas ancestrais de tecelagem com vendas online, alcançando mercados que seus avós nem imaginavam. E em Belém, chefs como Saulo Jennings transformam ingredientes locais — como o jambu, que adormece a boca — em pratos premiados internacionalmente, provando que a gastronomia amazônica pode ser ponte entre o local e o global.

Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapicuns, por exemplo, comunidades criaram o “turismo de vigilância”, onde visitantes ajudam a monitorar áreas protegidas enquanto aprendem sobre plantas medicinais. “Antes, o estrangeiro vinha só tirar foto. Agora, ele pisa leve e ajuda a preservar”, afirma Joana, líder ribeirinha.

E assim, o Pará segue: território de encantarias, sim, mas também de gente real, que todos os dias prova que outra Amazônia é possível. Uma Amazônia onde cultura não é museu, mas semente; onde desenvolvimento não é sinônimo de destruição; e onde cada pessoa, cada comunidade, tem o direito de escrever seu próprio caminho — com as raízes firmes no chão e os olhos abertos para o amanhã.

Povos Amazônicos: outras formas de compreender o mundo

No coração da Amazônia, o Pará é terra de povos que carregam histórias milenares nos passos, nas mãos e nos cantos. Comunidades como os Kayapó, Munduruku e Tupinambá não apenas habitam a floresta, mas conversam com ela — seja nas danças que celebram a colheita, nos rituais que agradecem à chuva ou nas canoas que deslizam pelos rios como se fossem extensões do próprio corpo. Suas vidas são entrelaçadas com os ciclos da natureza: pescam com respeito aos tempos de reprodução dos peixes, plantam em roças que se renovam como a própria mata e colhem frutos sem apressar o ritmo das árvores. Não se trata de “preservação” como um conceito distante, mas de um jeito de existir que reconhece a floresta como parte da família.

Um exemplo dessa sabedoria em movimento está no trabalho de Justino Rezende, cientista indígena que, junto a outros treze pesquisadores — seis deles de povos originários —, mostrou em um estudo publicado na Revista Science (*Science*, 2023, <https://www.science.org>), como os conhecimentos tradicionais do Alto Rio Negro são fundamentais para cuidar da Amazônia. A pesquisa não fala sobre os indígenas, mas com eles, revelando que sua forma de entender o mundo divide-se em três grandes horizontes: o céu, a terra e as águas. Cada um desses espaços é vivido, observado e cuidado de modos que desafiam a separação entre “humanos” e “natureza”.



Imagem: Pexels



No horizonte celeste, onde os pássaros riscam o céu e as copas das árvores balançam ao vento, as comunidades aprendem a ler os sinais das aves para saber quando plantar ou colher. Um gavião circulando alto pode indicar mudanças no clima; o canto de um uirapuru anuncia a chegada de tempos bons para a caça. As frutas que crescem nas alturas, como o cupuaçu e o murici, são colhidas sem derrubar as árvores, usando técnicas ancestrais de escalada com cipós trançados. “A floresta de cima é como um teto que nos protege”, compartilha Davi Kopenawa, líder Yanomami, em diálogo com a pesquisa. “Se o teto cair, todos perdemos o abrigo”.

Já no horizonte terrestre, onde os pés pisam o chão e as mãos cultivam a roça, a agricultura não é feita para dominar, mas para conversar. Os Tupinambá, por exemplo, plantam mandioca em meio a árvores nativas, criando uma teia de

vida onde cada planta sustenta a outra. As folhas que caem viram adubo, os insetos são aliados no controle de pragas, e as ervas medicinais crescem junto aos alimentos. Não há monocultura aqui — há diversidade, como ensina a mestra agricultora Mariazinha, do povo Munduruku: “A terra cansa se a gente só tira. Tem que dar tempo pra ela respirar, como a gente”. Essa prática, conhecida como pousio, permite que o solo se regenere naturalmente, mantendo a fertilidade por gerações (ISA, 2022, <https://www.socioambiental.org>).

Por fim, o horizonte aquático — onde rios serpenteados cortam a floresta e os peixes são mais que alimento: são mensageiros. Nas comunidades ribeirinhas, pescar não é só jogar a rede; é saber escutar o rio. Os Tupinambá, por exemplo, evitam pescar durante a desova, garantindo que os peixes possam se reproduzir. Usam armadilhas artesanais que capturam apenas o necessário, enquanto os mais velhos en-



Imagem: Blog Viajento

sinam às crianças como ler as marcas das águas: uma correnteza mais forte pode indicar chuvas distantes, e o barro nas margens revela a saúde do ecossistema. “O rio fala, mas a gente precisa parar pra ouvir”, diz Joaquim, pescador da região do Tapajós.

O que esses três horizontes nos mostram é que o saber indígena não é um “conjunto de técnicas”, mas um modo de enxergar o mundo onde tudo está conectado. Quando Justino Rezende fala em “indigenar as ciências”, ele propõe uma ponte: que os conhecimentos acadêmicos possam aprender com essa visão integrada, em vez de impor modelos prontos. Afinal, como mostra o estudo, áreas manejadas por povos tradicionais na Amazônia têm índices de desmatamento até 80% menores do que em regiões vizinhas (Imazon, 2023, <https://imazon.org.br>). Entretanto, essa ponte só se sustenta se houver respeito. Respeito aos tempos das comunidades, aos

seus modos de transmitir conhecimento (muitas vezes oral, não escrito) e às suas decisões sobre como compartilhar ou não seus saberes. Como lembra a liderança Sônia Guajajara: “Não queremos ser estudados como cobaias. Queremos parceiros que caminhem ao nosso lado”.

Para quem vive fora da floresta, a lição é clara: cuidar da Amazônia não exige tecnologia complexa, mas humildade para aprender com quem sempre soube fazê-lo. Seja apoiando iniciativas de turismo comunitário, valorizando produtos feitos por indígenas ou simplesmente divulgando suas histórias, cada gesto é um passo para que esses saberes não apenas sobrevivam, mas floresçam. Afinal, como cantam os mestres do carimbó: “A mata é nosso lar, e lar a gente cuida com amor — não com medo de perdê-lo”.

Povos Originários: a diversidade indígena

*Euaracy¹ quando desperta,
seus raios vêm nos saudar,*

*Mostrando que o dia começa,
é hora de trabalhar.*

*A aldeia do Povo Kambeba², não é
construída em qualquer lugar,*

*O rio é um fator determinante,
para se poder habitar.*

*Imprimindo esse espaço,
nossa cara, nosso olhar,*

*Diz o tuxaua³ maior,
o Kambeba é povo agricultor*

*Não se pode deixar de plantar,
escolheu São Tomé como protetor,*

*Para que tivesse boa colheita,
neste santo se apegou.*

*Na aldeia Tururucari-Uka⁴,
as casas representam união*

*Ordenadas em forma de círculo,
facilitam a comunicação.*

*Feitas de madeira e palha,
mantendo a antiga tradição.*

*À noite Yacy⁵ se aproxima,
chamando o povo para ensinar,*

*O que os mais velhos deixaram,
manifestado na forma de cantar.*

*Nas danças que representam, a cultura
imaterial, nossa herança milenar.*

*O som do maraká anuncia,
a dança vai começar,*

*No sopro do meu caricu⁶,
o som começo a tirar.*

*Do canto que vem trazer,
o curupira⁷ para dançar.*

*Contam os mais velhos
com sabedoria,*

*Que o Kambeba tem um
exemplo a seguir,*

De um líder que lutou pelo povo,

*Para não os ver sucumbir,
pelas armas do May-tini⁸.*

Tururucari não se deixou extinguir.

*Hoje, Tururucari representa,
união, força, luta e coragem,*

*Não se sabe como ele era, mas se
faz uma ideia de sua imagem*

*Retratado no desenho do
indígena Uruma⁹,*

Marcando essa nova linhagem.

(Marcia Kambeba, 2023).

¹ Deusa do sol na língua tupi.

² Povo indígena, cujo território fica em partes da região do médio e alto rio Solimões no estado do Amazonas, com alguns Kambeba que vivem no município de Tefé, além da Amazônia peruana, conhecidos como Omágua.

³ Palavra tupi para o chefe dos chefes, que representa o povo para negociar com os outros povos indígenas.

⁴ Tururucari - Líder kambeba que lutou para defender o povo Omágua-Kambeba, Uká- moradia de uma família ou moradia coletiva. Uma metáfora para um poder que é ao mesmo tempo espiritual, cultural e político.

⁵ Deusa da Lua na língua tupi.

⁶ Instrumento de sopro feito de bambu, usado nos rituais e celebrações comunitárias.

⁷ Guardião da Floresta que assume forma de menino com cabelos ruivos flamejantes e pés virados para trás.

⁸ Povo não indígena.

⁹ Nome do atual tuxaua da aldeia Tururucari-Uka.

No poema de Márcia Kambeba, lançado em 2023, as palavras fluem como as águas do Rio Amazonas, carregando consigo a essência do cotidiano do povo Kambeba. Através de versos que misturam ancestralidade e resistência, a autora nos convida a adentrar um universo onde a agricultura não é apenas um meio de subsistência, mas um ato de amor à terra e de diálogo com os ciclos da natureza. Nas linhas escritas por Márcia, percebemos que plantar, colher e celebrar são gestos entrelaçados à identidade de seu povo, uma prática que sustenta não só o corpo, mas também os laços comunitários e a memória coletiva.

A vida do povo Kambeba, como retratada no poema, gira em torno de uma organização comunitária que valoriza a escuta e a partilha. As decisões são tomadas em círculos onde jovens e anciãos trocam experiências, garantindo que cada voz seja ouvida. Essa forma de governança, herdada de gerações, reflete um entendimento profundo de que cuidar das pessoas é tão vital quanto cuidar da terra. Nas roças, por exemplo, o plantio é feito de maneira coletiva: enquanto uns preparam

o solo, outros cantam histórias dos antepassados, lembrando que cada semente carrega o espírito de quem a cultivou antes. “A mandioca não cresce só com água; ela precisa de gratidão”, ensina um trecho do poema, revelando como o trabalho agrícola é permeado de significados que transcendem o prático.

Essa relação com a terra vai além da sobrevivência. Para os Kambeba, como para muitos povos indígenas da Amazônia, a floresta é um parente — um ser vivo que merece respeito e reciprocidade. Os rituais realizados antes do plantio, as danças que agradecem pela colheita e os cantos que celebram a chuva são formas de manter esse diálogo sagrado. Nas palavras de Márcia, “o canto do uirapuru não é só música; é a floresta falando através das asas”. Essas práticas, transmitidas oralmente há séculos, são como raízes que mantêm a comunidade firme diante das tempestades, sejam elas climáticas ou sociais.

Os mais velhos ocupam um lugar central nessa teia de saberes. Eles são os guardiões das histórias que ensinam como

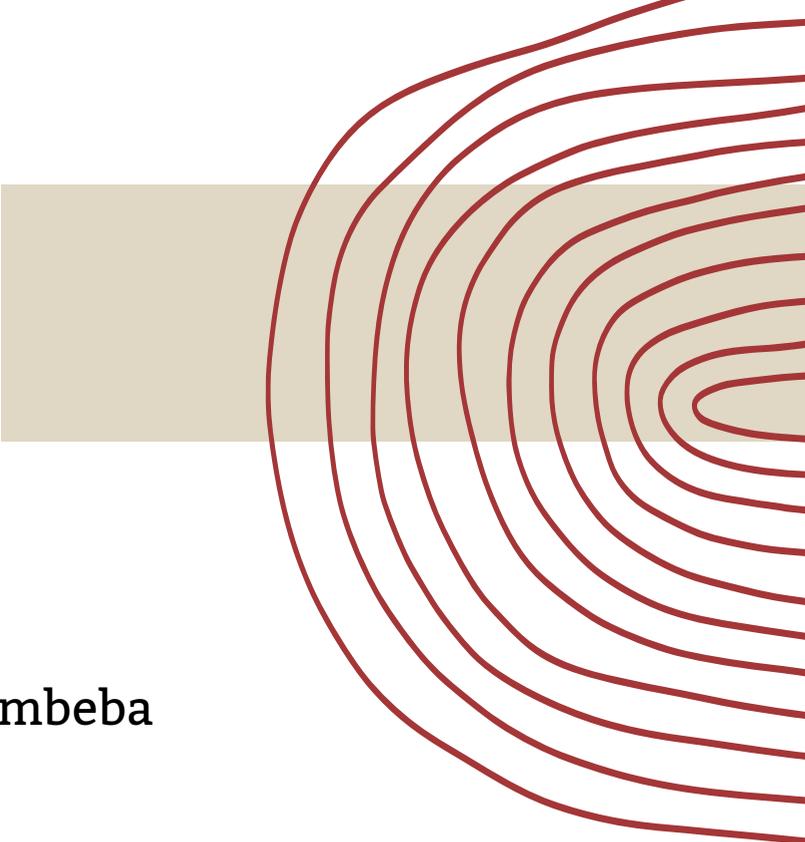


ler os sinais da natureza: o voo das araras indica o momento certo de semear; o murmúrio dos rios alerta sobre cheias que estão por vir. Esse conhecimento, porém, não é estático. Como mostra o poema, os jovens aprendem a manejar ferramentas modernas — como GPS para mapear territórios ameaçados — sem abandonar as lições dos ancestrais. “Nossos avós nos deram o arco e a flecha; nós damos aos nossos filhos a tecnologia e a memória”, escreve Márcia, destacando uma fusão que fortalece, em vez de diluir, a identidade Kambeba.

A resistência desse povo, no entanto, não se dá sem desafios. O avanço de projetos que ameaçam suas terras — como o desmatamento ilegal, que atingiu 1.200 km² no Pará em 2023 (INPE, 2023, <https://www.obt.inpe.br>) — exige que estejam constantemente vigilantes. Mas é justamente na união entre tradição e adaptação que encontram força. Cooperativas lideradas por mulheres, por exemplo, têm levado produtos como o óleo de coco babaçu e artesanatos para feiras internacionais,

mostrando que economia e cultura podem caminhar juntas. “Não vendemos apenas castanhas; vendemos histórias de resistência”, há um trecho do poema que ecoa iniciativas reais, cooperativa das Quebradeiras de Coco Babaçu (ISA, 2022, <https://www.socioambiental.org>).

O poema de Márcia Kambeba, portanto, não é apenas um retrato de seu povo — é um convite para repensarmos nosso lugar no mundo. Ao narrar o cotidiano Kambeba, ela nos lembra que existem outras formas de habitar a Terra, baseadas no equilíbrio e no respeito. Cada linha é um ensinamento: que a agricultura pode ser feita sem venenos, que as decisões podem ser coletivas e que a tecnologia, em vez de afastar, pode aproximar gerações. Afinal, como dizem os mais velhos, “a terra não pertence a nós; nós pertencemos a ela”. Há uma lição simples, porém poderosa nessa fala: cuidar da floresta não é um dever apenas indígena, mas um compromisso de todos que nela habitam, direta ou indiretamente.



Entrevista de Márcia Kambeba

*Marcia Kambeba*⁵

O turismo no Pará tem grande potencial, mas também desafios, como a infraestrutura e sustentabilidade. Há uma crescente preocupação com a valorização dos povos originários e a preservação da biodiversidade. No entanto, o turismo no Estado do PA conta com uma geografia marcada por rios, florestas e ilhas e nessa riqueza exuberante de paisagem natural estão os povos indígenas, beiradeiros/ribeirinhos e quilombolas, povos que são considerados os filhos das águas, ambientalistas. Digo isso para fortalecer uma atividade que integra natureza, cultura e história, destacando a diversidade da Amazônia e a riqueza dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. O turismo ecológico, quando bem estruturado, contribui para a conservação da floresta e gera renda para comunidades tradicionais. No entanto, vale destacar alguns aspectos não só turísticos como identitários que compõem o aspecto turístico do Pará

O Pará abriga unidades de conservação, como a Floresta Nacional do Tapajós e o Parque Estadual de Monte Alegre, além de paisagens paradisíacas como Alter do Chão, conhecido como o Caribe Amazônico.

A identidade indígena, afrodescendente e cabocla se expressa em festividades, gastronomia e artesanato. Destacam-se o Círio de Nazaré, a culinária típica (como o pato no tucupi e o açaí) e as manifestações culturais das comunidades tradicionais.

O turismo de base comunitária é uma alternativa que permite aos visitantes conhecerem aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas de forma respeitosa e imersiva. O Estado do Pará tem grande potencial para fortalecer esse modelo, garantindo que as comunidades sejam protagonistas e beneficiárias diretas das atividades turísticas. O turismo em aldeias indígenas pode incluir vivências com os povos tradicionais, participação em rituais, oficinas de artesanato e exploração de trilhas em territórios preservados.

Dia 1 de abril abri as portas de minha casa e recebi 25 alunos de ensino médio para uma imersão na cultura indígena apresentando os artefatos e a cultura do meu povo que tenho em casa. Foi uma experiência única para eles que desconhecem por exemplo, que muitas comidas típicas do Pará vêm da cultura e saberes indígenas.

Considerando minha atuação na pesquisa sobre a cultura, memória, identidade, sustentabilidade, luta e resistência dos povos e precisamente do meu povo Omágua/Kambeba, os principais desafios e potenciais na minha área envolvem questões identitárias, políticas públicas, conservação ambiental e fortalecimento das aldeias indígenas.

Entre os desafios enfrentados, destacam-se o reconhecimento territorial e cultural: a demarcação das terras indígenas e a garantia dos direitos territoriais ainda encontram barreiras políticas e jurídicas significativas. Além disso, a luta pelo reconhecimento da identidade cultural, pelo respeito aos saberes locais, ao sagrado e à medicina tradicional permanece como uma causa essencial dos povos ao longo dos séculos, estendendo-se até os dias de hoje. Não podemos ver os povos indígenas apenas como atração cultural para turistas. Nossa presença e saberes não se resumem a isso, mas se expandem ao considerar a

cultura, identidade e etnicidade como parte intrínseca da formação do Brasil e da população que vive na Amazônia. Cidades como Belém, por exemplo, antes de serem elevadas à categoria de vila e posteriormente cidade, eram aldeias de muitos povos. Belém, segundo o relato do padre Antônio Thevet, em tradução realizada em 2009, fazia parte de um complexo cultural conhecido como Mairí Tupinambá. Esse complexo abrangia o estado, Macapá, parte do Maranhão e Amazonas. Isso não significa que a região era habitada apenas pelos Tupinambá, mas sim que esse complexo envolvia diversos povos falantes do tronco linguístico tupi. Outro ponto seria sustentabilidade e proteção ambiental. O avanço do desmatamento e a degradação ambiental impactam diretamente os territórios indígenas e ribeirinhos, enquanto a exploração desenfreada dos recursos naturais ameaça os modos de vida tradicionais e os conhecimentos ancestrais. Esses desafios se somam à necessidade de fortalecimento da cultura indígena. A falta de políticas de ensino bilíngue e a valorização dos saberes indígenas na academia dificultam a transmissão cultural, além de haver desafios para garantir que a pesquisa sobre povos indígenas seja feita com protagonismo indígena, sem a imposição de narrativas externas.

O desenvolvimento econômico sustentável também é uma questão central. O turismo predatório pode comprometer a cultura e o território se não for conduzido de forma responsável. Por isso, é essencial incentivar alternativas econômicas sustentáveis que garantam a autonomia dos povos em seus territórios e aldeias.

A educação e a produção de conhecimento representam outra frente importante de luta. A crescente presença indígena nas universidades fortalece a produção de conhecimento feito por e para os povos indígenas. Projetos educativos que integram saberes ancestrais e científicos têm o potencial de transformar

a estrutura da educação indígena. É crucial incentivar os povos a escreverem sobre si mesmos, além de promover a produção de materiais que fortaleçam a língua ancestral e documentem sua história, memória e identidade. É isso que tenho feito por meio da literatura que produzo e das pesquisas que desenvolvo sobre meu povo, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Por fim, o incentivo à produção artística e cultural também é fundamental. Não existem festivais dedicados exclusivamente à cultura e aos saberes indígenas, já que, muitas vezes, a música produzida nas aldeias ou nas cidades não se enquadra nos moldes exigidos por esses eventos. Mesmo assim, é animador ver indígenas conquistando espaço nesse cenário. A valorização dos grafismos, dos cantos sagrados e da relação com a natureza são formas essenciais de preservar e divulgar o conhecimento tradicional, e tudo isso também pode viabilizar o ecoturismo sustentável nas aldeias.

No estado do Pará, algumas dessas práticas regenerativas e sustentáveis já foram implementadas, enquanto outras enfrentam desafios para serem aplicadas de forma ampla. O Pará é um dos estados mais impactados pelo desmatamento e pela exploração ilegal de recursos naturais, mas também abriga iniciativas de conservação e uso sustentável lideradas por comunidades indígenas, ribeirinhas e movimentos sociais. O que sei é que práticas como Agrofloresta e Sistemas Agroecológicos estão presentes em comunidades indígenas e assentamentos agroextrativistas, especialmente no Marajó e no oeste do Pará. Projetos como os de cacau cabruca e consórcios agroflorestais com açaí estão ganhando força. A expansão enfrenta limitações devido ao avanço do agronegócio, que exerce pressão sobre pequenos agricultores e povos tradicionais, forçando-os, muitas vezes, a adotarem monoculturas. Por outro lado, iniciativas como o Manejo Florestal Sustentável oferecem alternativas. Em algumas áreas, o manejo comunitário de produtos como a castanha-do-pará e o açaí gera renda sem devastar a floresta. No entanto, ainda há desafios signifi-

cativos, como os conflitos com madeireiros ilegais e a ausência de fiscalização eficiente, que permitem práticas predatórias.

Eu acredito que, quando pensamos em inclusão social, é essencial considerar a participação de mulheres e jovens na produção desse turismo de base comunitária. Iniciativas que envolvam arte, cultura, culinária e o território são fundamentais para gerar resultados positivos e fortalecer as comunidades.

Ao trabalhar com turismo sustentável, especialmente em comunidades tradicionais, precisamos tomar alguns cuidados. Apesar dos benefícios que ele pode trazer, o turismo mal gerenciado pode gerar impactos negativos, como:

- Exploração comercial da cultura, sem que as comunidades tenham uma participação justa.
- Superlotação e degradação ambiental em áreas sensíveis.
- Falta de políticas públicas para regular e apoiar iniciativas comunitárias.

Por isso, acredito que tudo deve ser feito de forma participativa, ouvindo os moradores do lugar e respeitando suas necessidades e perspectivas.



Imagem: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

Comunidades Quilombolas: a africanidade do Pará

No Pará, as comunidades quilombolas escrevem histórias de resistência que ecoam há séculos. Com mais de 520 comunidades identificadas — das quais apenas 98 têm títulos de terra reconhecidos oficialmente, segundo o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) (ITERPA, 2023, <https://www.iterpa.pa.gov.br>) —, esses grupos mantêm viva uma herança que atravessa oceanos e gerações. Concentradas principalmente no nordeste do estado, essas comunidades são faróis de cultura, memória e cuidado com a terra, mesmo diante de desafios como a demora no reconhecimento de seus territórios.

Nas ilhas de Marajó e Soure, comunidades quilombolas mantêm vivas tradições como a cerâmica marajoara, herança de ancestrais que moldavam argila com símbolos de fertilidade e proteção. Na Associação Nós do Mangue, mulheres lideram roteiros turísticos onde visitantes aprendem a pintar painéis com grafismos inspirados nas águas e nos pássaros. “Cada traço é uma mensagem dos que vieram antes de nós”, diz Mãe Rita, artesã de 68 anos.

O Terreiro de Tambor de Mina, em Belém, é outro marco. Lá, ritos afro-brasileiros se misturam com cantos indígenas, celebrando a fusão de saberes. “Nosso candomblé tem cheiro de jambu e som de maracá”, brinca Pai João, líder espiritual.

Para entender a força desses coletivos, é preciso olhar além dos mapas. O território, para os quilombolas, não se resume a limites geográficos ou documentos oficiais. É onde as memórias dos antepassados se misturam com o cheiro da terra molhada após a chuva, onde os tambores do curimbó marcam o ritmo das festas e onde as crianças aprendem, desde cedo, que cada árvore tem uma história.

“Aqui, o chão que pisamos guarda os sonhos de quem veio antes de nós. Não é só terra; é raiz”

Dona Maria, liderança quilombola de Abacatal, em Ananindeua.

Essa conexão profunda explica por que a luta pelo título das terras vai além da garantia legal. Trata-se de assegurar que os saberes transmitidos oralmente — como o cultivo de plantas medicinais, a fabricação artesanal de utensílios e as técnicas sustentáveis — continuem vivos. Um estudo de Carvalho e colaboradores (*SciELO*, 2021, <https://www.scielo.br>), revela que mais de 80% das comunidades quilombolas paraenses mantêm práticas agrícolas tradicionais, como o plantio consorciado de mandioca, feijão e frutas, evitando o desgaste do solo. Essa harmonia com a natureza não é acaso: é herança de ancestrais que, mesmo em meio à opressão do sistema escravista, souberam criar formas de coexistir com a floresta.

A Fundação Cultural Palmares define quilombolas como grupos que preservam tradições culturais, religiosas e de subsistência ligadas a seus antepassados africanos (Fundação Palmares, 2023, <https://www.palmares.gov.br>). No Pará, isso se traduz em

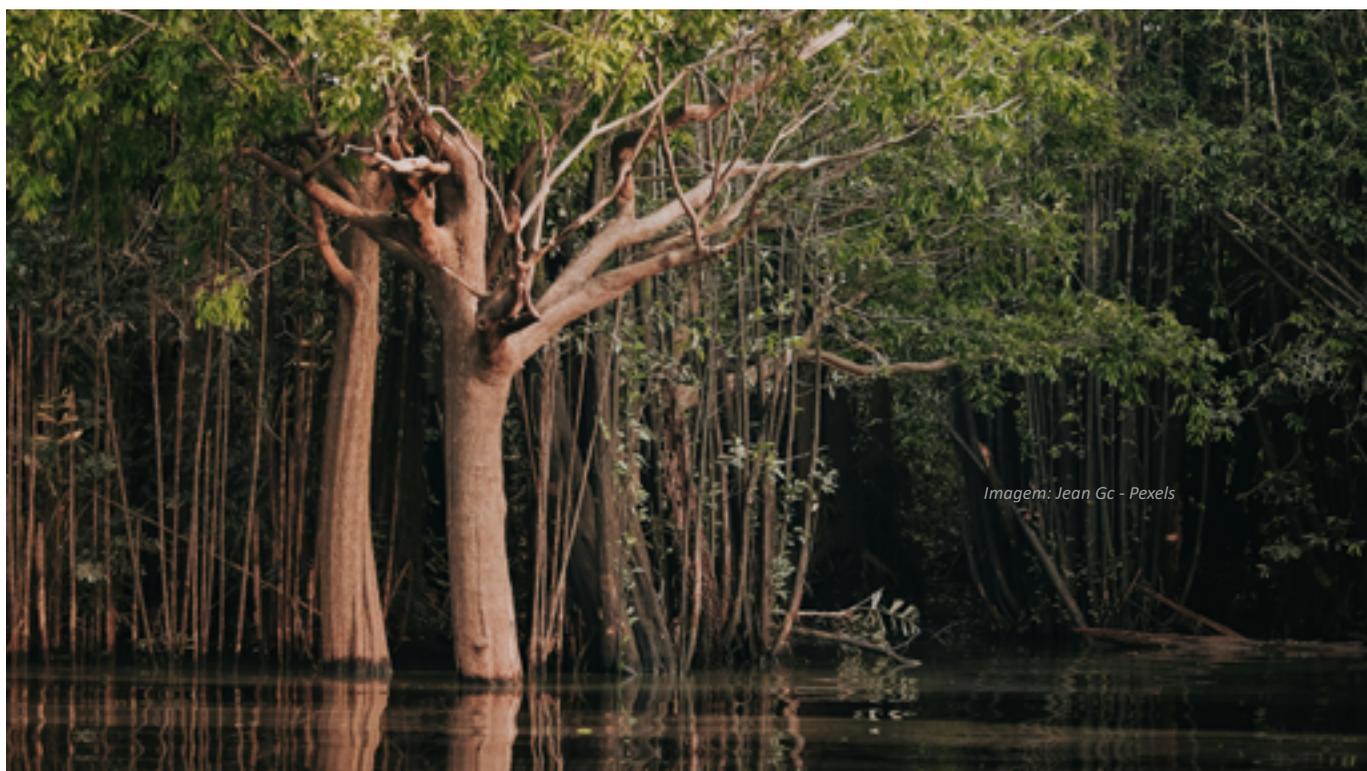


Imagem: Jean Gc - Pexels

festas como o *Carimbó Chama*, em Salvaterra, onde danças ancestrais se renovam com a energia dos jovens, ou nas rodas de *Carimbó de Máscaras*, em Curuçá, onde máscaras feitas de cipó e penas contam histórias de resistência. São práticas que desafiam o tempo, mostrando que cultura não é algo estático, mas um rio que segue fluindo.

Mas a relação com a terra também enfrenta desafios concretos. Em regiões como o arquipélago do Marajó, comunidades quilombolas convivem com a pressão de grandes empreendimentos agropecuários e a especulação imobiliária. Mesmo assim, seguem inovando: em São Benedito, mulheres lideram a produção de óleo de andiroda, usado na fabricação de cosméticos, enquanto em Cachoeira do Arari, jovens criaram uma rede de turismo comunitário que mostra aos visitantes como se pesca com rede de malha larga — evitando a captura de peixes pequenos. “Não queremos ser vistos como ‘povos do

passado’”, reflete João, guia de turismo de 24 anos. “Nossa cultura é viva, e ela tem muito a ensinar sobre o futuro”.

A preservação ambiental, nesse contexto, não é uma escolha, mas uma necessidade intrínseca. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que áreas ocupadas por comunidades quilombolas no Pará apresentam índices de desmatamento 60% menores do que em regiões vizinhas (IBGE, 2022, <https://www.ibge.gov.br>). Isso ocorre porque suas práticas — como o extrativismo rotativo de castanha-do-pará e o manejo de açazais nativos — garantem que a floresta permaneça em pé, gerando renda sem esgotar recursos. “A natureza não é nossa inimiga; é nossa parceira”, explica Raimunda, extrativista de Acará. “Se a mata some, nossa identidade some junto”.

Reconhecer essas comunidades, portanto, não se limita à emissão de títulos de terra. É preciso apoiar iniciativas como

Sementes de andiroba



Imagem: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

a da *Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU)*, que capacita jovens em gestão sustentável de negócios, ou a da cooperativa *Raízes do Quilombo*, que comercializa polpas de frutas nativas em feiras locais. Cada passo nessa direção fortalece não só os quilombos, mas toda a sociedade, que ganha exemplos de como equilibrar produção e preservação.

A história do Pará está inextricavelmente ligada à resistência quilombola. Dos mocambos do século XVIII, escondidos nas matas para abrigar fugitivos da escravidão, às comunidades atuais que integram tecnologia e tradição, essas pessoas mostram que outro mundo é possível — um mundo onde o progresso não significa destruição, e onde o passado não é peso, mas alicerce. Como dizem os mais velhos de Jambuaçu, no Baixo Amazonas: “Enquanto houver tambor batendo e criança aprendendo a plantar, nosso quilombo seguirá de pé”. E nessa perseverança, há um convite para todos nós: aprender, apoiar e, principalmente, escutar.

Comunidades Ribeirinhas: ou todo o Pará

Nas margens dos rios e igarapés da Amazônia, as comunidades ribeirinhas escrevem histórias de harmonia com a natureza, transformando desafios em oportunidades de coexistência. Suas vidas são entrelaçadas com os ciclos das águas, das florestas e das estações, criando um modo de existir que equilibra tradição e adaptação. Para essas famílias, o rio não é apenas um caminho — é fonte de alimento, transporte e identidade, uma relação que se reflete em cada canoa construída à mão, em cada rede lançada com cuidado e em cada roça plantada respeitando o ritmo da terra.

A pesca, por exemplo, vai além da atividade econômica: é um diálogo com o ambiente. Nas comunidades próximas a Belém, como as da Ilha do Combu, os pescadores conhecem os períodos de reprodução dos peixes e evitam capturar espécies em época de desova. Essa prática, transmitida por gerações, garante que recursos como o tucunaré e o tambaqui continuem abundantes. “A gente pesca só o que o rio permite”, explica Seu Raimundo, pescador há 40 anos na região (Projeto Saúde e Alegria, 2022, <https://www.saudeealegria.org.br>) Essa sabedoria ancestral faz com que áreas manejadas por ribeirinhos mantenham estoques pesqueiros até 50% maiores do que em regiões não monitoradas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA, 2021, <https://www.ibama.gov.br>).

Nas roças, o cultivo segue uma lógica similar. O plantio de mandioca, feijão e frutas como o açaí é feito em sistema de *coivara*, técnica indígena que utiliza queimas controladas e períodos de

pousio (períodos em que a terra é deixada sem cultivo para recuperar sua fertilidade e vitalidade) para regenerar o solo.

“A terra precisa descansar, como a gente. Se forçar demais, ela adocece”

Dona Maria, agricultora de Abaetetuba.

Essa abordagem, combinada com a diversificação de cultivos, reduz a necessidade de agrotóxicos e mantém a fertilidade natural — um modelo que inspira até pesquisadores universitários.

Fonte: EMBRAPA, 2020, <https://www.embrapa.br>



Imagem: Alexandre Costa - Ag. Pará

O comércio fortalece laços entre o campo e a cidade. Nas feiras de Belém, como o Mercado Ver-o-Peso, produtos ribeirinhos — peixe fresco, farinha de mandioca artesanal, polpas de frutas silvestres — chegam diariamente em barcos coloridos. Essas trocas não são apenas transações: são momentos de partilha de histórias. “Quando vendo meu açaí, levo um pedaço da nossa ilha para a cidade”, diz Ana Claudia, produtora da Ilha das Onças, cuja família colhe o fruto há três gerações. Essa conexão garante que 30% dos alimentos consumidos na região metropolitana de Belém venham de comunidades tradicionais.

Fonte: IBGE, 2023, <https://www.ibge.gov.br>

Até as moradas refletem essa sintonia com o ambiente. As palafitas, casas elevadas sobre pilares de madeira, são exemplos de arquitetura adaptativa. Construídas com materiais locais, como madeira de manejo sustentável e folhas de palmeira, elas protegem contra as cheias

dos rios e permitem ventilação natural no clima úmido. “A casa respira com a floresta”, comenta João, carpinteiro de Ponta de Pedras, que aprendeu a técnica com o avô. Esse conhecimento prático, aliado a inovações como painéis solares instalados recentemente em algumas comunidades, mostra como tradição e modernidade podem caminhar juntas.

Apesar dos desafios — como a falta de acesso a serviços de saúde e educação em áreas remotas —, as comunidades ribeirinhas seguem encontrando soluções criativas. Em Salvaterra, no Marajó, mulheres criaram uma rede de artesanato com fibras de tucumã, vendendo bolsas e esteiras que sustentam famílias inteiras. Já em Santarém, jovens desenvolveram um aplicativo para mapear áreas de pesca sustentável, combinando tecnologia com saberes tradicionais. “Usamos o celular, mas o rio ainda é nosso melhor mapa”, brinca Carlos, um dos idealizadores do projeto (Instituto Mamirauá, 2023, <https://www.mamiraua.org.br>).

Essas histórias revelam um ensinamento vital: viver em harmonia com a natureza não significa estagnação, mas evolução consciente. As comunidades ribeirinhas nos lembram que é possível prosperar sem esgotar recursos, valorizando o coletivo e respeitando os limites do ambiente. Seja através da pesca responsável, da agricultura cíclica ou do comércio justo, elas mostram que desenvolvimento e preservação não são opostos, mas parceiros.

Apoiar essas comunidades vai além de políticas públicas — passa por valorizar seus produtos, respeitar seus territórios e aprender com suas práticas. Quando escolhemos comprar um peixe capturado com rede de malha larga ou um artesanato feito com fibras naturais, estamos fortalecendo uma cadeia de cuidado que beneficia a todos. Afinal, como dizem os ribeirinhos do Tapajós: “O rio que nos alimenta é o mesmo que leva nossas histórias para o mundo. Cuidar dele é cuidar do nosso futuro”.

Os Encantados da Floresta:

Nas entranhas da Amazônia, onde os rios desenham caminhos e as árvores sussurram histórias antigas, vivem seres que desafiam as fronteiras entre o visível e o invisível. Conhecidos como “encantados”, essas presenças são parte do cotidiano de muitas comunidades tradicionais, tecendo uma rede de significados que une o espiritual ao terreno. Para quem cresceu ouvindo as narrativas dos mais velhos, como Seu Manuel, pescador do Rio Tapajós, os encantados não são lendas distantes: “Eles estão na brisa que balança as folhas, no canto dos pássaros ao amanhecer e até no cheiro da terra após a chuva. São vizinhos que respeitamos, não fantasmas que tememos”.

O antropólogo Raymundo Heraldo Maués, em seus estudos, descreve esses seres como entidades que habitam um plano intermediário — não totalmente espíritos no sentido religioso comum, mas também não completamente materiais. Para as comunidades caboclas, essa concepção se materializa na pajelança, prática onde curandeiros, os pajés, atuam como intermediários entre os mundos. Durante os rituais, ervas como a jurema e o cipó-cravo são usadas não apenas para tratar doenças físicas, mas para restabelecer o equilíbrio entre a pessoa e os encantados que protegem ou desafiam seu caminho. “A pajelança é como uma conversa”, explica Dona Raimunda, mestra de saberes tradicionais em Santarém. “A gente pede licença, agradece e aprende a ouvir o que a floresta tem a dizer”.

Esses seres se manifestam de formas tão diversas quanto a própria Amazônia. Nas comunidades ribeirinhas do Marajó, fala-se do Mãe-d’Água, uma entidade feminina que mora nas profundezas dos

rios, cuidando dos peixes e castigando quem pesca de forma gananciosa. Já nas regiões de terra firme, o Curupira — com seus pés virados para trás — é invocado para explicar desaparecimentos na mata ou para justificar a importância de não colher frutos antes do tempo. “Quando alguém se perde, a gente sabe: foi o Curupira ensinando a ter respeito”, conta João, agricultor de Bragança.

A relação com os encantados não se limita ao medo ou à reverência; é uma troca. Nas roças, antes do plantio, famílias realizam pequenos rituais para “avisar” aos donos invisíveis da terra que ali se cultivará alimento, não destruição. Na Ilha do Combu, próximo a Belém, colhedores de açaí deixam oferendas de fumo e cachaça aos Caboclos da Mata, espíritos guardiães das palmeiras. “Se a gente não agradecer, o açaizeiro para de dar fruto doce”, diz Maria, extrativista há 30 anos. Essa prática, registrada em estudo da Embrapa (EMBRAPA, 2021, <https://www.embrapa.br>), mostra que áreas onde rituais



Imagem: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

são mantidos têm produtividade 20% maior, evidenciando uma conexão prática entre crença e sustentabilidade.

Mas como explicar essa coexistência em um mundo cada vez mais tecnológico? Para jovens como Karina, de 19 anos, que estuda agroecologia em Belém, a resposta está na adaptação. “Meus avós me ensinaram a respeitar os encantados. Hoje, uso apps para mapear áreas de plantio, mas nunca deixo de pedir licença à mata”. Essa fusão é visível em iniciativas como a da Rede de Agroflorestas do Xingu, onde conhecimentos tradicionais e técnicas modernas se unem para recuperar áreas degradadas — projeto que já plantou mais de 18 milhões de árvores nativas.

Fonte: Rede Xingu, 2023, <https://www.socioambiental.org>

A crença nos encantados também molda a relação com os recursos naturais. Na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, pescadores evitam usar redes de malha fina não apenas por leis ambientais, mas por entenderem que os Encantados do Rio

garantem a abundância apenas para quem pesca com moderação. “Já vi o peixe sumir por anos quando alguém abusa”, relata Raimundo, líder comunitário. Essa ética, reforçada por gerações, explica por que regiões manejadas por ribeirinhos mantêm estoques pesqueiros 40% maiores que áreas exploradas industrialmente (ICMBio, 2022, <https://www.icmbio.gov.br>).

Longe de serem relíquias do passado, os encantados seguem vivos na cultura amazônica. Em festas como o Çairé, em Alter do Chão, bonecos gigantes representando entidades como o Boto e a Vitória-Régia dançam nas ruas, lembrando a todos que a floresta é habitada por múltiplas formas de vida. Nas escolas indígenas, crianças aprendem tanto sobre biologia quanto sobre os protetores das árvores, numa educação que integra ciência e espiritualidade. “Ensinamos que a mata tem dono, e esse dono não é humano”, afirma a professora Edna Kambeba.

A resistência dessas crenças frente a pressões modernas — como o desmata-

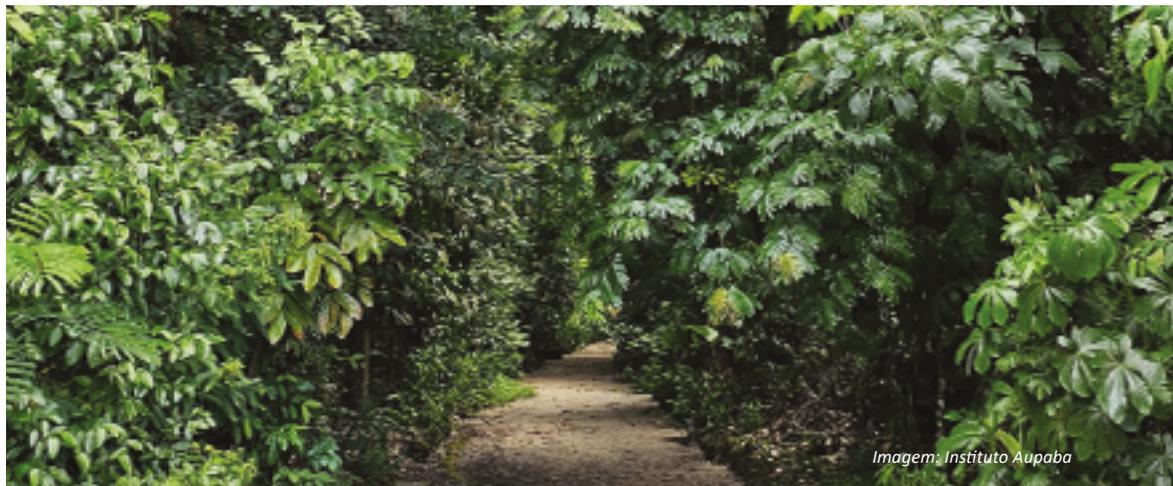


Imagem: Instituto Aupaba

mento, que avançou 15% no Pará em 2023 (INPE, 2023, <https://www.obt.inpe.br>) — revela sua força. Em projetos como o Territórios Sagrados, lideranças indígenas e quilombolas mapearam mais de 200 locais considerados moradas de encantados, pressionando por sua proteção legal. “Quando demarcamos uma área sagrada, não estamos só preservando árvores”, diz Ailton Krenak. “Estamos garantindo um lar para seres que ensinam o equilíbrio”.

Entender os encantados, portanto, é mais que explorar um folclore: é mergulhar em uma visão de mundo onde tudo está interligado. Nas palavras de um jovem artista de rua de Belém, que pinta murais homenageando entidades da floresta: “Eles nos lembram que não somos donos de nada — somos parte de uma rede que inclui até o que não enxergamos”. E nessa rede, cada gesto de respeito à mata, cada história contada ao pé do fogo, é um fio que mantém viva a sabedoria de quem sabe ouvir a Amazônia.

Benedeiras e Erveiras

No coração da Amazônia paraense, as benedeiras e erveiras tecem uma rede de saberes que une floresta, fé e cura. São mulheres que carregam nas mãos o dom de transformar folhas, raízes e rezas em alívio para o corpo e a alma. Seus ofícios, aprendidos com avós e mestras, não seguem manuais científicos, mas a escuta atenta dos ciclos da natureza e das necessidades da comunidade. Em um mundo que muitas vezes despreza o tradicional, elas são guardiãs de uma medicina que nasce do diálogo entre o visível e o invisível.

As benedeiras e erveiras do Pará vêm de diversas origens: indígenas, quilombolas, ribeirinhas e caboclas. Em Santarém, Maria Susete Kumaruara, parteira indígena da aldeia Solimões, aprendeu a ajudar mulheres a darem à luz observando os movimentos da natureza e seguindo intuições que ela chama de



Imagem: Marcelo Seabra - Ag. Pará

“guias do coração”. Já em Belém, Beth Cheirosinha, erveira de 70 anos, herdou da avó e da mãe o conhecimento sobre mais de 200 plantas, como o carrapatinho e a agarradinha, usadas para tratar males físicos e emocionais. Suas bancas no Mercado Ver-o-Peso são pontos de encontro onde turistas e moradores buscam desde chás para insônia até proteção espiritual.

O trabalho dessas mulheres vai além de preparar remédios. É um ritual que integra gestos, palavras e intenções. Os banhos de ervas, por exemplo, misturam alecrim, arruda e alfazema não apenas para limpar o corpo, mas para “descarregar” energias pesadas. Já os escalda-pés, feitos com gengibre e capim-santo, são usados para acalmar a mente e fortalecer a conexão com a terra. “A planta não cura só com a folha; cura com a fé que a gente coloca nela”, explica Dona Raimunda, erveira da Ilha do Combu.

As garrafadas — misturas de ervas maceradas em álcool ou cachaça — são outra especialidade. Usadas para tratar dores musculares, inflamações ou até “quebranto” (mau-olhado), elas car-

regam nomes poéticos, como “amarração de amor” ou “abre caminho”, revelando como a cura se entrelaça com a poesia do cotidiano. Em comunidades ribeirinhas, é comum famílias manterem garrafadas prontas para emergências, um hábito que substitui farmácias distantes.

A “magia” dessas práticas não está no sobrenatural, mas na relação íntima com a natureza. Benzedoiras como Tia Eliza, de Belém, combinam rezas católicas, folhas sagradas e gestos herdados de ancestrais indígenas e africanos. Seu altar é um mosaico de sincretismo: imagens de santos, penas de pássaros e sementes de andiroba convivem harmoniosamente. Para ela, benzer uma criança com folhas de pitanga ou um idoso com fumaça de breu-branco não é apenas um ato de cura, mas de resistência cultural.

Nas periferias de Belém, jovens como Aline, de 27 anos, estão reinventando esses saberes. Aprendendo com as mais velhas, ela usa redes sociais para ensinar preparos de chás e compartilhar histórias sobre plantas, provando que a tradição pode dialogar com a tecnologia.

A atuação dessas mulheres vai além da saúde individual. Em regiões onde o acesso a médicos é limitado, elas são muitas vezes a única alternativa.

Um estudo da Embrapa revela que 65% das comunidades ribeirinhas do Pará dependem de ervas e benzimentos para cuidados básicos.

Além disso, seu trabalho preserva ecossistemas: ao coletar plantas de forma sustentável, como o jambu ou o piri-piri, evitam a superexploração e mantêm a floresta em pé.

Culturalmente, elas são pontes entre passado e presente. O documentário “Entre Raízes e Rituais Ancestrais”, lançado em 2025, mostra como mestras como Neide Viana e Luciene Borari ensinam crianças a identificar plantas medicinais em trilhas na mata, garantindo que o conhecimento não se perca. Já iniciativas como a da Cooperativa das Erveiras do Ver-o-Peso comercializam produtos com certificação de origem, valorizando a economia local.

Apesar da importância, muitas enfrentam preconceito. O termo “bruxa”, usado historicamente para marginalizá-las, ainda ecoa em cidades maiores.

Projetos de mapeamento, como o realizado pela escola de samba Camisa Verde e Branco em São Paulo — que identificou 160 benzedeadas — inspiram ações similares no Pará, onde grupos locais buscam catalogar e apoiar essas guardiãs.

Aprender com as benzedeadas e erveiras é reconhecer que a ciência não está apenas em laboratórios. Está nas mãos de quem sabe ler o murmúrio dos rios, no cheiro de um chá de erva-cidreira preparado com paciência, na coragem de mulheres que mantêm viva uma sabedoria milenar. Como diz Beth Cheirosinha: “A floresta é nossa farmácia, mas também nossa mestra. Quem ouve ela, nunca fica doente”.

Apoiar essas práticas é, acima de tudo, honrar a diversidade da Amazônia — e garantir que suas raízes continuem a florescer.

“Ser bruxa é dominar os ciclos da terra, não temer a própria força”

Roseli Souza, pesquisadora da Universidade do Estado do Pará.

Mitos e Lendas: Os Guardiões da Floresta

Na Amazônia, as histórias não são contadas — são vividas. Quem caminha pelos igarapés ou cruza os rios ao entardecer sabe que a floresta tem donos, seres que protegem seus segredos com sabedoria ancestral.

O Curupira, por exemplo, não é apenas um menino de cabelos flamejantes e pés invertidos. Ele é o guardião das árvores, aquele que desafia caçadores gananciosos a se perderem em labirintos de folhagens. “O Curupira não castiga por maldade”, explica Seu Raimundo, ribeirinho de 72 anos às margens do Rio Tapajós. “Ele ensina que a mata não é lugar de ganância, mas de respeito”.

Já a Mãe-d’Água, senhora das profundezas, é lembrada nas noites de lua cheia. Dizem que seu canto atrai pescadores incautos, mas quem a escuta com humildade recebe bênçãos de fartura. “Ela me mostrou onde estavam os tambaquis na seca passada”, conta Maria, pescadora de Abaetetuba, enquanto tece uma rede. “É preciso ouvir, não temer”.

E não se pode falar de lendas sem mencionar a Cobra Grande, serpente cósmica que habita lagos e igarapés. Reza a lenda que, em noites de tempestade, seu corpo brilha sob as águas, lembrando que a natureza tem forças além da compreensão humana. O poeta paraense Paulo André capturou essa essência em versos:

*“A Cobra não é monstro, é dona do rio,
Seu olho é farol, seu dorso é caminho.
Quem respeita seu lar, nunca fica sozinho,
Pois a floresta protege seu destino.”*

Música Regional: O Tambor que Une

A música paraense é um rio de ritmos que banha desde as festas de santos até as rodas de carimbó. Dona Onete, “a voz da lambada”, é um ícone dessa sonoridade. Em sua música “Pitiú”, ela canta o cheiro marcante do peixe seco, elemento central da culinária ribeirinha:

*“Pitiú, pitiú, cheiro que vem do rio,
Na casa da vovó, tem peixe no pirão.
Pitiú, pitiú, a vida é um balanço,
Quem não gosta do cheiro, não conhece o verão.”*

Já Joelma, estrela do brega pop, levou o Pará para o mundo com “Voando pro Pará”, hino que celebra a saudade e a identidade local:

*“Eu tô voando, voando pro Pará,
Onde o açaí é grosso e o amor não vai faltar.
Nas águas do Guamá, meu coração vai ficar,
Belém, meu lugar, não tem igual no lugar!”*

E não podemos esquecer os mestres do carimbó, como Pinduca, cujo ritmo acelerado faz até as palmeiras dançarem. Seus tambores, feitos de troncos de manga, ecoam a resistência cultural de um povo que transformou a dor em alegria.



Boto-cor-de-rosa

Um dos mitos mais conhecidos. Diz-se que o boto se transforma em um homem bonito nas festas ribeirinhas, seduz mulheres e retorna ao rio antes do amanhecer. Costuma ser responsabilizado por gravidezes inesperadas.

Iara (ou Uiara)

Espírito feminino das águas, descrita como uma sereia de longos cabelos negros. Enfeitiça os homens com seu canto, levando-os para o fundo dos rios. Representa a força e o mistério da natureza aquática.



Curupira

Guardião da floresta, tem cabelos vermelhos e os pés virados para trás. Usa seus truques para confundir caçadores e proteger os animais e as árvores dos invasores. É um símbolo da luta contra a destruição ambiental.

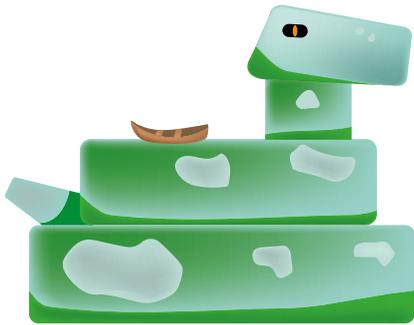
Matinta Pereira

Figura associada à bruxaria. Aparece como uma velha que assobia durante a noite e só se acalma quando recebe fumo ou tabaco. Está ligada ao imaginário de encantamentos e maldições.



Mapinguari

Criatura mítica descrita como um gigante peludo com um só olho e uma boca no estômago. Dizem que habita áreas remotas da floresta e emite um cheiro terrível. É visto como defensor da selva contra intrusos.



Cobra Grande (Boiaçu)

Enorme serpente mítica que vive nos rios e lagos amazônicos. Em algumas versões, representa a fúria das águas e pode engolir embarcações inteiras. Em outras, é uma entidade protetora e sagrada.

Anhangá

Espírito protetor da fauna, especialmente dos animais caçados injustamente. Aparece sob a forma de um veado branco com olhos de fogo. Costuma punir os caçadores cruéis ou gananciosos.



Encantados do Rio

Entidades espirituais que vivem nas profundezas dos rios e lagos. São seres encantados, muitas vezes associados a reinos submersos e a um mundo mágico paralelo ao dos humanos.

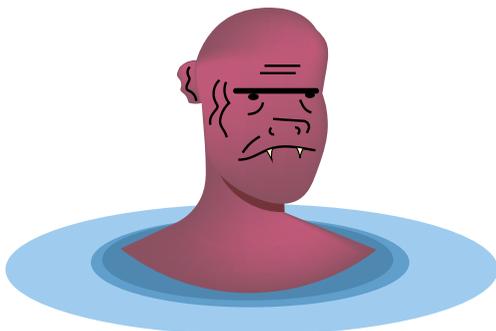
Mãe d'água

Parecida com a Iara, mas com uma presença mais maternal e protetora. É uma entidade que protege as águas e os seres que ali vivem, podendo recompensar ou castigar conforme a conduta das pessoas.



Caboclo D'água

Espírito que assombra pescadores e viajantes, causando redemoinhos e virando canoas. É uma entidade que exige respeito às águas e ao equilíbrio dos rios.



Expressões Paraenses: O Dicionário Afetivo da Amazônia

No Pará, as palavras são temperadas com humor e inventividade. “Raio que o parta!” — Exclamação de espanto — pode ser ouvida em feiras lotadas quando alguém encontra um amigo distante. “Pai d’égua!” expressa admiração, como ao ver um peixe gigante sendo retirado do rio. Já “Toró” descreve a chuva que cai com força, lavando ruas e enchendo igarapés.

E há expressões que são verdadeiros quebra-cabeças para os de fora. “Mas quando...” inicia frases cheias de suspense, como conta a vendedora de tacacá Dona Zeneide: “Mas quando eu vi o tamanho do jaraqui, pensei: isso é coisa de Mãe-d’Água!”. Cada palavra é um convite a decifrar o código afetivo de quem vive entre rios e florestas.

Interjeição multifuncional usada para expressar surpresa, admiração ou indignação.

Cheiro forte de peixe, geralmente considerado desagradável.

Além do prato típico, a palavra também é usada como símbolo cultural.

Forma regional de dizer “mesmo”.

Gíria para dizer que alguém é desenrolado, bom de papo.

Objeto usado para servir tacacá ou açaí, também é parte da identidade local.

Jeito carinhoso de chamar alguém, especialmente da roça ou do interior.

Mistura de farinha com água, comida rápida do cotidiano ribeirinho.

Zoar ou tirar sarro de alguém.

Forma carinhosa de chamar uma amiga.

Expressão que indica um lugar muito longe ou ermo.

Algo muito bom, legal, excelente.

Agitação das águas de rios grandes como o Amazonas, também usado para indicar turbulência.

Gíria usada para se referir ao paraense raiz, com orgulho da cultura local.

CAPÍTULO 5

Patrimônios culturais e naturais do Pará



No Pará, cada canto conta uma história — seja no burburinho dos mercados centenários, nas paredes dos museus que guardam memórias ou nas águas que banham ilhas e florestas. Este estado, que abraça a maior porção da Amazônia brasileira, é um convite para descobrir como cultura e natureza se entrelaçam em ritmos, sabores e paisagens únicas. Vamos juntos por esses caminhos?

Mercados: Onde a Vida Pulsa

Mercado Ver-o-Peso

Imagine um lugar onde o dia começa antes do sol nascer, com barcos chegando carregados de peixes frescos, frutas exóticas e ervas que curam. Assim é o Ver-o-Peso, em Belém, um mercado que é muito mais que um ponto de comércio: é aula de história viva. Seu nome vem dos tempos coloniais, quando funcionava como posto de fiscalização de impostos (“ver o peso” das mercadorias). Hoje, entre boxes de madeira e estruturas de ferro do século XIX, você encontra de tudo: desde tacacá servido em cuias até jambu, a erva que “dorme a boca” e é base de pratos como o pato no tucupi.



Dona Maria, vendedora há 30 anos, explica enquanto peneira farinha de mandioca: “Aqui, o açaí não é só comida. É memória. Meu avô colhia na palmeira sem derrubar nenhum pé”. Essa relação de respeito com a floresta se reflete até nas bancas de ervas medicinais, onde raizeiros como Seu Zé oferecem pariri para inflamações e muirapuama para dar energia, conhecimentos herdados de povos indígenas.

Fonte: Museu Emílio Goeldi, 2021, <https://www.museu-goeldi.br>

Mercado das Carnes

Perto dali o Mercado das Carnes chama atenção pelo prédio histórico em tons pastéis. Fundado em 1901, era originalmente um matadouro, mas hoje abriga bares que servem pratos como o filhote assado (peixe típico da região) e lojas de artesanato em fibra de tucumã. Dica: experimente o suco de bacuri, fruta ácida que os locais chamam de “ouro da Amazônia”.

Mercado São Brás

No bairro de São Brás, este mercado é ponto de encontro para quem busca ingredientes frescos a preços acessíveis. Nas bancas, ribeirinhos vendem camarão seco e castanha-do-pará colhida por comunidades extrativistas. “A castanha que você compra aqui alimenta famílias lá no Xingu”, diz Sônia, uma das vendedoras.

Estação das Docas

À beira da Baía do Guajará, este complexo revitalizado, localizado em antigos armazéns portuários, une gastronomia, cultura e uma vista deslumbrante para o pôr do sol. O restaurante ‘Lá em Casa’ oferece pratos com ingredientes regionais, enquanto o Espaço Cultural abriga exposições, como as do Professor Sérgio Brazão, Engenheiro Agrônomo e pesquisador da UFRA, que destacam a história da borracha na Amazônia.

Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro

Um antigo convento do século XVIII hoje abriga joias que contam histórias. As biojoias feitas com sementes de açaí, madeira de manejo sustentável e fibras naturais são obras de artesãos locais. “Cada peça carrega o nome da semente e da comunidade que a produziu”, explica a designer Ana Paula, cujas criações já foram parar em passarelas internacionais.

Visitas Culturais: Museus e Memórias

Observatório Magnético de Belém (OMB)

Desde sua fundação, o OMB é guardião dos segredos invisíveis da Terra. Monitora pulsos magnéticos que moldam desde a navegação amazônica até a interação com ventos solares. Seus magnetômetros, como olhos voltados ao céu, revelam conexões entre a magnetosfera e o clima local. Parceiro de instituições globais, o OMB alimenta pesquisas que ecoam na COP30 e além.

Fonte: INPE, 2023, <https://www.inpe.br>

Museu Paraense Emílio Goeldi

Fundado em 1866, este museu é um santuário da biodiversidade amazônica. Seu parque zoobotânico abriga espécies como o peixe-boi e a ariranha, enquanto exposições mostram

cerâmicas marajoaras de 1.000 anos. Pesquisadores do museu trabalham lado a lado com indígenas, como os Munduruku, para catalogar plantas medicinais.

Fonte: MPEG, 2023, <https://www.museu-goeldi.br>

Museu de Arte Sacra do Pará - Igreja Santo Alexandre

Na Praça Frei Caetano Brandão, esta igreja barroca do século XVIII guarda imagens sacras talhadas em madeira e o maior acervo de ourivesaria colonial do Norte. Destaque para o Cristo dos Navegantes, esculpido por indígenas sob orientação jesuíta.

Complexo das Onze Janelas

Este casarão do período colonial, que já foi hospital militar, hoje abriga galerias de arte contemporânea. Nas salas, obras de artistas como Emanuel Franco dialogam com a arquitetura histórica, enquanto o Restaurante Casa do Saulo, do chef Saulo Jennings, no pátio interno, celebra a culinária paraense com pratos como a maniçoba real e o tucupi negro, resgatando técnicas ancestrais e ingredientes da floresta. O local é referência gastronômica, misturando inovação e tradição em cada garfada (SEMAS-PA, 2023, <https://www.semas.pa.gov.br>). O café, por sua vez, ainda serve tapioca com tucumã, em uma experiência que une arte, história e sabores amazônicos.

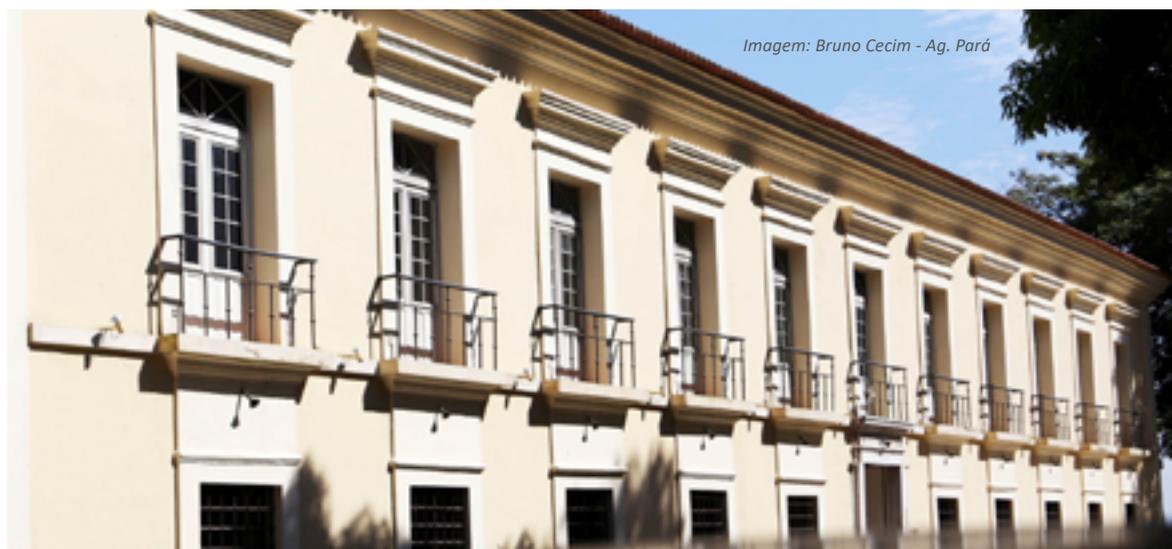


Imagem: Bruno Cecim - Ag. Pará

Entrevista de Saulo Jennings

A Gastronomia Como Ponte Entre a Amazônia e o Mundo

“O turismo do Pará é, antes de tudo, o encontro com a essência da Amazônia. Não se contenta com o superficial — mergulha fundo nas tradições, nos modos de vida e nas histórias contadas pelo povo”, afirma Saulo Jennings, chef à frente da **Casa do Saulo**, rede de restaurantes que se tornou símbolo da culinária paraense. Para ele, o estado é “vasto, diverso e tem um potencial imenso de receber o mundo de braços abertos, com identidade e verdade”.

Sobre os desafios, Jennings não hesita: “Equilibrar o crescimento do turismo com o respeito à natureza e às culturas tradicionais é urgente. Às vezes, o interesse econômico tenta passar por cima da floresta e da gente que vive nela”. Ele critica a infraestrutura precária: “A malha aérea dificulta quem quer abraçar a causa amazônica”. Mas enxerga luz no horizonte: “Temos ingredientes únicos, saberes ancestrais e paisagens que emocionam. Valorizar a cadeia produtiva, apoiar o produtor ribeirinho, a trançadeira, o barqueiro — é assim que avançamos com sustentabilidade”.

Na prática, o chef transforma discurso em ação. Na **Casa do Saulo**, “trabalhamos com manejo sustentável do peixe, produtos da agricultura familiar e respeito à sazonalidade. Isso é regeneração: comprar direto de quem planta e pesca com responsabilidade”. Projetos como o **Tapajós Vivo** — que forma comunidades em produção consciente — são exemplos. “Gera renda, fortalece

a identidade e evita o desmatamento”, explica. Mas reconhece obstáculos: “É difícil competir com o mercado de larga escala e o turismo predatório. Mas seguimos firmes, mostrando que dá pra crescer cuidando”.

Para Jennings,

“o turismo é ferramenta poderosa de transformação”.

“Empodera o jovem ribeirinho a valorizar sua cultura, dá autonomia a mulheres artesãs, traz renda a comunidades invisibilizadas”. Em seus pratos, cada ingrediente carrega história: “A farinha vem de Bragança, o feijão de Santarém. Tudo feito por gente que produz com amor”. E conclui: “Quando o turista entende essa cadeia, vira aliado da floresta. Turismo consciente é instrumento de preservação, inclusão e futuro para a Amazônia”.

Nomeado Embaixador Gastronômico da ONU no Turismo (2024), ele levou a culinária amazônica a eventos como a COP28, em Dubai, e apresentações da Embratur em Nova Iorque e Berlim. Seu trabalho, reconhecido como Chef do Ano pela **Revista Prazeres da Mesa** (2024), redefine a gastronomia como ferramenta de diplomacia cultural. “Cozinhar é contar a história da Amazônia em cada garfada”, reflete. Na Casa do Saulo, que integra o Complexo das Onze Janelas em Belém, essa narrativa ganha vida: entre obras de arte e tapiocas com tucumã, o restaurante prova que sabor e sustentabilidade podem, sim, caminhar juntos.





Museu do Círio de Nazaré

O Círio, maior festa religiosa do Brasil, ganhou um museu que explica sua origem portuguesa e sua adaptação amazônica. Fotografias antigas mostram romarias de canoa, e uma sala interativa simula a emoção de puxar a corda da berlinda. “Aqui, a fé tem cheiro de maniçoba”, brinca o guia João, referindo-se ao prato feito com folhas de mandioca que é tradição na festa.

Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré

O ponto final da procissão do Círio, esta basílica em estilo neoclássico, abriga a imagem milagrosa de Nossa Senhora de Nazaré, esculpida em madeira no século XVII. Nas escadarias, devotos agradecem por graças alcançadas, muitos vestindo

camisas com o slogan: “Nazaré é a mãe do povo paraense”.

Museu de Arte Urbana de Belém (MAUB)

Em um galpão industrial reformado, grafiteiros locais como Cris Guerra transformam paredes em telas que retratam desde lendas da Cobra Grande até protestos contra o desmatamento. Oficinas gratuitas ensinam jovens a usar spray como ferramenta de expressão.

Complexo Ver-o-Rio

Este parque à beira do Rio Guamá oferece trilhas, mirantes e um memorial que conta a história de Belém através de painéis interativos. Aos domingos, famílias se reúnem para tomar açaí gelado enquanto crianças brincam em esculturas que imitam barcos regionais.

Festas Tradicionais: Quando a Cidade Dança

Festival do Sairé (Alter do Chão)

Em setembro, a “**Caribe Amazônico**” se transforma com o Sairé, festa que mistura devoção a **Nossa Senhora da Saúde** com lendas indígenas. O ponto alto é a disputa entre os botos **Tucuxi** (vermelho) e **Cor-de-Rosa** (azul), representados por grupos que dançam ao som de banjos e maracas. “É como se o rio ganhasse voz”, diz o mestre de dança Ribamar Silva.

Festival do Boi Bumbá de Marajó

Na Ilha de Marajó, o boi não é só personagem de lenda — é parte da identidade. Durante o festival, brincantes encenam a história de Pai Francisco e Mãe Catirina, que roubam a língua do boi para saciar um desejo de grávida. A festa termina com todos dançando carimbó em torno de fogueiras.

Arraial do Pavulagem

Em junho, Belém se enche de bois-bumbás fantásticos, como o **Caprichoso** e o **Garantido**, inspirados no festival de Parintins. Os blocos, liderados por mestres como Zeca Malato, arrastam multidões com toadas que falam de amor, floresta e resistência.

Marujada (Bragança)

Em dezembro, a cidade de Bragança revive tradições portuguesas com a Festa de São Benedito, onde dançarinos vestidos de marinheiros executam coreografias complexas ao som de caixas e violões. A festa, reconhecida como patrimônio cultural, atrai até pesquisadores da UNESCO.

Fonte: IPHAN, 2022, <https://www.gov.br/iphan>

Círio de Nazaré

Mais de 2 milhões de pessoas lotam as ruas de Belém em outubro para acompanhar a berlinda de Nossa Senhora. A tradição inclui desde a **Romaria Fluvial** (procissão de barcos) até o **Almoço do Círio**, onde famílias servem pato no tucupi e maniçoba — prato que leva sete dias para ser preparado, seguindo técnicas indígenas.

Festival de Carimbó de Marapanim

Em outubro, este município a 130 km de Belém vira palco do maior encontro de carimbó do estado. Grupos como **Tecno Raiz** misturam tambores tradicionais com guitarras elétricas, enquanto barracas servem vatapá de camarão seco e tacacá com jambu.



Imagem: Uchoa Silva / Ag. Pará

Riquezas Naturais: A Amazônia em Suas Mãos

Arquipélago do Marajó

Maior ilha fluviomarina do mundo, o Marajó é reino dos búfalos, que são criados soltos em campos alagados. Nas comunidades, artesãos transformam chifres de búfalos em pentes e ossos em bijuterias, enquanto restaurantes como o **Casarão do Jamaci** servem pratos como filhote na folha de bananeira.

Ilha do Combu

A 15 minutos de barco de Belém, esta ilha de várzea é famosa pelos chocolates de cupuaçu feitos por mulheres ribeirinhas. Em passeios guiados, é possível colher açaí diretamente do palmito e aprender a fazer tucupi preto (molho fermentado de mandioca). Apesar da pressão turística — são mais de 40 restaurantes —, projetos como o **Combu de Portas Abertas** promovem visitas responsáveis.

Fonte: SEMAS-PA, 2023, <https://www.semas.pa.gov.br>

Parque Estadual do Utinga

Na área metropolitana de Belém, este parque protege mananciais que abastecem a cidade. Trilhas como a de Tucumã, levam a mirantes onde é possível avistar garças e jacarés-açu, enquanto o Lago Bolonha oferece aluguel de caiaques.

Parque Nacional de Anavilhanas

No **Rio Negro**, este arquipélago de 400 ilhas é um labirinto de igarapés e lagos onde vivem botos-cor-de-rosa e ariranhas. Pousadas flutuantes oferecem experiências como pesca de tucunarés e observação noturna de jacaretingas.

Praias de Alter do Chão

Chamada de “Caribe Amazônico”, esta vila em Santarém tem praias de areia branca e águas cristalinas que aparecem na seca (agosto a novembro). O Sairé, festival local, mistura lendas indígenas com festejos católicos, culminando em uma queima de fogos sobre o Rio Tapajós.

Mangal das Garças

No coração de Belém, o **Mangal das Garças** é um refúgio onde a Amazônia se mostra em escala íntima. Este parque, criado em 2005 em uma área revitalizada às margens do Rio Guamá, não é “apenas” um jardim: é uma aula viva sobre como conviver com a natureza sem domesticá-la. Em seus 40 mil m², abriga desde aves resgatadas até espécies de plantas que contam histórias de tempos imemoriais.

Observação de botos:

No coração da Amazônia, o **boto-vermelho** (*Inia geoffrensis*), também conhecido como boto-cor-de-rosa, desliza pelas águas doces do Rio Tapajós. Com sua tonalidade rosada única e corpo que

lembra golfinhos marinhos, este mamífero encanta visitantes em passeios de barco próximos a Santarém. Pousadas ribeirinhas oferecem experiências imersivas, onde é possível avistar os botos em seu habitat natural, saltando ao entardecer. Considerados guardiões da floresta pelas comunidades locais, cada encontro com esses animais é uma lição viva sobre a delicadeza e a força da vida amazônica.

Observação de pássaros:

A Amazônia abriga mais de 1.000 das 1.919 espécies de aves do Brasil (Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos, 2023), e o Pará é um dos melhores palcos para essa sinfonia alada. Excursões especializadas em birdwatching guiam visitantes por trilhas onde araras-azuis, uirapurus e guarás-vermelhos pintam o céu. Rotas como as da Floresta Nacional do Tapajós combinam avistamentos com visitas a cavernas milenares e cachoeiras isoladas. Em Alter do Chão, além de observar **tucanos** e **japins**, é possível navegar por igarapés cristalinos, onde o canto das aves se mistura ao murmúrio das águas.



Aves da Amazônia

Aves icônicas e emblemáticas



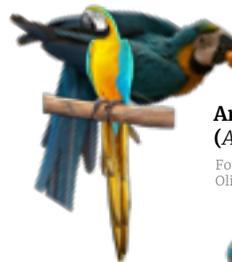
Arara-vermelha
(*Ara chloropterus*)

Foto: Museu Goeldi



Tucano-de-bico-preto (*Ramphastos vitellinus*)

Fotos: Ana Cota / snowmanradio



Arara-canindé
(*Ara ararauna*)

Fotos: Christofer Silva Oliveira/benjamins444



Galo-da-serra
(*Amazona aestiva*)
plumagem laranja vibrante, ave símbolo de conservação

Foto: Almir Cândido deAlmeida / Junior Giroto



Tucano-toco
(*Ramphastos toco*)

Foto: Chris Parfitt

Papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*)

Fotos: Jair Moreira / 8-2rc



Uirapuru
(*Cyphorhinus arada*) – famoso pelo canto hipnotizante

Foto: Norbert Potensky

Aves de rapina



Gavião-real
(*Harpyia harpyja*) – maior águia das Américas, símbolo da Amazônia

Foto: birdphotos.com / MDF

Aves de aquáticas e ribeirinhas



Anu-preto
(*Crotophaga ani*) – ave social muito comum nos campos e várzeas

Foto: Jose Reynaldo da Fonseca



Garça-branca-grande
(*Ardea alba*)

Fotos: thimothy a gonsalves chuck homler



Garça-moura
(*Ardea cocoi*)

Fotos: halley pacheco de oliveira

Marreca-cabocla
(*Dendrocygna autumnalis*)

Foto: Alan d wilson



Japiim
(*Cacicus cela*) – conhecido por seus ninhos pendurados e canto variado

Foto: doug janson



Socó-boi
(*Tigrisoma lineatum*)

Foto: Claudio Dias Timm

Aves frugívoras e granívoras



Saí-tinga
(*Tangara cayana*)

Foto: Wagner Machado Carlos Lemes



Pipira-vermelha
(*Ramphocelus carbo*)

Foto: Mike & Chris



Curió
(*Sporophila angolensis*)

Fotos: Dario Sanches/ Hector Bottai



Aracuã
(*Ortalis motmot*)

Foto: Claudio Dias Timm



Anambé-branco-de-bochecha-parda
(*Pachyrhamphus castaneus*)

Foto: Dario Sanches

Jacamim
(*Psophia viridis*) – importante para dispersão de sementes

Mutum
(*Crax alector*)



Canário-da-terra
(*Sicalis flaveola*)

Foto: Charles J Sharp

Jaó
(*Crypturellus spp.*) – aves tímidas do chão da floresta

Beija-flor-brilho-de-fogo
(*Topaza pella*) – um dos maiores beija-flores do mundo

Entrevista de Sérgio Brazão

Turismo no Pará: Um Gigante Adormecido à Espera de Sustentabilidade

“O Pará é um estado de dimensões continentais, maior que França e Alemanha juntas, mas com uma população que mal preenche seus espaços”, define o Professor. Em entrevista, ele traça um retrato do turismo local como “um diamante bruto, cintilante de potenciais, mas ainda sem lapidação”.

Para Brazão, a riqueza paraense está na natureza intocada e na culinária regional, ambas subproveitadas. “Em Juruti, no Baixo Amazonas, descobri pratos que nem eu, paraense, conhecia. É como se cada canto do estado guardasse segredos gastronômicos”, relata, destacando a diversidade que vai além do tacacá e do pato no tucupi. Santarém e Alter do Chão — este último eleito pela mídia britânica como detentor da “praia mais bonita do mundo” — são exemplos de locais que começam a estruturar receptividade, mas ainda são “ilhas de potencial em um oceano de possibilidades”.

Os desafios, segundo o professor, são tão vastos quanto o próprio território. “O turismo aqui ainda é feito com as unhas: hotéis improvisados, restaurantes sem tratamento de efluentes, festivais sem planejamento”. Ele critica a falta de fiscalização ambiental em unidades de conservação, onde os negócios operam “como se a floresta fosse um cenário infinito”. A solução, propõe, “Uma Escola Itinerante de Turismo, formando guias e donos de pousada no próprio território, ensinando desde gestão de resíduos até técnicas de hospitalidade ribeirinha”.

Sobre práticas regenerativas, Brazão é direto: “São raras como onças-pintadas”. Enquanto fazendas de gado avançam e mineradoras deixam cicatrizes, iniciativas sustentáveis ficam restritas a “projetos-piloto ou concessões de luxo”. Ele cita a UFRA como farol: “Criamos 115 cursos de capacitação rural, ensinando comunidades a produzir sem destruir. Já alcançamos 80% dos municípios, mas precisamos reconectar essas políticas a um plano estadual”.

O turismo, para o engenheiro, é “uma tesoura de dois gumes”. Mal conduzido, pode acelerar a degradação; bem orientado, “vira ferramenta de emancipação”. Ele exemplifica: “Quando uma comunidade quilombola aprende a vender artesanato com fibras sustentáveis ou a oferecer roteiros de observação de aves, está protegendo seu território com as próprias mãos”.

A COP 30 surge como esperança:

“É a chance de mostrar ao mundo que o Pará não é só minério e gado. É culinária que surpreende até os nativos, praias que rivalizam com o Caribe e saberes tradicionais que podem regenerar a economia”.

Mas adverte: “Sem investimento em saneamento básico, energia solar para pousadas e políticas de certificação, seremos apenas mais um cartão-postal explorado até a exaustão”.

Brazão finaliza com um apelo: “Sustentabilidade não pode ser moda passageira. Precisa virar lei, currículo escolar, critério para cada licença ambiental. Do contrário, a Amazônia que encanta hoje será o deserto que choraremos amanhã”. Nas suas palavras, ecoa um alerta e um convite: o Pará tem o tamanho de um país, mas seu futuro cabe nas escolhas que fizermos agora.

CAPÍTULO 6

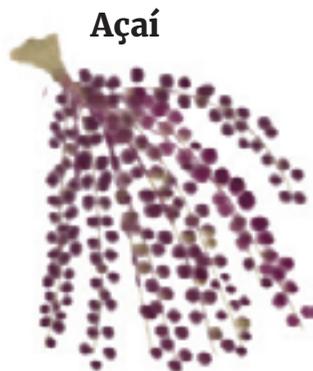
Culinária, gastronomia e alimentação nativa e sua importância para a bioeconomia paraense



A cozinha paraense é uma celebração diária da Amazônia em forma de sabor. Em cada tigela de açaí, em cada caldeirão de tacacá, há séculos de histórias entrelaçadas com a floresta, os rios e os saberes de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Mais que um conjunto de pratos, essa gastronomia é um ato político: prova que é possível gerar riqueza mantendo a mata em pé, honrando quem a protege.

Ingredientes que são raízes

Frutas Típicas da Amazônia



Açaí



Cacau nativo



Biribá



Cupuaçu



Piquiá



Maracujá do mato



Pupunha



Abiu



Bacaba



Tucumã



Araçá-boi



Camu-camu



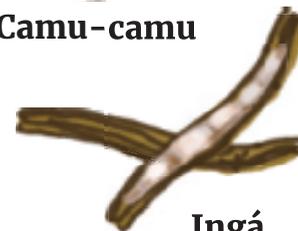
Bacuri



Araticum



Buranhém



Ingá



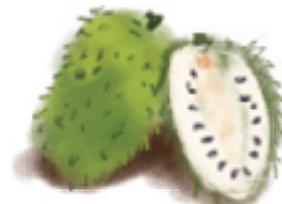
Taperebá (cajá)



Jambo



Patauá



Graviola



Jenipapo



Sapotilha



Uxi



Castanha do Pará
(Semente, mas presente no uso culinário)

A Amazônia não é um supermercado a céu aberto, mas uma teia de vida onde cada fruto, folha ou peixe carrega um papel ecológico e cultural. Conhecer esses ingredientes é entender a própria essência do Pará:

Açaí

O que é: Fruto roxo de uma palmeira, colhido por peconheiros (escaladores tradicionais) sem derrubar árvores.

Na bioeconomia: O Pará produz 95% do açaí consumido no Brasil (IBGE, 2023, <https://www.ibge.gov.br>). Cooperativas como a Açaí do Maicá, em Santarém, pagam até 3 vezes mais a produtores que preservam áreas de várzea.

Curiosidade: Originalmente, o açaí era consumido salgado com peixe, não doce com granola.

Tucupi

O que é: Caldo amarelo extraído da mandioca brava, fermentado por dias em potes de barro.

Na bioeconomia: Usado em pratos como Pato no Tucupi, seu processo tradicional evita o desperdício — até o veneno da mandioca (eliminada na fervura) vira ingrediente.

Jambu

O que é: Erva que causa uma leve dormência na boca, usada em tacacás e saladas.

Na bioeconomia: Agricultoras da Ilha do Combu vendem maços de jambu para chefs de Belém, gerando renda sem desmatar.

Imagens: Marcelo Seabra/Açaí. Pedro Guerreiro/Tucupi - Ag. Pará



Cupuaçu

O que é: Fruto azedo usado em sucos, doces e no cupulate (chocolate de cupuaçu).

Na bioeconomia: A marca “Filha do Combu” transforma o cupuaçu em bombons que valorizam produtoras ribeirinhas.

Castanha-do-pará

O que é: Semente da castanheira, árvore que pode viver 500 anos.

Na bioeconomia: Projetos como o Origens Brasil® garantem preço justo a coletores indígenas, evitando a venda ilegal para madeireiros.

Pirarucu

O que é: Maior peixe de água doce do mundo, com carne firme e sem espinhos.

Na bioeconomia: Manejo sustentável por comunidades no Médio Amazonas aumentou a população do peixe em 425% em 10 anos

Fonte: ARA, 2022](<https://amazoniarica.org.br>)

Cupuaçu / Ver o peso



Castanha do Pará com casca / Belém



Pirarucu seco/ ver o peso



Imagens: Marcelo Lelis e Pedro Guerreiro - Ag. Pará

Pratos que contam histórias

Cada receita paraense é uma aula sobre resistência e criatividade. Veja alguns que vão além do cardápio turístico:



Foto: Pedro Guerreiro / Ag. Pará

Maniçoba

O que é: Folhas de mandioca moídas e cozidas por 7 dias (para eliminar toxinas), servidas com carne de porco e toucinho.

Curiosidade: Chamada de “feijoada indígena”, era preparada em rituais Tupinambá para celebrar colheitas.

Chibé

O que é: Farinha de mandioca hidratada em água, servida com peixe assado.

Curiosidade: Alimento básico dos Sateré-Mawé, sustenta pescadores em jornadas de dias pelos rios.



Foto: Kamilly Ols

Vatapá de Camarão Seco

O que é: Pasta cremosa de farinha de trigo, leite de coco e camarão, herdada da culinária afro-brasileira.

Curiosidade: No Marajó, o camarão é seco ao sol em esteiras de bambu, técnica preservada por gerações.

Chibé



Foto: Diego Oliveira



Foto: Bruno Cecim / Ag. Pará

Tacacá

O que é: Caldo quente de tucupi com goma de tapioca, jambu e camarão seco.

Curiosidade: Vendido em “tacacazeiras” desde o século XIX, era remédio indígena para gripes.



Foto: Lumass

Caruru

O que é: Quiabo cozido com camarão, castanha e azeite de dendê.

Curiosidade: Prato sagrado no candomblé, oferecido aos orixás Ibeji e Erê.



Imagem: Instituto Aupaba

Bombons Amazônicos

Nos últimos anos, o Pará tem se destacado como um dos principais produtores de **cacau fino de origem** no Brasil, com destaque para regiões como a Transamazônica, o Baixo Tocantins e o oeste do estado. Pequenos produtores, agroindústrias comunitárias e cooperativas vêm adotando práticas de agrofloresta e fermentação artesanal para gerar um chocolate que respeita o solo, as árvores e as tradições locais.

Esses chocolates de terroir amazônico têm sido a base para bombons recheados com ingredientes como **cupuaçu**, **bacuri**, **castanha-do-pará**, **muruci**, **taperebá**, **açaí** e até **jambu** — planta nativa que provoca leve dormência na boca, transformando o sabor em uma verdadeira experiência sensorial.

Peixes Amazônicos Típicos

Tambaqui



Foto: Rufus46

Pirarucu (maior peixe de escama de água doce do mundo)



Foto: shizhao

Piraíba



Foto: wikipedia

Tucunaré



Foto: Ianare

Jaraqui



Foto:jutta234

Aracu



Foto: wikipedia

Pacu

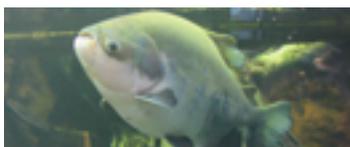


Foto: omnitarian

Matrinxã



Foto: david marimoto

Traíra



Foto: claudio d timm

Acari (ou bodó)



Foto derek ramsey

Candiru



Foto alexandre bouças

Pirapitinga



Foto: whisky wikipedia

Sardinha amazônica



Foto: barthem, r goulding, m 2007

Aruanã



Foto: qwertyzy

Piranha



Foto: alexdi

Outras espécies relevantes da região

Surubim

Bodião

Curimatã

Dourada

Mapará

Caratinga

Filhote
(versão jovem da piraíba)

Bicuda

Peixe-cachorro

Restaurantes que são referenciais

A gastronomia paraense ganha novos contornos em espaços que misturam tradição e inovação:

A Casa da Luna (Belém)

Carro-chefe: Moqueca de Filhote com Tucupi.

Diferencial: Ingredientes comprados diretamente de ribeirinhos do Arquipélago do Marajó.

Casa do Saulo (Belém)

Carro-chefe: Maniçoba Real (versão premium com costela defumada).

Diferencial: O chef Saulo Jennings revive receitas do século XIX encontradas em diários de viajantes.

Filha do Combu (Ilha do Combu)

Carro-chefe: Brigadeiro de Cupuaçu com Castanha.

Diferencial: Chocolate 100% amazônico, feito por mulheres que preservam açaiçais nativos.

Instituto Iacitatá (Belém)

Carro-chefe: Arroz de Jambu com Camarão da Costa.

Diferencial: Funciona como centro de pesquisa, mapeando plantas alimentícias não convencionais (PANCs).

Casa Moqueio (Santarém)

Carro-chefe: Pirarucu à Moda do Tapajós (grelhado em folha de bananeira).

Diferencial: Parceria com pescadores artesanais que usam anzóis circulares (evitam capturar peixes jovens).

Bioeconomia no prato

No Pará, a relação entre o que comemos e a saúde da floresta é tão íntima quanto o ciclo das chuvas. A bioeconomia não é um conceito abstrato — é a realidade de agricultoras que colhem açaí sem derrubar palmeiras, de pescadores que respeitam os períodos de reprodução dos peixes e de chefs que transformam ingredientes nativos em pratos reconhecidos mundialmente. Essa conexão, porém, precisa de alicerces sólidos para florescer, e é aí que políticas públicas, enfrentamento de desafios e escolhas cotidianas entram em cena.

Um dos primeiros passos é fortalecer a certificação de origem. Hoje, apenas 12% dos produtos amazônicos — como o tucupi, caldo fermentado de mandioca, ou a castanha-do-pará — possuem selos que comprovam sua extração sustentável (IMAZON, 2023, <https://imazon.org.br>). Um exemplo inspirador vem da Cooperativa dos Produtores de Castanha do Xingu, que, com o selo **Origens Brasil**, aumentou em 40% o valor pago aos coletores, garantindo que a floresta valha mais em pé do que derrubada. Imagine comprar um pacote de castanhas sabendo que ele sustenta famílias que protegem árvores centenárias: essa é a força de um selo.

Outro eixo crucial é o apoio a sistemas agroflorestais, que misturam cultivos como açaí, cacau e pimenta-do-reino. Em Tomé-Açu, no nordeste paraense, agricultoras lideradas por Dona Maria mostram que essa diversidade gera quatro vezes mais renda do que pastagens (Fonte: [EMBRAPA, 2022](<https://www.embrapa.br>)). “Antes, a gente derrubava a mata para plantar. Agora, a mata é nossa parceira”, ela explica, enquanto colhe cacau à sombra de castanheiras. Esses sistemas não só alimentam o solo, mas também criam habitats para animais, como abelhas nativas e pássaros dispersores de sementes.

A educação alimentar também tem papel vital. Em 30 municípios paraenses, pratos como o **pirarucu de manejo** e o açaí sem açúcar entraram na merenda escolar (SEMAS-PA, 2023, <https://www.semas.pa.gov.br>). Em Altamira, crianças como João, de 10 anos, já preferem tacacá a salgadinhos industrializados. “É gostoso e faz bem”, ele diz, provando que é possível cultivar novos hábitos sem perder o vínculo com a tradição.

No entanto, os desafios são muitos. Produtores de **camu-camu**, fruta que tem 60 vezes mais vitamina C que a laranja, enfrentam dificuldades para escoar suas colheitas. “Muitas vezes, metade apodrece no chão porque não conseguimos vender”, relata Seu José, ribeirinho de Abaetetuba. Sem estradas adequadas ou acesso a mercados justos, comunidades veem seu trabalho se perder antes de chegar ao consumidor.

Outra ameaça é a biopirataria. Entre 2000 e 2020, empresas estrangeiras patentearam 78 espécies amazônicas — como o jambu, erva que causa dormência

na boca, e o cumuru, usado em óleos medicinais — sem repartir benefícios com as comunidades (CGEE, 2021, <https://www.cggee.org.br>). É como se alguém registrasse a receita da sua avó e cobrasse royalties por ela, sem nunca ter pisado na sua cozinha.

Mas há esperança — e ela começa no prato de cada um. Escolher marcas como a **Cupulate**, que transforma amêndoas de cupuaçu em chocolate premium, ou a **Aruna Chocolate**, que conecta compradores a famílias extrativistas via QR code nas embalagens, é uma forma de votar com o garfo. Visitar lugares como o **Espaço Aruna Combu**, na Ilha do Combu, também faz diferença: 10% do valor dos pratos, como o **Filhote** na Folha de Bananeira, é reinvestido em escolas ribeirinhas.

Cada escolha no supermercado, cada refeição em restaurantes comprometidos, cada cobrança por justiça social e ambiental é um passo para um futuro em que a Amazônia não é commodity, mas lar. E nesse futuro, todos — do coletor de castanhas ao chef estrelado — têm lugar à mesa.



Imagem: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

CAPÍTULO 7

Desenvolvimento de baixo carbono na Amazônia: o Plano de Bioeconomia de Estado do Pará (PLANBIO)

Camille Bendahan Bemerguy⁶

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues⁷

Marcel Assis Batista do Nascimento⁸

Beatriz Teixeira Barbosa Lima⁹

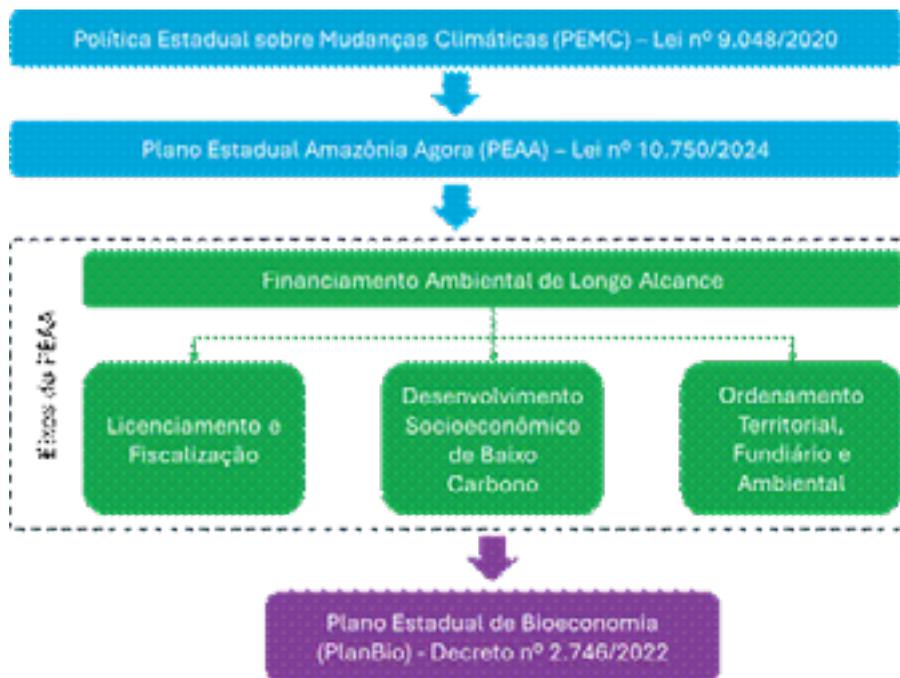
Nos últimos anos, o estado do Pará despontou com o título de maior emissor de gases de efeito estufa (GEE) do país, com aproximadamente 19% das emissões nacionais totais em 2020 (SEEG, 2022). Dentre as principais causas, encontra-se o desmatamento seguido do setor agropecuário. Com uma população estimada em 8,8 milhões de pessoas (IBGE, 2021), sendo o estado mais populoso da Amazônia brasileira, sua riqueza produzida não tem sido distribuída de forma equitativa entre indivíduos e grupos coletivos cujo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,646 (PNUD, 2010), o coloca na 24^o posição no ranking nacional, estando 44% da população abaixo da linha da pobreza (Pará, 2022), o que resulta em modos de ocupação desestruturados e mal planejados, fazendo com que os habitantes convivam com consideráveis problemas de ordem ambiental e social.

Por outro lado, de vasta extensão territorial e florestal, com uma diversidade biológica e sociocultural, o Pará apresenta uma série de possibilidades e caminhos para um desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, baseado na

floresta em pé e na garantia de direitos da população, em especial, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais originárias.

Vem sendo imperativo implementar projetos e ações mais efetivos para mudança da realidade econômica e social do Pará. Em 2019, foi criado o **Fundo da Amazônia Oriental (FAO)**, um mecanismo operacional e financeiro destinado a fortalecer as políticas e iniciativas públicas estabelecidas com foco no desenvolvimento sustentável e na descarbonização das atividades econômicas. O FAO é operado pelo **Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)**. Desde 2020, a gestão estadual vem implementando políticas estratégicas para a conservação e o desenvolvimento sustentável, em particular, por meio da “**Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC)**”, do “**Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA)**” e, mais recentemente, por meio do “**Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio)**”.

Figura 1 - Arcabouço institucional do Plano de Bioeconomia do Pará (PLANBIO)



Fonte: Autores (2025).

A PEMC foi instituída pela Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, e tem o objetivo de integrar o esforço global para promover medidas que alcancem as condições necessárias à adaptação e à mitigação aos impactos derivados das mudanças do clima. Já o PEAA, instituído pelo Decreto nº 941/2020 e substituído pela Lei nº 10.750, de 31 de outubro de 2024, é o plano setorial de uso da terra e florestas previsto na PEMC. Por meio do PEAA, o estado estabeleceu um conjunto de metas a fim de tornar o Pará um estado com **emissões líquidas zero (ELZ)**, ou carbono neutro, no setor de “uso da terra e florestas”, a partir de 2036. Essas metas foram distribuídas em quatro eixos, entre os quais está o de “desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono”, no qual está ancorado o PlanBio como um dos modelos de desenvolvimento socioeconômico capazes de promover essa transição.

A Estratégia Estadual de Bioeconomia instituída pelo decreto nº 1.943, de 21 de

outubro de 2021, tendo por foco a promoção de cadeias produtivas baseadas na floresta, na sociobiodiversidade e na biodiversidade. Nesse sentido, no ano de 2022, foi lançado durante a 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 27), no Egito, o PlanBio, uma iniciativa pioneira no país, que tem por base a concepção de que a bioeconomia possibilita, para além da produção sustentável e da resiliência climática, um conjunto de ações relacionadas à infraestrutura verde, ao empreendedorismo sustentável, a geração de empregos e renda com potencial de crescimento socioeconômico de baixo carbono.

O Plano Estadual de Bioeconomia foi instituído pelo Decreto nº 2.746/2022, cuja governança acontece em dois níveis: estratégico e executivo. No primeiro, está o **Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima)**. No segundo, encontra-se o **Comitê Executivo do Plano Estadual de**

Bioeconomia^[5], coordenado pela SEMAS e, inicialmente, composto por representantes de 6 secretarias e instituições estaduais^[6]. Trata-se de uma construção participativa em conjunto com representantes de povos indígenas, quilombolas e extrativistas, dentre integrantes, da gestão pública, movimentos sociais e sociedade civil organizada.

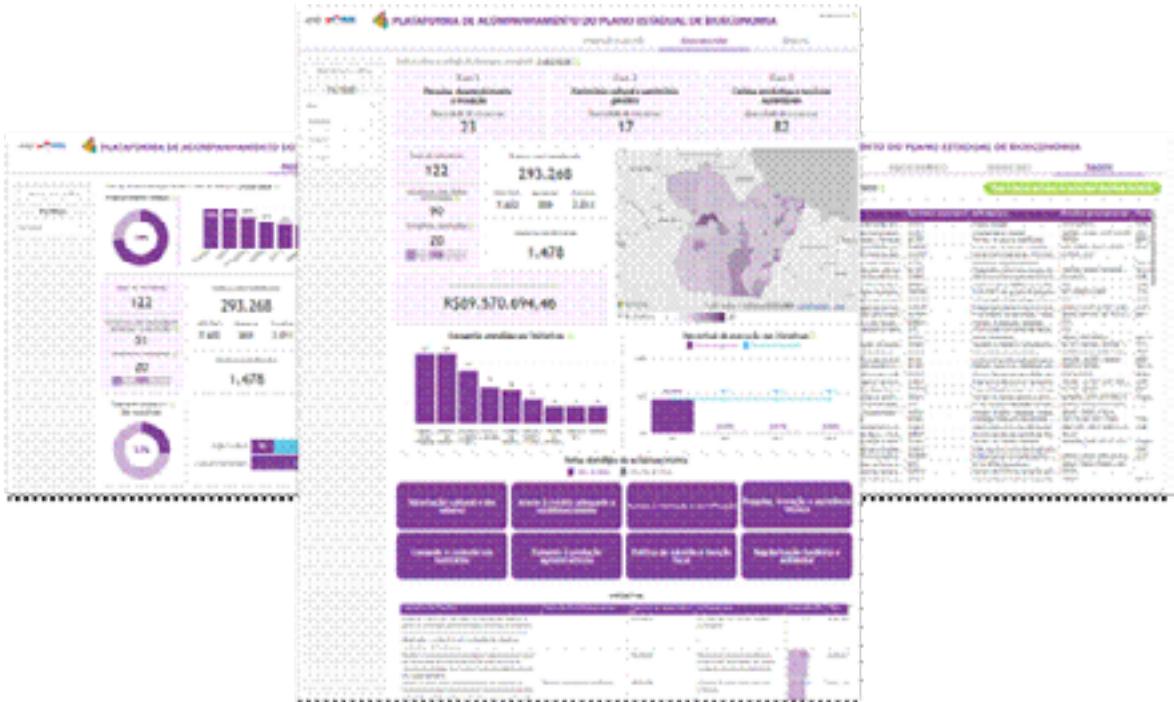
Para o primeiro período de 04 anos, o Comitê Executivo estruturou 92 ações nos seguintes eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da bioeconomia, Patrimônio Cultural e Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, alinhados com as proposições pontuadas pela iniciativa para a bioeconomia do G20, por convergir na promoção e integração do desenvolvimento sustentável, valorização e proteção do conhecimento tradicional e por cooperar com a repartição de benefícios de forma mais igualitária.

Como resultados alcançados com a efetivação do PlanBio, pode-se pontuar

a governança alinhada do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climática COGES-CLIMA com as secretarias executoras cujas ações já alcançam mais de 293 mil pessoas e superam 89 milhões de reais em investimentos, à exemplo da criação de linhas de crédito via instituições financeiras como o Banpará priorizando públicos das Populações Indígenas, Quilombolas e demais Comunidades Tradicionais (PIQCTs), assim como produtores da agricultura familiar.

Houve a necessidade de elaborar estratégias de monitoramento e transparência do PlanBio resultando na criação de uma plataforma digital (figura 2), a fim de acompanhar com clareza os resultados do PlanBio. Ao longo do processo de criação da plataforma houve a elaboração de um manual de arquitetura e governança de dados, mapeamento de stakeholders e jornadas, manual de rotinas e processos de gestão de dados, Plataforma final (Dashboard). Após a entrega do produto foi realizada uma palestra de sensibilização com públicos internos.

Figura 2: Plataforma de Monitoramento e Transparência das ações do PlanBio.



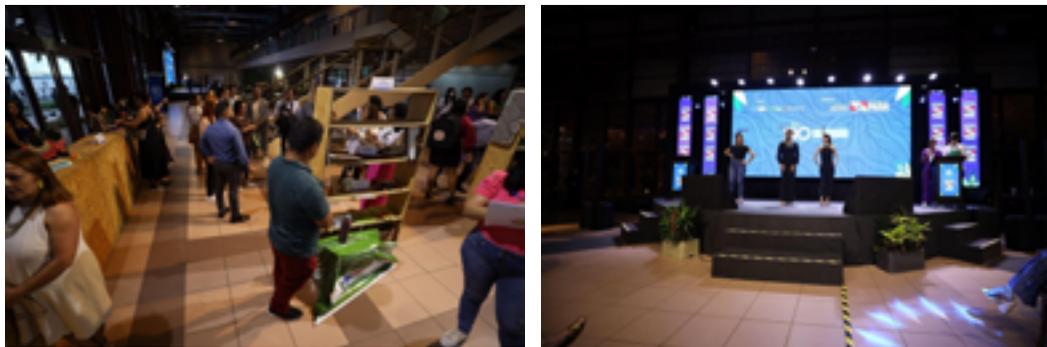
Fonte: SEMAS (2025)

A Plataforma de Monitoramento foi idealizada pela SEMAS para ser um instrumento dinâmico e acessível, que permite aos setores interessados acompanharem de forma transparente o progresso das ações estabelecidas no Plano Estadual de Bioeconomia, evidenciando o impacto positivo dessas iniciativas no desenvolvimento sustentável e na conservação ambiental do Pará. A elaboração dessa plataforma representa um passo significativo na promoção da transparência e da relevância das ações voltadas à bioeconomia no Estado do Pará, contribuindo para o fortalecimento da governança ambiental e engajamento da sociedade civil.

Ao longo de 2023 e 2024, a Gestão de Bioeconomia da SEMAS participou de diversos eventos e atividades que envolvem a temática, buscando divulgar o PLANBIO e suas ações para diversos setores da sociedade, bem como apoiar ativamente a concretização da política de bioeconomia, visando fomentar as atividades de bionegócios e a conservação da biodiversidade paraense. Nesse mesmo período, o PlanBio passou por processo de atualização de suas ações e inclusão de novos membros executores, com a criação de novas secretarias^[7], passando de 92 para 122 iniciativas, totalizando 18 membros. E vale frisar que todos os membros passaram por treinamento específico para alimentação de dados na plataforma, por meio de reuniões bilaterais^[8] com pontos focais de cada entidade.

O **Encontro Biobusiness Pará** é uma parceria com o **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)** e com o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)**, além do apoio da embaixada do Reino Unido. Buscou-se estimular oportunidades de negócios criando um espaço de intercâmbio de experiências, e de contato com o mercado e possíveis investidores. Com edições em Belém e em Santarém, contou ainda com a realização de desfile de biojoias, apresentação cultural, rodadas de negócios, exposição de produtos físicos das iniciativas participantes, entre outras atividades.

Figura 3: Biobusiness Pará 2023: exposição de bioprodutos e desfile de moda



Fotos: Agência Pará (2023)

Outra entrega de impacto trata-se do projeto Inova Sociobio, lançado no início de 2022, com vistas ao fomento das cadeias produtivas da sociobioeconomia de povos e comunidades tradicionais das regiões de integração do Pará, especificamente, em territórios do Marajó, **Baixo Amazonas** e Tocantins, sendo investido pelo Governo do Estado mais de R\$1,2 milhões, alcançando 420 bioprodutores. As ações capacitaram jovens e mulheres das comunidades em empreendedorismo e inovação, com oficinas sobre cultura empreendedora, inovação, bioeconomia e acesso ao mercado.

Figura 4: Pontos de inovação implantados pelo Inova Sociobio



Fonte: SEMAS (2023).

Dentre outras ações, destaca-se a atuação da GEBIO/ SEMAS na construção da Estratégia e **Plano Estadual de Conservação da Biodiversidade (EPAEB)**, uma ferramenta de gestão integrada das ações estaduais que visam conservar a biodiversidade e usar sustentavelmente os componentes da biodiversidade, assim como promover a justa e equitativa repartição dos benefícios do uso da biodiversidade, sendo um instrumento de monitoramento do progresso das ações estaduais para o alcance das metas próprias, nacionais e globais estabelecidas. Esse instrumento visa a implementação da **Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)** e da **Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (EPANB)** de maneira concreta, focada e significativa em uma escala mais local.

O Governo Estadual também tem se empenhado progressivamente em promover atividades produtivas sustentáveis como alternativas àquelas que geram desmatamento e degradação ambiental. Nesse sentido, tem-se o **Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA** baseia-se no princípio de que produzir de forma mais sustentável e manter os ecossistemas naturais é um desafio e, na maioria dos casos, representa um alto custo de oportunidade, transação e implementação para os provedores de serviços ambientais. Assim, a compensação pelos serviços ambientais pode representar uma fonte complementar de renda e contribuir para a gestão contínua dos territórios, para o aumento dos serviços ecossistêmicos e, em última análise, para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O desenvolvimento do PSA-PA teve início com o apoio do Projeto BR-T1516, executado pela *The Nature Conservancy* (TNC) e financiado pelo Fundo Fiduciário Multidoador para a Bioeconomia e Gestão Florestal da Amazônia (AMDTF).

Vale ressaltar, que no PLANBIO encontram-se ações direcionadas para o desenvolvimento do turismo, em especial, iniciativas voltadas ao Turismo de Base

Comunitária (TBC), visto a possibilidade de inserção e protagonismo das comunidades locais. A Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR), membra do Comitê Executivo, capitaneia em parceria com outras instituições, tais como a SEMAS, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio), a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), a Secretaria Executiva de Estado de Cultura (SECULT) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), as seguintes ações:

- Integração do Observatório do Turismo ao Observatório da Bioeconomia;
- Políticas para construção de áreas de pesca esportiva destinada ao turismo ecológico;
- Oficinas Locais e Encontros Regionais para mobilização e sensibilização da comunidade beneficiária e elaboração de Diagnóstico Participativo e Plano de Ação da Política Estadual de Turismo de Base Comunitária do Pará;



- Estruturação do TBC (capacitações, fortalecimento das organizações de base local; roteiros de Vivência; GTs de apoio aos gestores locais);
- Assistência técnica em TBC com produtos da cadeia produtiva de bioeconomia e/ou de Indicação Geográfica (IG);
- Apoio à comercialização por meio de participação em eventos promocionais de turismo e bioprodutos;
- Implantação do Centro de Referência em Turismo de Base Local e Tradições Culturais.

Em 2025, o Estado do Pará sediará a 30ª edição da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30). Com o estabelecimento de Belém como sede do evento, urge-se a necessidade de se estruturar iniciativas que promovam as cadeias da Bioeconomia em toda a sua potencialidade. A roteirização turística surge com foco na construção de parcerias que podem se dar nos níveis municipal, regional, estadual, na-

cional e internacional, de modo a buscar o aumento das oportunidades de negócios nas regiões de integração.

Nesse sentido, a Gestão de Bioeconomia da SEMAS-PA vem buscando formatar uma série de ações que visam atrair possíveis investidores e parceiros para negócios comunitários da bioeconomia do estado do Pará durante a COP30. Por meio do projeto intitulado “Vitrines COP30”, que consiste no apoio à formatação de roteiros de visitação junto a iniciativas comunitárias pré-selecionadas por sua representatividade nas cadeias prioritárias do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PLANBIO), serão realizados roteiros que visam atrair visitantes, dentre eles, turistas em geral, em especial, delegações de chefes de Estado, investidores das cadeias da bioeconomia, imprensa e ativistas ambientais das dezenas de países que estarão presentes no evento.

Por fim, dentre os projetos e ações estruturantes, encontra-se o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, planejado para promover condições fa-



Imagem: Bruno Cecim - Ag. Pará

voráveis para o desenvolvimento e alavancagem da bioeconomia no Estado do Pará, com a criação e gestão de um ecossistema de inovação, que visa a geração de novos produtos, serviços e negócios a partir dos ativos ambientais amazônicos com alta tecnologia associada ao conhecimento tradicional e às soluções baseadas na natureza.

Localizado no âmbito do Projeto Porto Futuro II, tem por objetivo proporcionar ambientes seguros e condições favoráveis para o estabelecimento, consolidação e expansão de bionegócios com a disponibilização de infraestrutura em salas e laboratórios para auxiliar no desenvolvimento das agendas executivas, aceleração de negócios, capacitação, como também integrando-se a outros ambientes de inovação. O espaço será composto por dois armazéns com previsão de inauguração no segundo semestre de 2025.

Figura 5: Localização do Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, dentro do Porto Futuro II



Fonte: SEMAS (2024).

À guisa de conclusão, entende-se, portanto, que a bioeconomia do Pará surge assim como alternativa pioneira e viável de garantia presente e futura para a manutenção da diversidade biológica e sociocultural da Amazônia, e conseqüentemente, do Brasil. Para além de uma proposta teórico-metodológica, configura um projeto societal, participativo e aberto, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, baseado na floresta em pé e na garantia de direitos de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A gestão de bioeconomia do governo do estado do Pará propõe uma escalada de estratégias que permita às gerações futuras uma economia forte, diversificada e sustentável, tendo como premissa a preservação e manutenção da sociobiodiversidade e a biodiversidade.

CAPÍTULO 8

O Turismo Social Sustentável no Pará

Equipe de Turismo Social
Gerência de lazer - SESC/PA

Brenda Cardoso Lima
Ewerton Wander Soares Paiva
Natalia Pinto Alves



Entre os pioneiros na promoção do turismo social, o SESC (Serviço Social do Comércio) desempenha um papel fundamental nesse processo. Com suas iniciativas voltadas para o acesso ao lazer e à cultura de forma inclusiva, o Sesc tem sido um dos principais responsáveis pela democratização do turismo no Pará, proporcionando experiências únicas para seus credenciados, além de fomentar a inclusão de comunidades menos favorecidas. Suas ações vão além da oferta de viagens, englobando projetos educativos e culturais que possibilitam uma vivência real da identidade paraense. Dessa forma, o SESC contribui não só para o fortalecimento do turismo, mas também para a promoção de uma experiência turística que valoriza a diversidade e o protagonismo das comunidades do Pará, tornando o turismo uma ferramenta de transformação social.

Uma das estratégias adotadas pelo Turismo do Sesc em 2025 foi a adequação de suas ações ao **Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG)**, instituído em 2008 por meio do Decreto no 6.632. Essa iniciativa surgiu a partir de um acordo

entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Fazenda, a **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**, o **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)** e o **Serviço Social do Comércio (SESC)**. O principal objetivo do programa é ampliar o acesso da população a serviços de qualidade nas áreas de educação, cultura, lazer, assistência e saúde, garantindo a inclusão social de milhares de brasileiros.

O PCG destina recursos para oferecer atividades gratuitas a pessoas com renda bruta familiar de até dois salários-mínimos federais per capita, priorizando trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, seus dependentes e estudantes da educação básica da rede pública. Este ano, pela primeira vez, o SESC no Pará implementa esse benefício no setor de turismo, proporcionando uma excursão nacional totalmente gratuita para Fortaleza, no Ceará.

Compromisso Social e Acesso ao Turismo

O Sesc tem um compromisso sólido com a democratização do acesso ao lazer e ao turismo, reconhecendo sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento cultural dos cidadãos. O turismo social promovido pelo Sesc não se restringe apenas ao deslocamento para novos destinos; ele proporciona vivências enriquecedoras, acesso à cultura local e experiências transformadoras, permitindo que pessoas de baixa renda tenham a oportunidade de viajar, muitas vezes pela primeira vez.

Ao oferecer uma excursão com passagem, hospedagem e pensão completa totalmente gratuitas, o Sesc reforça seu papel de agente de inclusão social. Esse modelo de turismo vai além do lazer: ele fortalece os laços comunitários, amplia horizontes culturais e promove a valorização da identidade nacional. Ini-

ciativas como essa contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável e acessível no Brasil, fomentando a economia local e estimulando o intercâmbio cultural entre diferentes regiões do país. Com essa iniciativa inédita no Pará, o Sesc reafirma sua missão de proporcionar qualidade de vida e bem-estar aos trabalhadores do comércio e à população de baixa renda, garantindo que o turismo seja um direito acessível a todos.

Infraestrutura dos Destinos no Pará para Atendimento da Pessoa com Deficiência

A acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD) no turismo do Pará ainda enfrenta desafios, mas há avanços em infraestrutura e serviços. O estado, conhecido por sua riqueza cultural, natural e gastronômica, tem investido gradualmente em acessibilidade, especialmente em Belém e em pontos turísticos mais visitados.

Alguns locais turísticos, como o complexo Estação das Docas e o Mangal das Garças, possuem rampas, banheiros adaptados e sinalização tátil. Além disso, hotéis e restaurantes em áreas urbanas mais desenvolvidas costumam oferecer estruturas adaptadas. No entanto, a acessibilidade em cidades do interior e em atrações naturais, como **Alter do Chão** e Ilha do Marajó, ainda pode ser limitada devido à geografia e infraestrutura.

Outro ponto a ser destacado é o transporte e mobilidade. Belém conta com ônibus adaptados, mas o transporte público no estado, de forma geral, ainda precisa de melhorias para garantir plena acessibilidade. O transporte fluvial, essencial no Pará, também enfrenta desafios, pois muitas embarcações não possuem adaptações para PcD.

Desafios e Melhorias Necessárias

Para tornar o Pará um destino turístico verdadeiramente acessível é essencial ampliar investimentos na adequação de espaços públicos, qualificação de profissionais do turismo e regulamentação mais rigorosa para garantir que hotéis, transportes e atrações sejam inclusivos.

Embora haja esforços para tornar o turismo acessível no Pará, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que as PcD possam explorar o estado com autonomia e segurança. O SESC tem um papel fundamental na promoção da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) no turismo do Pará, buscando estratégias para minimizar as dificuldades de acesso e ampliar a participação desse público em suas atividades.

Inclusão e Acessibilidade no Turismo

O Sesc investe em infraestrutura acessível, capacitação de profissionais e adaptações em seus espaços e serviços para garantir que pessoas com deficiências possam desfrutar do turismo com segurança e autonomia. Em projetos de turismo social, por exemplo, há roteiros adaptados que levam em conta acessibilidade arquitetônica, comunicação inclusiva e transporte adequado.

Estratégias para Reduzir Barreiras

Além da acessibilidade física, o Sesc promove ações educativas e culturais voltadas para a conscientização sobre inclusão, além de oferecer suporte para que estabelecimentos turísticos estejam mais preparados para receber PcD.

Essas iniciativas contribuem para um turismo mais inclusivo no Pará, garantindo que mais pessoas possam vivenciar as riquezas naturais e culturais do estado sem limitações impostas pela falta de acessibilidade.

Sesc e o Turismo Regenerativo

O Estado do Pará possui um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo regenerativo, uma abordagem sustentável que vai além da conservação, promovendo a recuperação dos ecossistemas e o fortalecimento das comunidades locais. Essa forma inovadora de viajar não apenas preserva a cultura e a

biodiversidade, mas também impulsiona a economia local, proporcionando experiências autênticas e transformadoras para os visitantes.

Nesse contexto, o Sesc no Pará tem buscado aprofundar ainda mais suas ações no turismo regenerativo, reconhecendo sua importância para um modelo de desenvolvimento turístico mais responsável e integrado com as comunidades.

Como parte dessa estratégia, o **Instituto Laurinda da Amazônia**, localizado em Mangabeira – PA, já integra o planejamento do Turismo Social do Sesc e está sendo incorporado de forma mais ampla às programações da instituição. Esse destino oferece uma vivência única em uma comunidade ribeirinha e quilombola, onde os visitantes não apenas conhecem, mas convivem com os moradores locais. A experiência inclui visitas às plantações de famílias ribeirinhas e quilombolas, além de um passeio pela Ilha de Ingapijó,



Imagem: Carolina Evangelista - Pexels



proporcionando um contato direto com os saberes, modos de vida e tradições dessas comunidades, além de conhecer todos os produtos confeccionados e comercializados por esta comunidade é um mergulho nos desafios enfrentados por eles.

Além disso, o Sesc no Pará também está investindo em atividades de turismo de aventura e experiências imersivas, que possibilitam uma conexão ainda mais profunda com a natureza amazônica. Um exemplo é a Ilha do Combú, um verdadeiro refúgio natural localizado a poucos minutos de Belém. Na região, os visitantes podem explorar a Baía do Guajará por meio de passeios de caiaque e aulas de remo, atividades que permitem uma vivência única do ambiente amazônico, com opções de saída tanto no nascer quanto no pôr do sol. Para viabilizar essas experiências, o SESC Pará busca parcerias com empresas locais que já promovem esse tipo de atividade, como UBÁ – **Clube**

Náutico, Marear – Experiências na Amazônia, **Canoa Paid'égua** e restaurantes locais que alinham seus processos com a responsabilidade ambiental.

Por fim, o Serviço Social do Comércio tem sido um dos principais agentes na democratização do turismo social no Pará, promovendo o acesso ao lazer e à cultura de forma inclusiva. Suas iniciativas vão além das viagens em si, englobando projetos educativos e culturais que fortalecem a identidade local e garantem que comunidades menos favorecidas também possam usufruir dessas experiências. Com essas ações, o Sesc reafirma seu papel na promoção de um turismo acessível, sustentável e socialmente responsável, consolidando-se como um agente de transformação que valoriza a diversidade cultural e contribui para o desenvolvimento econômico das comunidades envolvidas.

Infraestruturas Turísticas do Pará

O turismo social sustentável no Pará se baseia em princípios simples, porém profundos: gerar renda para quem protege o território, valorizar saberes tradicionais e garantir que o visitante saia não apenas com fotos, mas com histórias que mudam perspectivas. Operadoras locais têm papel fundamental nesse ecossistema.

A Monotur, por exemplo, criou roteiros em parceria com ribeirinhos da Ilha do Marajó, onde turistas participam da colheita do açaí e aprendem técnicas de manejo sustentável.

Já a Amazonas Tour oferece expedições pela Floresta Nacional do Tapajós, guiadas por indígenas Munduruku que ensinam a ler trilhas e identificar plantas medicinais. Enquanto isso, a **Scafi Turismo** especializou-se em viagens culturais, conectando viajantes a mestres de carimbó em Bragança e artesãos quilombolas em Salvaterra. Essas empresas não são intermediárias — são pontes que permitem que o dinheiro do turismo chegue diretamente às mãos de quem mais precisa.

Para entender a dinâmica do turismo no Pará, é preciso antes compreender sua geografia peculiar. Com uma área maior que a França e uma rede hidrográfica que corta 90% do território, o estado tem nos rios suas principais vias de transporte. “Nossas ruas são os rios”, como dizem os ribeirinhos.

Em comunidades como as do Arquipélago do Marajó ou da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, barcos regionais — como os “rabetas” (pequenas embarcações a motor) e as canoas de madeira — são o único meio de locomoção. Nas cidades maiores, como Belém e Santarém, os carros de aplicativo ganharam espaço, especialmente porque o transporte rodoviário público é quase inexistente. Em 2023, Belém registrou mais de 12 mil motoristas ativos em plataformas como Uber e 99Pop, um reflexo da demanda por mobilidade urbana ágil. (Prefeitura de Belém, 2023, <https://www.belem.pa.gov.br>)

Já os aeroportos são portais estratégicos. O Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans, o mais movimentado da região Norte, recebe voos diretos de São Paulo, Rio de Janeiro e até Miami, além de ser hub para destinos como Suriname e Guiana

Francesa. Em 2022, foram 4,2 milhões de passageiros (Infraero, 2023, <https://www.infraero.gov.br>). Já o Aeroporto de Santarém, conhecido como “Portão da Amazônia”, conecta o Baixo Amazonas a cidades como Manaus e Brasília, sendo vital para o escoamento de turistas que visitam Alter do Chão. Outros aeródromos regionais, como os de Marabá e Altamira, operam voos menores, ligando municípios do interior a Belém.

Na infraestrutura de receptivo, o Pará equilibra charme e desafios. Em Belém, hotéis como o Radisson e o Selina Belém oferecem conforto moderno, enquanto pousadas comunitárias — como a Tapera do Céu em Alter do Chão — proporcionam imersão em ambientes familiares, com redes amarradas em varandas e café da manhã à base de frutas locais.

Restaurantes são outro destaque: do **Lá em Casa**, que serve pato no tucupi em um casarão histórico, ao **Espaço Aruna Combu**, na Ilha do Combu, onde pratos são preparados com ingredientes colhidos na hora, a gastronomia é atração por si só.

Pontos de informação turística, como os instalados no Mercado Ver-o-Peso e no Complexo Feliz Lusitânia, ajudam os

Aquário/maquete



visitantes a navegarem por opções autênticas, evitando armadilhas de turismo predatório.

Um capítulo à parte é a Rodovia Transamazônica (BR-230), obra faraônica iniciada nos anos 1970 que corta o Pará de leste a oeste. Com seus 4.260 km — dos quais apenas 30% estão asfaltados —, a estrada é ao mesmo tempo símbolo de resistência e lembrete de desafios não superados. Na prática, viajar por trechos como o entre Altamira e Itaituba significa encarar buracos, pontes improvisadas e trechos onde o mato parece querer reivindicar o asfalto. Mesmo assim, a Transamazônica é vital para comunidades isoladas. Em 2023, o governo federal anunciou investimentos de R\$ 800 milhões para recuperar 600 km da rodovia no Pará (Ministério dos Transportes, 2023, <https://www.gov.br/transportes>), um passo crucial para integrar regiões como o Xingu, onde indígenas Kayapó desenvolvem projetos de ecoturismo.

Para quem se aventura pela Transamazônica, as recompensas são únicas. Em Uruará, agricultores familiares recebem visitantes para mostrar o cultivo de cacau agroflorestal, enquanto em Medicilândia,

cooperativas de mulheres transformam cupuaçu em polpas e doces vendidos em feiras locais. A estrada também leva a cenários impressionantes, como a Serra do Pardo, onde trilhas de 12 mil anos revelam pinturas rupestres de povos ancestrais.

No entanto, o turismo no Pará ainda enfrenta obstáculos. A falta de sinalização em estradas como a PA-150 (que liga Belém a Marabá) e a carência de banheiros públicos em áreas de preservação são problemas recorrentes. Em contrapartida, iniciativas como o Programa Rotas Amazônicas, lançado em 2022, buscam capacitar guias locais e melhorar a infraestrutura básica em 15 municípios prioritários (SETUR-PA, 2023, <https://www.setur.pa.gov.br>).

O transporte fluvial, embora encantador, também exige atenção. Barcos regionais, como os que saem do Porto de Belém rumo às ilhas próximas, muitas vezes carecem de coletes salva-vidas e equipamentos de emergência. Por outro lado, projetos como o NavegaPará têm modernizado terminais hidroviários, instalando Wi-Fi e sistemas de bilhetagem eletrônica em embarcações.

Sementes de cacau



Imagem: Arquivo - Ag. Pará

Na hora de se hospedar, o viajante encontra desde redes em malocas indígenas até pousadas que combinam conforto e sustentabilidade. Na **Pousada Garimpão**, em **Alter do Chão**, a energia vem de painéis solares, e a água do chuveiro é aquecida por sistema de biomassa. Já o Hotel Vila Amazônica, em Belém, investe em decoração com madeira certificada e contrata cozinheiras de comunidades quilombolas.

Para comer, além dos clássicos como tacacá e maniçoba, vale explorar novidades. O Restaurante **Remanso do Bosque**, em Belém, liderado pelo chef Thiago Castanho, reinventa pratos tradicionais com técnicas de alta gastronomia — como o arroz de jambu com camarão defumado. Já o **Casarão do Jamaci**, no Marajó, serve filhote na folha de bananeira em um ambiente que mistura história e natureza.

O turismo social sustentável no Pará não é moda passageira — é necessidade. Em um estado onde 25% da população vive abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2023),

cada real gasto em roteiros comunitários vira semente de mudança. Quando uma família ribeirinha passa a ganhar R\$2.000 por mês recebendo turistas, como ocorre na Ilha do Combu, o desmatamento perde sentido. Quando jovens indígenas se tornam guias certificados, como no Projeto Turismo de Base Comunitária no Xingu, a cultura ganha sobrevivência.

O desafio agora é escalar essas iniciativas sem perder a essência. Ampliar o acesso à internet em comunidades remotas, como faz o programa **Wi-Fi Brasil** em 120 localidades paraenses Ministério das Comunicações, 2023, (<https://www.gov.br/mcom>), ajuda a divulgar roteiros. Parcerias com universidades, como a UFPA, garantem pesquisas que embasam políticas públicas. E o viajante? Bem, ele só precisa chegar com respeito, curiosidade e vontade de aprender. Afinal, como dizem os mais velhos em Soure: “A Amazônia não se explica — se vive”.



Imagens: Pedro Guerreiro - Ag. Pará

Entrevista com Júlio César Meyer Júnior

servidor do Ideflor-bio, órgão gestor de UC estaduais no Pará, atua na Chefia das Unidades de Conservação Estaduais na Região Metropolitana de Belém:

1. Na sua concepção, como você definiria o turismo do Pará?

R: Entre os diversos tipos de turismo existentes no mundo, o estado do Pará se destaca pelo turismo de natureza e pelas práticas de turismo de experiência, que representam uma grande oportunidade de desenvolvimento para a região. Nosso maior atrativo é a floresta exuberante, um patrimônio natural de extrema importância global, aliado a um patrimônio cultural incrível. O turismo de natureza e de experiência oferece aos visitantes — especialmente aqueles que já conheceram destinos consolidados — a chance de vivenciar atividades mais imersivas, em contato direto com as comunidades tradicionais. O Pará surge, assim, como um destino ideal para quem busca experiências autênticas, complementando rotas de viagem já conhecidas.

2. Quais os principais desafios e potenciais na área em que atua, e como promover iniciativas sustentáveis para o desenvolvimento destes?

R: O maior desafio é a falta de infraestrutura adequada. Muitas vezes, a atividade turística começa a ser desenvolvida no território antes que outras agendas essenciais sejam implementadas. Contudo, o ideal é que o turismo seja a “cereja do bolo”, ou seja, venha após a estruturação de serviços básicos como saúde, saneamento, educação e logística. A realidade, porém, é oposta: diversos territórios carecem até de água potável e esgoto, o que dificulta a oferta de um produto turístico de qualidade.

Já como potencial, destacam-se nossas comunidades tradicionais e a sociobiodiversidade. Elas permitem que o turista vivencie uma conexão íntima com os povos que protegem a floresta, interpretando o ambiente para os visitantes. Essa imersão é enriquecida pela gastronomia paraense, reconhecida nacional e internacionalmente, e pelo conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

3. Quais as práticas regenerativas e sustentáveis já implementadas (ou não) e como elas impactam a região?

R: As Unidades de Conservação e as Terras Indígenas são exemplos de práticas regenerativas, especialmente no turismo de natureza com populações tradicionais. Na região metropolitana de Belém, por exemplo, a Ilha do Combu oferece experiências como banho de cheiro, cultivo de açaí e cacau, pesca artesanal de camarão e produção de chocolate, tudo integrado à floresta. Outro destaque é o Refúgio de Vida Silvestre, que combina lazer, recreação e valorização da biodiversidade e da cultura local.

O ponto negativo são os conflitos culturais ocasionados pelo turismo de massa, que não condiz com a realidade desejada pelo povo paraense. O desafio é regular essa atividade para minimizar impactos negativos (como a descaracterização cultural) e potencializar os positivos (geração de renda e conservação).

4. Como o turismo pode ser uma ferramenta para preservação, empoderamento comunitário e desenvolvimento econômico?

R: O turismo é uma das melhores ferramentas de conservação do patrimônio natural e cultural. Ao gerar renda por meio da floresta em pé, ele incentiva as comunidades a proteger fragmentos florestais e a recuperar áreas degradadas. Além disso, valoriza saberes tradicionais, fortalece a transmissão desses conhecimentos para futuras gerações e promove a descarbonização das atividades econômicas.

É uma via de mão dupla: o turista ganha experiências transformadoras em contato com a natureza, enquanto as comunidades alcançam sustentabilidade econômica e inclusão social. O turismo regenerativo beneficia tanto o meio ambiente quanto as pessoas, criando um ciclo virtuoso de preservação e desenvolvimento.

Artes e Ofícios Paraenses

Arquitetura: Raio-que-o-parta

Entre as décadas de 1940 e 1960, o Pará reinventou o modernismo com as próprias mãos — e cacos de azulejos. Enquanto o Brasil sonhava com concreto, os paraenses colavam fragmentos coloridos em fachadas, criando raios, animais e símbolos religiosos. A estrada Belém-Brasília, precária, quebrava azulejos no transporte; famílias os compravam a preço de entulho e os transformavam em arte. “Era o modernismo do possível”, define a pesquisa de Laura Costa (2014). Batizado de **Raio-que-o-parta**, o estilo virou linguagem popular: mosaicos em platibandas contavam histórias de quem almejava modernidade sem abandonar a identidade. Hoje, muitas dessas fachadas são apagadas por tintas ou reformas, apagando memórias. “É como esquecer uma língua materna”, reflete Elis Almeida, da **Rede Raio-que-o-parta**, coletivo que mapeia e preserva essas obras desde 2020. Em parceria com o Projeto Minerva

(UFPA), capacita mulheres para restaurar azulejos descartados, transformando restos em patrimônio. “Cada caco é um verso da nossa história”, diz Dona Isabel, artesã do bairro do Marco. Nas ruas de Belém, Bragança ou Marabá, os mosaicos resistem: testemunhas de um modernismo que não veio de cima, mas brotou do chão, feito de quebras, cores e resistência.

Fonte: Rede Raio-que-o-parta, ArchDaily, 31/03/2023

Arqueologia: Marcas do Passado no Presente

As pedras do Pará falam. No Parque Estadual de Monte Alegre, pinturas rupestres de até 12 mil anos revelam cenas de caça, danças e constelações desenhadas por povos ancestrais. “São nossos avós gravando a vida na rocha”, reflete o guia indígena Ademir Kaba, da etnia Munduruku. Estudos do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

(IPHAN) mostram que esses sítios eram centros cerimoniais, onde conhecimento astronômico era compartilhado entre gerações.

Fonte: IPHAN, 2023, <https://www.gov.br/iphan>

Já os geoglifos do Xingu, figuras gigantes gravadas no solo, desafiam a ideia de que a Amazônia era um “vazio” antes da colonização. Pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) estimam que essas estruturas, descobertas em 1977, faziam parte de sistemas agrícolas complexos.

Fonte: UFPA, 2022, <https://www.ufpa.br>

Muriquitã: o amuleto sagrado da floresta amazônica

A **Muriquitã** (ou murikixã) é um amuleto tradicional da Amazônia, geralmente esculpido em pedra verde (como jadeíta, serpentinita ou nefrita), em formato antropomorfo ou zoomorfo. Pequena no tamanho, mas imensa em significado, a muriquitã é considerada um **símbolo de proteção, força espiritual e conexão com as ancestralidades indígenas**.

De origem ancestral e difundida entre diversos povos indígenas da Amazônia, especialmente os povos da região do rio Tapajós, a muriquitã era usada no corpo como colar, pingente ou adorno cerimonial. Sua função era espiritual: proteger o corpo e a alma, atrair boas energias e afastar doenças ou más influências. Era comum ser passada entre gerações como herança sagrada.



No Pará, a muriquitã tornou-se um ícone da identidade amazônica. Ganhou projeção a partir do século XX quando intelectuais e artistas paraenses a adotaram como símbolo da cultura regional. Na cidade de Santarém, é tratada como relíquia arqueológica. Muitas peças originais foram encontradas em sítios arqueológicos da região, e hoje fazem parte de acervos em museus no Brasil e no exterior.

Na tradição oral, a pedra também está ligada a lendas — como a de que apenas mulheres poderiam encontrá-la nos leitos dos rios, durante momentos de grande conexão espiritual. Outras versões dizem que ela era oferecida como presente de iniciação ou cura dentro de rituais sagrados.

Hoje, a muriquitã continua a ser evocada como símbolo de resistência cultural, espiritualidade indígena e pertencimento amazônico. É usada em joias, em artesanato simbólico e como representação de um elo entre o passado e o presente da floresta.

Brinquedos de Miriti (ou miritizeiros)

Esculturas e brinquedos coloridos feitos da madeira leve do miriti-zeiro, tradicionalmente produzidos em Abaetetuba (PA). Vendidos especialmente durante o Círio de Nazaré, representam barcos, animais e figuras do cotidiano. São Patrimônio Cultural Imaterial do Pará.



Imagem: Instituto Aupaba

Na vila de Cachoeira do Arari, os brinquedos de miriti encantam crianças e adultos. Feitos de sementes de árvores nativas, como o açazeiro, esses objetos são mais que diversão — são lições de sustentabilidade. “Meu avô me ensinou que brincar pode ser cuidar”, conta o artesão Carlos Santos, cujos cavalinhos de miriti já rodaram o mundo.

Abre Letras

O **Abre-Letras** é uma forma tradicional de pintura manual utilizada para confeccionar placas comerciais, faixas, tabuletas, cartazes e anúncios em mercados, feiras

e fachadas por todo o estado do Pará. Com traços vivos, letras desenhadas à mão e cores intensas, essa prática expressa uma estética popular carregada de identidade, criatividade e saber empírico.

Muito comum nos bairros periféricos e nos interiores, o **Abre-Letras** mistura arte e ofício. Os artistas — conhecidos como “**letristas**” — não apenas escrevem, mas compõem imagens visuais que comunicam com o olhar cotidiano da população. As tipografias são originais, estilizadas e muitas vezes misturam humor, religiosidade e poesia, refletindo a linguagem do povo. Trata-se de uma arte funcional, que resiste à padronização digital, reafirma a oralidade e preserva modos tradicionais de comunicação visual.

Recentemente, essa arte tem sido redescoberta por movimentos de valorização da cultura popular e design vernacular. Projetos culturais e exposições vêm incorporando o Abre-Letras como linguagem visual autêntica, reafirmando seu valor não apenas como meio de comunicação, mas como patrimônio imaterial e simbólico da Amazônia Paraense.

Já o projeto “**Letras que Flutuam**”, idealizado pelo coletivo **Rios de Encontro**, leva poesia a comunidades ribeirinhas em barcos-biblioteca. “Escrevemos versos em placas de madeira reciclada e as penduramos em árvores”, explica a poeta Ana Cláudia. “Assim, as palavras navegam junto com o rio”.

Entre os mestres, destaca-se Mestre Zé do Carmo, carpinteiro de Bragança que esculpe canoas como obras de arte. “Cada embarcação tem alma”, ele diz, apontando para as curvas que imitam o corpo das cobras.

Trabalhos de Essências e Aromas: A Floresta em Gotas

Na comunidade São João do Jaburu, mulheres extrativistas produzem óleos essenciais de **andiroba** e **copaíba**, usados há séculos como anti-inflamatórios. “Aprendemos com as avós a extrair sem machucar a árvore”, explica Raimunda, líder da cooperativa **Aroma da Floresta**. Em 2022, o grupo faturou R\$120 mil com vendas para cosméticos éticos.

Fonte: SEMAS-PA, 2023, <https://www.semas.pa.gov.br>

Já o cheiro de **pitiú**, tão celebrado por Dona Onete, ganhou até um perfume artesanal criado por químicos da UFRA. “Capturamos a essência do peixe seco em notas de madeira e âmbar”, explica a pesquisadora Luísa Mendes.

As peculiaridades do Pará não são exóticas — são espelhos. Refletem um modo de viver que entende a floresta como parceira, a cultura como rio e o futuro como teia a ser costurada coletivamente. Aqui, cada lenda, cada acorde de carimbó, cada expressão carregada de humor é um convite: não apenas visitar, mas se deixar transformar.

Cerâmica Marajoara e Tapajônica

Arte ancestral com grafismos e formas simbólicas dos povos originários do Marajó e da região de Santarém. Um dos mais ricos legados arqueológicos do Brasil.

Ofícios da palha e da fibra (tipiti, paneiros, abanos)

Artesanato indígena e quilombola com trançados de arumã, tucumã e outras fibras nativas, com uso cotidiano e simbólico.

Lutheria artesanal de instrumentos do carimbó

Produção manual de tambores (curimbós), ganzás e banjos, mantendo viva a tradição musical e os rituais do carimbó.

Pintura corporal indígena e grafismos tradicionais

Expressão estética e espiritual dos povos originários como Kayapó, Munduruku e Warao, com significados cosmológicos.

Biojoias e artesanato com sementes e fibras naturais

Joias sustentáveis produzidas por comunidades ribeirinhas e indígenas com materiais como açáí, jarina, tucumã e juta.



CAPÍTULO 9

Turismo de Base Comunitária: um vetor importante para a Bioeconomia no Pará

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

Marcel Assis Batista do Nascimento

Cláudia de Souza¹⁰

Beth Bauchwitz¹¹

Benno Pokorny¹²



O estado do Pará, cujo bioma característico é a Amazônia, compreende tanto áreas fortemente urbanizadas, usadas por fins agrícolas, e degradadas, quanto espaços de floresta ricos em biodiversidade, sendo um celeiro de tradições históricas e culturais de povos e comunidades tradicionais. Por outro lado, nesse mesmo ambiente, cresce a demanda sobre o uso de recursos naturais, que são extraídos de forma desordenada provocando desequilíbrios socioambientais e territoriais de toda ordem.

Se torna imperativo enfrentar os inúmeros desafios que surgem por meio de soluções que possam colaborar com a potencialização das riquezas ecológicas, sociais e culturais. Nesse sentido, o turismo pode despontar como uma proposta inovadora, que, se realizada de forma equilibrada, pode contribuir para um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo que respeita e valoriza essa diversidade.

Dentre as estratégias para o turismo como um vetor de desenvolvimento socioeconômico sustentável na região destaca-se a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária do

Pará, instituída pela Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022, visto que o estado têm sido um vultoso palco de discussões, em especial, no planejamento de ações que valorizem a transição para uma economia de baixo carbono, no qual o conhecimento tradicional esteja associado a tecnologias sociais e de inovação.

A bioeconomia se apresenta assim como possibilidade de integração e valorização dos recursos naturais e culturais e quando aliada ao turismo, promove práticas econômicas responsáveis, sendo uma ferramenta não só para preservar a biodiversidade e as tradições culturais, mas também para impulsionar a geração de emprego e renda para as comunidades locais, criando uma base sólida para um futuro mais sustentável.

Nesse sentido, a bioeconomia e turismo fazem parte intrínseca do **Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PLANBIO)**, lançado por meio do Decreto nº 2.746, de 09 de novembro de 2022, a bioeconomia trata-se de uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico pautado em **soluções baseadas na natureza (SbN)**, permitindo viabilizar a transição

para uma economia verde e diversificada capaz de criar e/ou melhorar por meio da inovação processos produtivos locais e da sociobiodiversidade, o que garantirá segurança ao patrimônio genético, proteção e valorização dos conhecimentos e cultura dos povos tradicionais. Coordenado pela **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS)**, cujas ações são executadas por outras secretarias de estado, o PLANBIO é uma política pioneira no Brasil, que tem como uma das diretrizes potencializar e integrar o turismo como uma cadeia produtiva da Bioeconomia. Nesse escopo, a prática turística responsável e regenerativa possibilita investimentos que sustentam benefícios ambientais, sociais e econômicos. O PLANBIO possui três grandes eixos de atuação: 1) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da bioeconomia; 2) Patrimônio Cultural e Patrimônio Genético; 3) Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis. O turismo integra, especificamente, o último eixo, com ações e projetos que convergem com o fomento da bioeconomia, dentre elas a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária (TBC).



Imagem: Rodrigo Pinheiro - Ag. Pará

Dessa forma, com vistas a contribuir com o fomento do desenvolvimento pautado na baixa emissão de carbono, o Governo do Estado do Pará por meio da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e a SEMAS, com apoio da **Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH**, a partir do projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), iniciou, em 2024, o Grupo de Trabalho Turismo e Bioeconomia do Pará (GTTBP) para discutir estratégias para fortalecer a cadeia do turismo de base comunitária com foco

na bioeconomia e elaborar conjuntamente com os parceiros, um Plano de Ação para o desenvolvimento do TBC no estado do Pará.

O primeiro encontro do GTTBP reuniu especialistas em TBC, representantes do governo, do mercado, instituições de ensino, entidades do terceiro setor, além de representantes de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que implementam o TBC. Atualmente, além das Secretarias citadas, integram o Grupo, representantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Instituto Dell, GIZ, MDA, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), dentre outras.

Figura 1 - Encontro de criação do Grupo de Turismo e Bioeconomia do Pará (GTTBP)



Fonte: autores (2024).

Para o GTTBP, as iniciativas de turismo com foco em bioeconomia devem ter a responsabilidade e compromisso para geração de renda que mantenha a floresta em pé (SBN - Soluções baseadas na natureza), à exemplo do ecoturismo, turismo de base comunitária e o turismo de natureza, desde que praticado em suas premissas, contribui para fortalecimento da sociobiodiversidade, ratificando e garantindo a autonomia e o protagonismo dos negócios das pessoas locais, por meio da inclusão e equidade social.

Os integrantes entendem que para se alavancar o turismo como economia de baixo carbono é necessário que os empreendimentos tenham amplo conhecimento sobre a Bioeconomia, suas cadeias produtivas e comunidades atuantes, sobre a formação de produtos com participação ativa das comunidades locais, considerando suas vocações regionais (culturais, sociais e ambientais), uma comunicação respeitosa e transparente, além de propostas de preços e pagamentos justos pelos serviços.

Além disso, compreendeu-se que a alavancagem do turismo como economia de baixo carbono requer que os empreendimentos turísticos possuam um amplo conhecimento sobre a Bioeconomia, suas cadeias produtivas e as comunidades envolvidas, garantindo que a formação de produtos turísticos ocorra de maneira participativa, valorizando as vocações regionais e assegurando uma comunicação respeitosa, além de práticas justas de precificação e remuneração pelos serviços prestados.

Nesse sentido, o GTTPB procura ratificar o papel do turismo como um agente promotor do bem-estar social e do desenvolvimento de baixo carbono, principalmente em regiões com pluralidade cultural e rica biodiversidade. Para isso, destaca a importância de políticas e práticas que garantam a participação ativa das comunidades locais, respeitando seus saberes tradicionais e promovendo a inclusão socioeconômica, é preciso portanto, reforçar a necessidade de modelos turísticos que valorizam a conservação ambiental como eixo central, estimulando cadeias produtivas sustentáveis, o uso responsável dos recursos naturais e a adoção de estratégias inovadoras que reduzam impactos negativos e potencializar os benefícios para as populações locais.

Imagem: Marco Nascimento - Ag. Pará

NOTAS

1. Wilza da Silveira Pinto – Engenheira Agrônoma, Doutora em Ciências Agrárias – Universidade Federal Rural da Amazônia;

2. Sérgio Brazão e Silva – Engenheiro Agrônomo, Doutor em Geologia e Geoquímica – Universidade Federal Rural da Amazônia;

3. Deusdedit Cruz Filho – Engenheiro Florestal, Doutor em Ciências Agrárias – Universidade Federal Rural da Amazônia – Belém- Pará.

4. Esther Rapoport – Graduada em História pela Universidade de São Paulo, mas se dedicou, por mais de 40 anos, ao turismo, tendo trabalhado em diversas empresas do setor. Desde 2016 desenvolve o Programa “História dos Destinos”, oferecendo palestras e cursos para viajantes curiosos, interessados em ampliar seu repertório sobre a História, Geografia, a Cultura e Atualidades do seu próximo destino de viagem. Mora atualmente em Berlim, de onde ministra suas apresentações e por onde guia clientes brasileiros pela história da Alemanha. Escreve crônicas sobre viagem e história no portal da Revista Fórum.

5. Márcia Kambeba – Doutora em Linguística, Mestre em Geografia, Escritora com 11 livros publicados, Poeta, Multiartista e ativista da caixa indígena e ambiental.

6. Camille Bendahan Bemerguy – Doutora em Economia (UFF), economista, Secretária Adjunta de Bioeconomia da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA).

7. Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues – Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), turismóloga, Técnica em Gestão de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA).

8. Marcel Assis Batista do Nascimento – Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (NUMA/UFPA, turismólogo, Técnico em Gestão de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA).

9. Beatriz Teixeira Barbosa Lima – Especialista em Gestão de Projetos (Estácio), engenheira ambiental, Técnica em Gestão de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA).

[5] O Comitê tem as seguintes atribuições: I – Articular e operacionalizar a implementação do (PlanBio), junto ao setor público municipal e federal, setor privado, terceiro setor, instituições de pesquisa, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; II – Submeter à aprovação do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima): os indicadores de monitoramento e de avaliação; o relatório anual de implementação; e as propostas de regionalização do Plano; III – Garantir o fluxo contínuo de dados e informações para monitoramento, comunicação e transparência através de uma plataforma de Power BI, com dashboards incluindo gráficos, ações, status, indicadores e descrições qualitativas de execução do Plano Estadual de Bioeconomia a qual é alimentada pelos órgãos e entidades executoras do Plano.

[6] Na sua constituição, o Comitê Executivo foi composto por SEMAS, FAPESPA, SECTET, SEDEME, SEDAP, IDEFLOR-Bio. Contudo, a execução do Plano era realizada por 14 secretarias e instituições do governo do Estado, dentre elas, a SEFA, SEJUDH, ADEPARÁ, BANPARÁ, EMATER, SETUR, SECULT, SECOM, SEASTER, ITERPA e os membros do Comitê Executivo.

[7] Em 2023, houve a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), o grupo passa a ser constituído de 18 instituições executoras dos projetos e ações.

[8] Os treinamentos foram ministrados pela equipe técnica da SEMAS e de forma individualizada onde foram tratadas as especificidades de cada secretaria e instituição.

10. Cláudia de Souza – Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UNB), engenheira agrônoma, Assessora Técnica Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

11. Beth Bauchwitz: Turismóloga e consultora em Turismo e Meio Ambiente do instituto Dell

12. Benno Pokorny: Doutor em Ciências Florestais – Universidade de Freiburg – Alemanha, representante da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA).** (2021). Ciclo Hidrológico da Amazônia: Impactos Climáticos e Regionais.
- AIKHENVALD, A. Y.** (2008). Language contact and language change in Amazonia. Historical Linguistics 2001. John Benjamins Publishing Company.
- ALMEIDA, A. P.** (2018). Agricultura Ecológica e Manejo Sustentável na Amazônia: Práticas e Políticas para um Desenvolvimento Sustentável. Amazonia: Journal of Environmental Management, 9(1), 33-47.
- BALEE, W.** (2013). Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany – The Historical Ecology of Plant Use by an Amazonian People. University of Pennsylvania Press.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** (2023). Mecanismos financeiros sustentáveis para a Amazônia.
- CASTRO, J. M.** (2020). Green economies and the role of traditional knowledge in the Amazon. Sustainable Development Review, 22(4), 55-68.
- CLEMENT, C. R.** (2015). The Ancient Amazon: A Case Study of Indigenous Agricultural Systems and Their Impact on the Landscape. Journal of Environmental Management.
- CONSERVATION INTERNATIONAL.** (2021). Amazônia e biodiversidade.
- FAO.** (2020). Relatório sobre mudanças climáticas e a Amazônia.
- FEARNSIDE, P. M.** (2017). Deforestation in the Amazon: The Impact of Human Activities on the Forests. Environmental Science & Policy, 34, 1-15.
- GOSSLING, S. et al.** (2020). Ecotourism in the Amazon: A Sustainable Model for Conservation and Local Development. Journal of Sustainable Tourism, 28(5), 724-742.
- HARRIS, M.** (2021). Indigenous Land Management and Environmental Sustainability in the Amazon. Ecological Applications.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** (2020). Divisão do território brasileiro e cobertura florestal da Amazônia.
- IBGE.** (2022). Espécies Ameaçadas de Extinção no Brasil 2022.
- ICMBio.** (2020). Biodiversidade aquática da Amazônia.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.** (2020). Amazônia Legal: Geografia e Ecossistemas.
- _____. (2021). Monitoramento do desmatamento na Amazônia.
- _____. (2022). Clima Equatorial da Amazônia e suas Implicações Climáticas.
- _____. (2023). Dados recentes de desmatamento na Amazônia.
- _____. (2023). Desmatamento na Amazônia: Desafios e Ações Governamentais.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** (2020). Geografia da Amazônia: Formação Geológica e Ecossistemas.
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC.** (2023). Relatório de Síntese do Sexto Relatório de Avaliação: Mudança do Clima 2023.
- Instituto Socioambiental - ISA.** (2023). População amazônica e os povos indígenas.
- IUCN.** (2020). Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas.

- JUNK, W. J. et al.** (2017). The Importance of Flooded Forests for Freshwater Biodiversity: A Global Perspective. *Freshwater Biology*, 62(6), 887–894.
- KAHN, J. R.; OLIVEIRA, L. F.; SILVA, A. R.** (2021). Economic models and environmental sustainability in the Amazon: A case study on deforestation and land use. *Journal of Environmental Economics and Management*, 87, 82–102.
- KRAUSE, M. A. et al.** (2019). Mangrove Ecosystems in the Amazon: Challenges and Opportunities for Conservation and Management. *Journal of Coastal Research*, 35(2), 344–354.
- LEWIS, S. L. et al.** (2021). The Contribution of the Amazon Basin to the Global Carbon Cycle. *Global Biogeochemical Cycles*, 35(7), e2020GB006810.
- MALHI, Y. et al.** (2014). The Amazon Rainforest and its Biodiversity: A Global Perspective. *Nature*.
- MALHI, Y. et al.** (2023). Diversidade arbórea da floresta amazônica.
- MMA.** (2021). Bioeconomia e a sociobiodiversidade do Pará.
- NAYLOR, R. L. et al.** (2021). The Bioeconomy and Sustainable Development in the Amazon: A Viable Path to Economic Transformation. *Global Environmental Change*, 66, 102204.
- NEVES, E. G. (2001).** The Peopling of the Amazonia and its Impact on the Environment. *Quaternary International*.
- NEVES, E. G.; PETERSEN, M.** (2018). Pre-Columbian Human Impact on the Amazonian Landscape: Archaeological Evidence from the Lower Amazon River Basin. *Quaternary International*, 471, 74–88.
- ROOSEVELT, A. C.; SCHANN, D. P.** (2016). The Nature of Amazonia: An Overview of Environmental and Human Interactions in the Region. *Journal of Anthropological Research*, 72(3), 395–414.
- SALATI, E.; VOSE, P.** (2021). O ciclo hidrológico e os rios voadores da Amazônia.
- SANTOS, A. R. et al.** (2022). Bioeconomy and Low Carbon Opportunities for the Amazon: A Path Toward Economic Diversification. *Amazonian Journal of Environmental Science*, 48(4), 58–74.
- SCHANN, D. et al. (2018).** Geoglifos e organização territorial na região amazônica. *Nature Communications*.
- SECOM.** (2021). Turismo sustentável no Pará e a Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco.
- SILVA, F. M.; SOUZA, G. S.; PEREIRA, M. B.** (2020). Sustainable development in the Amazon: Challenges and opportunities. *Brazilian Journal of Environmental Economics*, 15(2), 108–125.
- UNFCCC.** (2021). Relatório sobre Adaptação Climática.
- WALKER, W. S. et al.** (2022). O papel das terras indígenas na conservação e no armazenamento de carbono.
- WWF.** (2020). Biodiversidade da Amazônia.
- WWF.** (2022). Relatório sobre Justiça Climática e Conservação Ambiental.



<https://institutoaupaba.org/>

